



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE ENFERMAGEM
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM**

FERNANDO VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR
E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO
POTIGUAR**

MOSSORÓ

2023

FERNANDO VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR
E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO
POTIGUAR**

Monografia apresentada à Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito obrigatório para obtenção de título de Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Karinne de Moura Saraiva.

MOSSORÓ

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

S586i Silva, Fernando Vinícius de Oliveira
IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A
SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DA
AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO
POTIGUAR. / Fernando Vinícius de Oliveira Silva. -
Mossoró, 2023.
124p.

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Karinne de Moura Saraiva.

Monografia (Graduação em Enfermagem).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. saúde da população camponesa. 2. dificuldades. 3. necessidades de saúde. 4. SUS. I. Saraiva, Ana Karinne de Moura. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

FERNANDO VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E
DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO
POTIGUAR

Monografia apresentada à Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito obrigatório para obtenção de título de Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem.

Aprovada em: 15 / 08 / 2023.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANA KARINNE DE MOURA SARAIVA

Data: 06/09/2023 13:32:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ana Karinne de Moura Saraiva (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANDREZZA GRAZIELLA VERISSIMO PONTES

Data: 11/09/2023 16:21:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Ma. Andrezza Graziella Verissimo Pontes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

JENNIFER DO VALE E
SILVA:01148944427

Assinado de forma digital por JENNIFER
DO VALE E SILVA:01148944427
Dados: 2023.09.06 13:44:58 -03'00'

Prof. Dr. Jennifer do Vale e Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Dedico este trabalho aos meus pais, à minha irmã, à minha família, à minha namorada e a todos(as) aqueles(as) que nunca deixaram de acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido alcançar mais essa conquista e por a cada dia mais ter me concedido forças, determinação e saúde para correr atrás dos meus objetivos e sonhos, fazendo-me superar até as dificuldades que penso serem intransponíveis.

Agradeço aos meus pais, popularmente conhecidos como Neto e Neta, por serem minha base e se fazerem presentes durante todo esse processo árduo e difícil, e durante todas as etapas da minha vida, sempre encorajando-me e incentivando-me. Agradeço pelo apoio emocional e financeiro, e por não medirem esforços para conseguirem formar e educar o seu filho. Muito obrigado, pai e mãe, amo muito vocês!

Agradeço à minha irmã “Biana” pelo apoio e companheirismo durante todo esse percurso, auxiliando-me em momentos de dificuldades e aflições. Muito obrigada, irmã, amo-te!

Agradeço a todos os meus familiares, tios, tias, primos e primas por todo o apoio e incentivo.

Agradeço aos meus avôs “Sabá” e Benedito e às minhas avós Luzia e Cristina por todo o amor, apoio e incentivo. Alguns de vocês presenciaram parte dessa minha trajetória, outros não. Porém, dedico essa conquista a todos vocês, sem os quais a minha existência não seria possível. Por mais que nenhum de vocês estejam vivos atualmente para partilharem dessa conquista, espero que estejam em paz e felizes. Obrigado por tudo!

Agradeço à minha namorada Annayla por todo o amor, apoio, companheirismo, paciência e encorajamento ao longo de toda essa árdua trajetória acadêmica, fazendo-me acreditar que tudo ficaria bem e que eu conseguiria alcançar meus propósitos e objetivos. Obrigado por, além de namorada, ser minha melhor amiga, companheira e confidente, tornando esse processo um pouco mais leve. Muito obrigado por todas as contribuições no âmbito acadêmico e por auxiliar na minha vida como um todo, aprendi e aprendo muito com você dia após dia. Amo-te, meu amor!

Agradeço a todos(as) os(as) meus(minhas) professores(as) por todos os conhecimentos partilhados e construídos no decorrer da minha formação acadêmica. Vocês foram muito importantes na construção do ser humano, cidadão e profissional que me tornei.

Agradeço a Andrezza e Ana Karinne pela paciência, compreensão, companheirismo, apoio e por todos os conhecimentos e ensinamentos compartilhados. Vocês foram fundamentais para a concretização deste trabalho, desde a elaboração do projeto inicial, com o auxílio de Andrezza, até os momentos intermediários e finais, quando Ana Karinne assumiu a minha

orientação em decorrência do afastamento de Andrezza para doutorado. Meus sinceros agradecimentos!

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM) por ter permitido a experiência de ser aluno bolsista durante grande parte da minha trajetória universitária. Foi o PETEM que possibilitou a concretização de vivências múltiplas e a aproximação com os três pilares da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Obrigado por tudo PETEM!

Por fim, agradeço a todos(as) aqueles(as) que colaboraram com a realização e concretização deste trabalho, seja direta ou indiretamente.

RESUMO

A pandemia de COVID-19 consistiu em uma grave crise multifacetada. Considerando a sua magnitude e impetuosidade, caracterizou-se como uma das maiores adversidades de saúde pública dos últimos anos, e uma grave problemática para distintos âmbitos da sociedade, inclusive para a Saúde do Trabalhador (ST). Esse contexto pandêmico incidiu sobre camponeses(as) de Apodi/RN, reconhecidos(as) como comunidades tradicionais e pela resistência e lutas históricas em defesa de seus modos de vida, trabalho e saúde. Diante disso, objetivou-se analisar os impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa no semiárido potiguar. Consistiu em uma pesquisa qualitativa, cuja técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada com 10 trabalhadores(as) da agricultura camponesa. A análise dos dados foi realizada a partir da identificação das categorias analíticas acerca das percepções sobre os impactos da pandemia, os problemas e as necessidades de saúde, bem como as estratégias de enfrentamento dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as). Dessarte, foi possível apreender que a pandemia impactou no processo de trabalho dos(as) camponeses(as), no tocante à produção e comercialização, na relação vida/trabalho/saúde, além de ter evidenciado os sentidos e significados positivos do trabalho no campo enquanto potencialidade, autonomia, conexão, vínculo e cuidado com a natureza e animais, e meio de fuga da realidade vivenciada. Apesar de os(as) participantes elencarem problemas de saúde a partir da perspectiva biomédica, identificou-se problemas ampliados relacionados à vida, ao trabalho, renda, carestia, insegurança alimentar e isolamento social. Quanto às necessidades de saúde, constataram-se necessidades de trabalhar, de reorganizar o trabalho no campo adotando medidas de biossegurança e de um Sistema Único de Saúde (SUS) forte e resolutivo, mas que não foi capaz de responder de forma integral, universal e equânime essas necessidades. Ademais, identificou-se como estratégias de enfrentamento a adoção de saberes populares, busca de serviços de saúde, utilização de redes sociais, redes de apoio, programas, auxílios e doações para famílias vulneráveis. Portanto, conclui-se que, em alguns casos, a sobrevivência camponesa tornou-se difícil devido aos distintos impactos, adversidades e vulnerabilidades ocasionados e/ou intensificados pela pandemia, evidenciando necessidades de saúde desses sujeitos tão invisibilizados, que carecem do desenvolvimento de políticas públicas que assegurem melhores condições de vida, trabalho, saúde e a efetivação dos seus direitos.

Palavras-chave: saúde da população camponesa; dificuldades; necessidades de saúde; SUS.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic presented a severe multifaceted crisis, emerging as one of the greatest public health adversities in recent years. Its magnitude and rapid spread posed significant challenges for various aspects of society, including the Health of Peasant Workers (ST). This study aimed to analyze the impacts of the COVID-19 pandemic on the health of peasant workers in the semi-arid region of Apodi, Rio Grande do Norte, recognized for their traditional communities and historical struggles in defense of their ways of life, work, and health. The qualitative research involved semi-structured interviews with ten peasant workers. Data analysis identified analytical categories concerning their perceptions of pandemic impacts, health problems, and needs, as well as coping strategies. The pandemic affected the peasant workers' work processes, production, and trade, along with their life/work/health balance. It also highlighted positive aspects of working in the fields, including autonomy, connection, care for nature and animals, and an escape from the current reality. The participants reported health issues beyond the biomedical perspective, such as broader problems related to life, work, income, food insecurity, and social isolation. Their health needs included secure working conditions, implementing biosafety measures on farms, and a robust and effective public health system (SUS). that could not fully, universally, and equitably meet these needs. Coping strategies involved drawing on local knowledge, seeking health services, utilizing social networks, support systems, programs, aids, and donations for vulnerable families. In conclusion, the pandemic's diverse impacts and vulnerabilities have made peasant survival challenging, underscoring the need for comprehensive public policies to ensure improved living conditions, work, health, and the realization of their rights for these often marginalized individuals.

Keywords: peasant population health; challenges; health needs; SUS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Problemas de saúde decorrentes da pandemia de COVID-19 referidos por agricultores(as) camponeses(as) de Apodi/RN em 2023.	75
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Os percursos metodológicos: fundamentos, escolhas, dificuldades e potencialidades	15
2 SER(TÃO) NORDESTINO: CORRELAÇÕES ENTRE O SEMIÁRIDO, A AGRICULTURA CAMPONESA E A SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19.....	25
2.1 O semiárido e a agricultura camponesa	25
2.2 A agricultura camponesa e o agronegócio: conflitos ambientais em Apodi/RN.....	40
2.3 A pandemia de COVID-19, a Saúde do Trabalhador e a agricultura camponesa	50
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
3.1 "TODA COISA RUIM ELA TROUXE" (Milho): limites e possibilidades do trabalho no campo para os(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19.....	63
3.2 Entre ter trabalho, arritmias, pânico e a necessidade de sobreviver: os problemas, as necessidades de saúde e as estratégias de sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19	74
3.2.1 Pandemia e os problemas de saúde dos(as) camponeses(as).....	74
3.2.2 “Se <i>num</i> souber fazer, <i>num</i> sobrevive não” (Milho): necessidades de saúde e sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19	78
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) *	116
APÊNDICE B – Carta de anuência.....	119
APÊNDICE C – Declaração de compromisso do pesquisador para início da pesquisa	120
APÊNDICE D – Termo de autorização para uso de áudio*	121
APÊNDICE E – Roteiro orientador das entrevistas semiestruturadas	122
APÊNDICE F – Parecer consubstanciado do CEP	123

1 INTRODUÇÃO

No dia 31 de dezembro de 2019 a China notificou à Organização Mundial de Saúde (OMS) acerca dos primeiros casos de uma nova pneumonia viral na cidade de Wuhan, província de Hubei. Em 02 de janeiro de 2020, identificou-se o agente etiológico viral, da família *Coronaviridae*, nomeado como *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2), responsável pela patologia *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), que pode provocar manifestações clínicas graves e que atingiu a maioria dos países, resultando na pandemia de COVID-19 (WONG; LEO; TAN, 2020; PAHO/WHO, 2020).

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020b), e após um mês, o município de Apodi, no Rio Grande do Norte, confirmou o seu primeiro caso – em 29 de março de 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI, 2020). O SARS-CoV-2 é o terceiro coronavírus a aparecer em seres humanos nas últimas duas décadas, e configurou-se como alerta às instituições globais de saúde pública, tendo em vista a capacidade potencial de resultar em danos suficientes para sobrecarregar os serviços de saúde (EMANUEL *et al.*, 2020). Em março de 2020 a OMS decretou a pandemia de COVID-19, a qual expressa diversas consequências por possuir capacidade de provocar impactos no funcionamento de distintas esferas da sociedade, como a economia, a política, o meio ambiente, a cultura, o processo saúde-doença, a saúde mental, dentre vários outros âmbitos para além de uma crise sanitária.

Cabe ressaltar que o fim da pandemia de COVID-19 foi declarado, pela OMS, no dia 05 de maio de 2023, em virtude da expressiva tendência de redução das mortes e das hospitalizações e internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) pela doença, além das elevadas taxas de imunidade da população ao SARS-CoV-2. Todavia, apesar de ter seu fim declarado, é importante frisar que a COVID-19 ainda continua a caracterizar-se como ameaça à saúde, ceifando as vidas de alguns indivíduos acometidos pela referida doença (OPAS/OMS, 2023).

Diante dessa perspectiva, é digno de destaque os dados de morbimortalidade relacionados à COVID-19. Assim, em consonância com o Painel Coronavírus, até o dia 28 de julho de 2023, houveram 37.717.062 (trinta e sete milhões, setecentos e dezessete mil e sessenta e dois) casos confirmados da doença, com uma incidência de 17947,9 (dezessete mil, novecentos e quarenta e sete vírgula nove). Já em relação à mortalidade, houveram 704.659 (setecentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove) óbitos acumulados, com uma taxa de

mortalidade de 335,3 (trezentos e trinta e cinco vírgula três) e 1,9% (um vírgula nove por cento) de letalidade (BRASIL, 2023).

Dessa forma, durante a sua ocorrência, a pandemia configurou-se como uma grave crise social, econômica, sanitária, política, cultural e de saúde. Considerando a sua magnitude e impetuosidade, caracterizou-se como uma das maiores adversidades de saúde pública mundial dos últimos anos, uma ocorrência que resultou em problemas sociais e psíquicos em grande parte da sociedade (FARO *et al.*, 2020). Outrossim, esse cenário, por exigir a interrupção de várias atividades, afetou bruscamente a economia, em todos os níveis, impactando o funcionamento de pequenos municípios, assim como de grandes metrópoles (VINCI; POLIDORI; POLIDORI, 2020).

Todavia, deve-se reconhecer que a pandemia somente acentuou a crise já vivenciada pela humanidade e deflagrou a fragilidade do ser humano, o que reforçou o seu perigo, tendo em vista que possuiu alvos que foram afetados de forma mais específica, enquanto outros foram mais privilegiados e não sofreram tanto assim, reforçando o ditado: “estamos na mesma tempestade, mas não no mesmo barco”. Porém, apesar dessa ótica, gerou-se uma consciência de comunhão global, que tendeu a se mostrar, de alguma forma, democrática (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, cabe frisar que qualquer pandemia, e em especial a de COVID-19, é discriminatória e desigual, representando maiores impactos e adversidades para determinados grupos sociais, quando comparados a outros. Os que mais sofrem são aqueles que apresentam expressiva vulnerabilidade, cuja matriz está situada antes do advento da pandemia, porém sendo intensificada por ela, por estarem mais expostos à disseminação do SARS-CoV-2 e com cuidados de saúde inacessíveis. Esses grupos integram o que Boaventura de Sousa Santos (2020) denomina de Sul, sendo caracterizado como um espaço-tempo político, social e cultural, a partir da perspectiva dos mais injustiçados e suscetíveis ao sofrimento, decorrente da exploração, dominação e discriminação capitalista e neoliberal (SANTOS, 2020).

Dessarte, essa desigualdade da pandemia impactou, sobretudo, os grupos sociais que estão às margens da sociedade, dentre os quais podem ser citados: as mulheres; os(as) trabalhadores(as) precários(as), informais e autônomos(as); os(as) trabalhadores(as) de rua; os(as) camponeses(as); os(as) moradores(as) das periferias pobres, favelas, morros, aldeias remotas e barriadas¹; os(as) sem-abrigo ou populações de rua; os(as) deficientes físicos(as) e intelectuais; os(as) idosos(as); os(as) internados(as) em campos de internamento para refugiados(as), imigrantes indocumentados(as) ou populações deslocadas internamente; os(as)

¹Conjunto habitacional que possui ruas e moradias de baixa estrutura.

presidiários(as); dentre vários(as) outros(as). Mas o rol daqueles(as) que se encontram ao Sul da pandemia está distante de ser exaustivo, tendo em vista que o contexto pandêmico tornou a problemática da vulnerabilidade mais visível e fortaleceu a injustiça, a exclusão social, a discriminação, a assimetria e o sofrimento (SANTOS, 2020).

Diante dessa realidade, as recomendações da OMS, no tocante ao isolamento social, tornaram-se quase que impraticáveis para os grupos em condição de vulnerabilidade, ao colocar, em especial, a classe trabalhadora em uma faca de dois gumes e sob intenso fogo cruzado, obrigando-os(as) a decidirem entre buscar sua subsistência diária (pois não possuem direitos sociais, recebendo salários somente quando realizam algum trabalho), ou optarem por permanecer em casa no isolamento, faltando dinheiro para abastecer a mesa de sua família, criando-se assim um dilema: morrer de COVID-19 ou de fome? Diante disso, qualquer decisão direcionava os(as) trabalhadores(as) para a mortalidade e a letalidade. Nesse sentido, as indicações da OMS pareciam ser concebidas para a classe média alta, a qual detém uma estabilidade e segurança para fazer valer o isolamento ideal. Porém, esses indivíduos representam uma reduzida parcela da população mundial (ANTUNES, 2022; SANTOS, 2020).

Esse contexto repercutiu sobre os(as) camponeses(as), pois antes mesmo do início da pandemia já eram marginalizados(as), negligenciados(as) e vulnerabilizados(as), o que se intensificou no decorrer dela, carecendo, mais do que sempre, de políticas públicas que intervenham de forma mais efetiva no seu contexto e realidade social (SANTOS, 2020).

Assim, é notório que a pandemia atingiu de formas diversas os distintos, pois ela não foi nada democrática, mas sim desigual, ao ponto que a própria sociedade também o é. Dessa forma, é preciso tratar igualmente os iguais e com equidade os desiguais, na medida de suas desigualdades, pois o princípio da igualdade pressupõe que os indivíduos que se encontram em situações diferentes (de vulnerabilidade social), sejam tratados de forma equânime, almejando eliminar as desigualdades (BRASIL, 2020a).

Diante dessa conjuntura, é notório que, no Brasil, ainda há uma desigualdade na distribuição de riquezas, resultando em exorbitante parcela populacional sobrevivendo em condições de pobreza, com dificuldades no acesso a condições e bens essenciais. As populações do campo e da floresta, povos cujo modelo de vida e produção social estão vinculados com a terra, em grande parte, apresentam quadro de pobreza, precariedade e suscetibilidade às doenças e sequelas oriundas do modo, qualidade de vida e inserção no processo produtivo (BRASIL, 2013).

Assim, o advento da pandemia de COVID-19 veio a acrescer a um contexto socioeconômico que já estava em crise, explicitando as desigualdades, vulnerabilidades sociais

e a precarização das condições de vida (MATTEI; HEINEN, 2020; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020). Em virtude do exposto, foram inegáveis os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 nos diversos âmbitos da sociedade. Consistiu em uma crise multifacetada, resultante, em grande parte, do modelo de produção capitalista degradado que visa o lucro, sem a devida importância para com as repercussões à natureza e à humanidade. Tratou-se, então, de um momento de queda de máscaras e revelação da perversa face do capitalismo, que amedrontou, intimidou, massacrou e matou, sobretudo, os mais vulneráveis.

Logo, urge a necessidade de analisar os impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa em contexto de conflito ambiental, a exemplo do vivido no semiárido potiguar, em particular, no município de Apodi.

Diante disso, suscita-se o seguinte questionamento: quais foram os impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa em Apodi/RN? A pesquisa apresentou como objetivo geral, analisar os impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa no semiárido potiguar. No tocante aos objetivos específicos, buscou-se apreender as percepções dos trabalhadores e das trabalhadoras da agricultura camponesa sobre os impactos da pandemia de COVID-19 para o trabalho; identificar problemas e necessidades de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora relacionados à pandemia de COVID-19; e conhecer estratégias de enfrentamento frente aos impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa.

O interesse em pesquisar a temática manifestou-se a partir de reflexões sobre o assunto, com o propósito de evidenciar e buscar entender quais os principais impactos provocados pelo contexto pandêmico para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa do município de Apodi/RN. Além disso, o fato de o pesquisador residir no referido município e ter contato com alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) fomentou a vontade por maior aproximação e compreensão desse contexto.

Nesse sentido, os diálogos e discussões com a docente orientadora do pesquisador foram indispensáveis para uma ampliação do olhar e direcionamento da temática em questão, tendo em vista a lacuna existente, que é resultante da escassez de estudos que possibilitem vislumbrar e compreender sobre os impactos provocados pelo contexto pandêmico para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa de Apodi/RN. Apesar da existência de alguns estudos que tratem sobre a pandemia de COVID-19 e os(as) trabalhadores(as) rurais, uma parcela deles versa sobre aspectos mais específicos, com um foco voltado para o

agronegócio, o que difere da pretensão do presente estudo, ao lançar o olhar para os(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa.

Logo, ratifica-se a contribuição desta pesquisa para a Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), para que os acadêmicos e profissionais da área possam conhecer melhor essa problemática, a partir de uma maior aproximação, buscando desenvolver seus processos de trabalho para intervir nessa realidade e amenizar os impactos provocados e intensificados pelo contexto pandêmico.

Além disso, é de suma importância para os(as) agricultores(as) camponeses(as) do referido município, para a sociedade, profissionais de saúde e para o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a necessidade de proporcionar visibilidade a esses indivíduos para o desenvolvimento de políticas públicas que intervenham, de modo eficaz, nessa realidade. Assim, a pesquisa impulsiona o repensar da atuação do Estado e do SUS perante as barreiras, dificuldades e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura camponesa, para assegurar direitos inerentes ao ser humano e garantir a efetividade dos princípios do SUS.

1.1 Os percursos metodológicos: fundamentos, escolhas, dificuldades e potencialidades

No tocante ao percurso metodológico, consiste em uma pesquisa que assumiu uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, de natureza descritiva e, quanto ao procedimento, caracterizou-se como pesquisa de campo. Segundo Gil (2008b), o estudo exploratório possibilita maior proximidade com o problema em questão, expandindo o conhecimento do pesquisador e permitindo aperfeiçoar e elucidar conceitos e ideias sobre algo novo. No tocante ao descritivo, almeja descrever características de uma população específica, visando entender suas especificidades.

A pesquisa qualitativa se ocupa, nas Ciências Sociais, com um patamar da realidade de impossibilidade de quantificação das informações, detendo-se aos significados, relações, representações, crenças, percepções, opiniões, interpretações, motivos e valores, permitindo desvelar processos sociais de grupos pouco conhecidos, sob a ótica dos sujeitos da pesquisa. Assim, propicia a captação e conhecimento de aspectos comportamentais, além de fomentar a sua participação e envolvimento, no que tange a espontaneidade e a pluralidade de ideias e posicionamentos, viabilizando a construção de abordagens, concepções, revisão e estruturação de novos conceitos e categorias no decorrer da investigação, análise e interpretação acerca da história e contextos nos quais estão inseridos (FLICK, 2013; MINAYO, 2013).

Além disso, por se tratar de uma pesquisa de campo, almejou uma maior aproximação e aprofundamento sobre uma realidade específica, que foi realizada através da observação direta de comportamentos e percepções a partir da conversação com os sujeitos do grupo estudado, com o intuito de explorar as diversas interpretações e concepções sobre o que ocorre na realidade (GIL, 2008a). Essa predileção foi fundamentada na possibilidade de realização através de maiores aproximações da realidade, proporcionando subsídios para a geração de intervenções reais em conformidade com a problemática e especificidades da população em questão, com visões embasadas na criticidade (SERAPIONI, 2000).

Dessa forma, a presente pesquisa ancorou-se no referencial teórico-metodológico da Saúde do Trabalhador, além de adotar uma perspectiva crítica. Isto posto, é importante elucidar que a Saúde do Trabalhador almeja superar os conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional e da Medicina do Trabalho, buscando dar visibilidade a outros aspectos e processos que influem em acidentes e degradação do processo saúde-doença no desenvolvimento do trabalho. Assim, a Saúde do Trabalhador pode ser definida como um campo de práticas e de conhecimentos que evidencia a correlação entre trabalho e saúde estabelecida nos distintos processos produtivos, englobados em um dado modo de produção, não restringindo-se aos locais de labor, mas abrangendo vários aspectos externos relacionados à organização do mundo do trabalho na civilização capitalista (PIGNATTI; MACIEL; RIGOTTO, 2013; PONTES, 2012).

Ademais, cabe ressaltar que os modelos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, diante do contexto pandêmico enfrentado, são insuficientes em abranger e dar conta dos problemas e necessidades dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as), pois são modelos que agem nos fatores de risco, mas não na determinação social do processo saúde-doença; que consideram os(as) trabalhadores(as) como agentes passivos, ao invés de sujeitos político-social e agentes de mudanças; e que enxergam somente o ambiente de forma isolada, ao invés de visualizar as múltiplas relações entre as classes sociais, os processos de trabalho e os riscos existentes (FRIAS JÚNIOR, 1999; LACAZ, 2007; MENDES; DIAS, 1991).

Além disso, a Saúde do Trabalhador possui como categorias explicativas processo de trabalho, classe social e cargas de trabalho, além de apresentar os eixos de defesa do direito ao trabalho digno e saudável, da participação dos(as) trabalhadores(as) nos processos decisivos e transformadores sobre a organização e gestão dos processos produtivos, e a pretensão da garantia de atenção integral à saúde. Outrossim, o campo da Saúde do Trabalhador considera as categorias teóricas produção, trabalho, ambiente e saúde como imprescindíveis para discussões, análises e intervenções nas relações entre trabalho e saúde, incorporando os saberes dos(as) trabalhadores(as) (LACAZ, 2007; NUNES, 2004; PONTES, 2012).

Isto posto, é importante frisar que a presente pesquisa possui um enfoque na categoria dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as). Dessa forma, deve-se ressaltar que “os(as) camponeses(as)” não são os(as) mesmos(as) que “trabalhadores(as) rurais”, tendo em vista que nem todo(a) camponês(esa) é trabalhador(a) rural, pois este(a) consiste em um termo mais amplo, designando todos(as) aqueles(as) que trabalham no campo, abarcando, inclusive, os(as) empregados(as) do agronegócio.

Logo, é necessário distingui-los(as) e deixar claro que os(as) trabalhadores(as) camponeses(as) possuem uma lógica de relação com a natureza e com o cercado² que difere dos(as) demais trabalhadores(as) rurais. Além disso, o(a) camponês(esa) apresenta diversas feições, conceitos e significados, além de almejar preservar os conhecimentos e saberes tradicionais da vida no campo a partir da socialização de costumes, hábitos, saberes, tradições e culturas que marcam uma rotina de trabalho e vida singulares e autônomas, com foco na subsistência familiar e local, prezando por uma preocupação com a natureza e com o manejo da terra (BASSO, 2021; CARNEIRO *et al.*, 2015; PAULO, 2015; SAQUET, 2014).

Assim, geralmente, produzem em pequenas propriedades e possuem vínculo e sentimento de pertencimento com a terra e natureza, buscando a utilização dos recursos naturais de forma racional, responsável e sustentável, preservando o meio ambiente, o solo, a água e a biodiversidade nativa. Ademais, articulam equipamentos simples e tradições, e se contrapõem à lógica produtiva do agronegócio e aos moldes do sistema capitalista (BASSO, 2021; CARNEIRO *et al.*, 2015; PAULO, 2015; SAQUET, 2014). Portanto, reitera-se que “camponês(esa)” não é sinônimo de “trabalhador(a) rural”, “trabalhador(a) do campo” e/ou “agricultor(a)”. Logo, é a categoria de “trabalhadores(as) camponeses(as)” que será assumida ao longo deste trabalho.

Diante disso, trata-se de um estudo que possui relevância social por proporcionar maior visibilidade à problemática da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora da agricultura camponesa, evidenciando demandas para os movimentos sociais do campo, Universidades e políticas públicas, nos âmbitos da saúde, vida e do trabalho. Cabe frisar que a Saúde do Trabalhador encontra-se implantada no SUS e em consonância com o seu arcabouço teórico legal, configurando-se como uma de suas atribuições, de acordo com a Constituição de 1988. Dessa forma, ressalta-se a importância de os enfermeiros, bem como os demais profissionais da saúde,

²Termo utilizado para se referir ao campo, onde trabalham plantando e criando animais. Além disso, em alguns momentos, os(as) agricultores(as) utilizam também o termo “roçado”.

analisarem, identificarem, reconhecerem e considerarem os problemas e necessidades de saúde dos(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa.

A pesquisa ocorreu no município de Apodi/RN, o qual está situado na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião da Chapada do Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte, no semiárido potiguar, possuindo uma área territorial de 1.602,47 km² e o seu bioma é a caatinga. Ademais, apresenta características de fauna, flora e relevo específicas, com uma diversidade de espécies endêmicas, além de formações arqueológicas de grande relevância para o patrimônio histórico e cultural do país, apesar de se encontrar em iminente risco de degradação (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Além disso, o município de Apodi possui uma população total de 34.763 habitantes, sendo que o percentual da população do campo corresponde a 49,57% (IBGE, 2010). Cabe frisar que os critérios impulsionadores da escolha do local da pesquisa foram a importância da agricultura camponesa no referido município, o contexto de conflito socioambiental e o fato de ser a cidade de vivência do pesquisador.

Em Apodi, a agricultura camponesa possui uma grande organização política, tendo à frente o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), localizado na Rua Nonato Mota, nº 106, cujo CEP é: 59700-000, e o telefone para contato: (84) 3333-2269. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a agricultura camponesa em Apodi está organizada em 4 (quatro) regiões, sendo elas a Região do Vale; a Região da Chapada; a Região da Pedra; e a Região da Areia.

Ademais, conforme a cartografia social produzida em setembro de 2015 pelo STTR, em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento (LABOCART), da Universidade Federal do Ceará (UFC), o município de Apodi possui 98 (noventa e oito) comunidades catalogadas. Outrossim, uma característica importante, diferencial e potencial deste lócus da pesquisa é que em cada comunidade há uma associação com um presidente, com a realização mensal do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi para debaterem e refletirem sobre o contexto e situação dos(as) agricultores(as), em busca de lutas, conquistas e melhorias para esses indivíduos.

Assim, os participantes da pesquisa foram homens e mulheres que trabalham com a agricultura camponesa no município de Apodi. Os critérios de inclusão foram: ser trabalhador(a) da agricultura familiar camponesa e residente em território do campo do referido município; ser sindicalizado no STTR de Apodi/RN; e ter mais de 18 anos de idade. Os critérios de exclusão foram: ser exclusivamente empregado do agronegócio em Apodi/RN; apresentar sintomas gripais, ou impossibilidade de comunicação de qualquer natureza no dia destinado para a entrevista.

Para a composição da amostra não se utilizou critérios estatísticos, por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, optando-se pela delimitação do tamanho amostral a partir do critério de saturação teórica dos dados, por ser aplicável às pesquisas qualitativas. Assim, consistiu na interrupção da coleta de dados quando percebeu-se, a partir do âmbito da observação, que não conseguiu-se mais depreender novos elementos e informações que viessem a contribuir com a teorização desejada ou possível, ou seja, quando a interação entre o campo de pesquisa e o investigador não mais proporcionou elementos para balizar ou aprofundar a teorização, na medida em que os depoimentos dos(as) entrevistados(as) supriram, de forma satisfatória, os objetivos traçados na pesquisa (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008; PIRES, 2008).

Para a realização da pesquisa foi necessária a articulação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN, a partir de diálogos com o presidente do STTR e os demais integrantes do Sindicato. Essa articulação foi imprescindível para apresentação e esclarecimentos acerca da pesquisa, engajando todos(as) eles(as) no processo de apresentação e convite aos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura camponesa do referido município. Nesse sentido, o Sindicato foi um importante parceiro, ao intermediar a comunicação entre o pesquisador e os(as) participantes, além de disponibilizar do ambiente físico e estrutural para a realização das entrevistas.

A partir dessa intermediação com o STTR de Apodi/RN, o pesquisador realizou visitas em diferentes dias de funcionamento do Sindicato, bem como em eventos promovidos pelo mesmo, como a Assembleia Anual e a reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi. Essas visitas tinham como objetivo aproveitar o público de agricultores(as) camponeses(as) presentes nas ocasiões para apresentar a pesquisa e convidá-los(as) para participarem. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas de acordo com a aceitação por parte dos(as) agricultores(as) abordados(as), a disponibilidade de tempo e interesse em participar da entrevista e colaborar com o estudo.

Dessa forma, foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, constituída pela combinação de questionamentos objetivos/fechados e subjetivos/abertos, o que possibilitou ao(à) participante discorrer livremente sobre a temática, sem haver limitações às perguntas pré-definidas, pois no decorrer das entrevistas surgiram algumas questões e assuntos relevantes como desdobramentos do tema principal, que foram melhor explorados, ao permitir e incentivar que os(as) participantes falassem livremente sobre distintas percepções, sensações, experiências e vivências (MINAYO, 2013). O instrumento de pesquisa foi um roteiro orientador (APÊNDICE E).

Como forma de garantir conforto, segurança, privacidade e confiança aos(às) participantes, as entrevistas foram realizadas na sede do STTR de Apodi, estando presentes apenas o pesquisador e o(a) entrevistado(a). Em cada entrevista, explicou-se ao(à) participante os objetivos da pesquisa, momento em que foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) e o Termo de Autorização para Uso de Áudio (APÊNDICE D), que, após assinados, autorizava o início da entrevista. Ressalta-se, ainda, que as entrevistas ocorreram de forma individual em uma sala reservada no STTR, de acordo com as disponibilidades do Sindicato, dos(as) entrevistados(as) e do pesquisador, prezando-se pela atenção, conforto e privacidade dos(as) participantes.

Dessa forma, no decorrer das entrevistas, houve atenção do pesquisador para cada depoimento externado, com a construção de uma relação amigável e de segurança para com todos(as) os(as) envolvidos(as). Além disso, a porta da sala ficou devidamente trancada para evitar a interferência de terceiros e para zelar pelo sigilo das falas dos(as) participantes, visando garantir maior confiabilidade à pesquisa.

Cabe destacar que a média de tempo de duração de cada entrevista foi de 30 (trinta) minutos. Durante a realização das entrevistas, o diálogo foi gravado, com o consentimento dos(as) participantes (APÊNDICE D), em um tablet *Samsung Galaxy Tab A*, com sistema operacional Android, que foi, posteriormente, transcrito na íntegra em conformidade com as falas, visando a garantia da fidedignidade das informações, tendo em vista que configurou-se como material destinado à análise.

Como forma de garantir o anonimato dos(as) entrevistados(as), somente o pesquisador teve acesso às informações coletadas nas entrevistas, o qual manteve sigilo e se comprometeu em não divulgar quaisquer dados pessoais dos(as) participantes, tampouco permitiu o acesso a terceiros, visando respeitar a ética e a integridade dos(as) entrevistados(as). Dessa forma, em hipótese alguma os(as) entrevistados(as) foram identificados(as), optando-se pela utilização de códigos (E01, E02, [...], E09, E10) no Roteiro Orientador das Entrevistas Semiestruturadas (APÊNDICE E).

Além disso, para a realização de menções e citações no decorrer do texto monográfico, os(as) entrevistados(as) receberam nomes populares de diferentes tipos de plantas encontradas e utilizadas na região (sorgo, milho, melancia, bananeira, batata, etc.), de forma aleatória, como forma de preservar a identidade pessoal dos(as) participantes desta pesquisa. Assim, a escolha dos nomes populares de plantas ocorreu em virtude do respeito aos saberes tradicionais e valorização das Epistemologias do Sul.

Após transcritas e identificadas as falas, iniciou-se a análise criteriosa dos dados, momento em que houve associações entre as falas e as informações registradas no diário de campo do pesquisador, possibilitando um apanhado das diversificadas ideias e conhecimentos entre os diferentes relatos e posicionamentos, propiciando um estudo mais amplo, assegurando uma maior confiabilidade conforme as necessidades da pesquisa (MINAYO, 2013).

Para analisar os dados foi preciso penetrar e assimilar os significados que os atores sociais compartilharam na vivência da realidade. Assim, a análise ocorreu, conforme preconizado por Bardin (2016), através de técnicas de aperfeiçoamento e análise de conteúdo, na modalidade de análise temática, por meio de métodos e propósitos sistemáticos de descrição da essência das mensagens, cuja presença ou frequência possuam significado para o objetivo analítico pretendido. Dessa forma, propiciando a intercessão e interligação entre os conhecimentos, referentes às suas condições de construção, configurando-se em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados obtidos.

Na pré-análise foi realizada a sistematização da totalidade dos materiais que deveriam ser explorados, direcionando a concepção de pensamento e ideias para a construção de indicadores que possibilitaram a interpretação e compreensão. Assim, necessitou de muita leitura dos dados coletados (leitura flutuante e exaustiva), permitindo uma maior proximidade com essas informações (BARDIN, 2016).

A segunda etapa consistiu na exploração do material a partir de uma condução sistemática das medidas adotadas. Nesse ínterim, foi destinada uma maior atenção aos dados, com leituras mais profundas da totalidade do material estudado e com a realização de recortes específicos e necessários, propiciando uma organização das informações obtidas, viabilizando a classificação e agregação dos dados em categorias teóricas ou empíricas (BARDIN, 2016).

Por fim, no tocante ao tratamento e interpretação dos resultados obtidos, ocorreu análises dos resultados com interpretações dos materiais, o que possibilitou conclusões e desfechos de pensamentos e ideias estruturadas, a partir de correlações com o referencial teórico, expandindo o conhecimento e compreensão sobre o objeto estudado (BARDIN, 2016).

A partir da análise realizada, as categorias analíticas que compõem este estudo são: "TODA COISA RUIM ELA TROUXE" (Milho): limites e possibilidades do trabalho no campo para os(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19; e "Entre ter trabalho, arritmias, pânico e a necessidade de sobreviver: os problemas, as necessidades de saúde e as estratégias de sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19". Por sua vez, a segunda categoria foi subdividida em duas subcategorias, sendo elas: "Pandemia e os problemas de saúde dos(as) camponeses(as)"; e "Se num souber fazer, num sobrevive não" (Milho):

necessidades de saúde e sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19”.

É importante mencionar que houveram algumas dificuldades para a realização desta pesquisa. Dentre elas, merece destaque o fato de que alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) abordados(as) não tiveram disponibilidade de tempo para participar da entrevista. Nesse sentido, alguns(mas) passavam pelo Sindicato de forma rápida para se informar ou resolver alguma questão pendente relacionada ao seu trabalho ou aposentadoria. Então, alguns dos convites foram recusados, com a justificativa de estarem apressados(as) para resolverem algumas coisas, e que, infelizmente, não poderiam contribuir no momento.

Apesar de alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) relatarem não terem disponibilidade de tempo para participarem das entrevistas, a maioria deles(as) mostraram-se solícitos(as) e interessados(as) em terem suas vozes ouvidas, o que configurou-se como uma facilidade. Diante disso, tornou-se perceptível que muitos(as) dos(as) entrevistados(as) ficaram à vontade durante as entrevistas, aproveitando o momento para discorrer sobre as perguntas, e, para além delas, extrapolar os seus limites ao falarem de diversos outros aspectos importantes da sua realidade, trabalho e vida. Tudo isso colaborou para um enriquecimento dos dados coletados.

Outra dificuldade enfrentada foi a questão de o pesquisador precisar participar de aulas no município de Mossoró/RN durante grande parte do período destinado para realização da coleta de dados, sendo necessário conciliar as aulas e demandas da faculdade com o deslocamento até o município de Apodi/RN para viabilizar a realização de algumas entrevistas. Isso fez com que a fase de campo tivesse início no final do mês de janeiro de 2023, perdurando até o final do mês de fevereiro do referido ano.

Em virtude dos riscos oriundos do contexto pandêmico vivenciado, foram tomadas todas as medidas de biossegurança, na perspectiva de mitigar a possibilidade de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, como: uso de máscaras; o distanciamento mínimo de 2 metros entre pesquisador e entrevistado(a); não compartilhamento de objetos; higienização das mãos antes, durante e após a realização das entrevistas; e a limpeza de todo o material utilizado. Foi disponibilizado recipiente com álcool a 70% na sala onde ocorreram as entrevistas, havendo a higienização das mãos de cada participante ao entrar e ao sair, além da utilização de máscara durante a ocasião (foram ofertadas máscaras cirúrgicas para os(as) participantes). Além disso, todos(as) os(as) entrevistados(as) haviam sido completa e devidamente imunizados(as).

Cabe evidenciar, ainda, que a pesquisa foi iniciada apenas após a apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

(UERN), a qual ocorreu em 26 de outubro de 2022, a partir do parecer de número 5.723.841. Sendo assim, buscou-se obedecer aos princípios e postulados éticos, como recomenda as normas para pesquisas que incluem seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), seguindo a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que objetivam considerar o respeito à dignidade do ser humano e garantia do pleno exercício dos direitos, prevendo e evitando quaisquer danos aos participantes, garantindo-lhes proteção especial.

Ressalta-se que este estudo monográfico está organizado nesta introdução; em três capítulos teóricos, os quais são inseridos no capítulo geral do referencial teórico intitulado como “Ser(tão) nordestino: correlações entre o semiárido, a agricultura camponesa e a Saúde do Trabalhador no contexto pandêmico da COVID-19”. Assim, o primeiro capítulo teórico foi denominado “O semiárido e a agricultura camponesa”, no qual discorre-se sobre a caracterização do semiárido e sua relação com a agricultura camponesa, bem como as disputas paradigmáticas presentes nessa relação e os movimentos sociais do campo. Já o segundo capítulo teórico foi intitulado “A agricultura camponesa e o agronegócio: conflitos ambientais em Apodi/RN”, o qual aborda sobre a dicotomia entre a agricultura camponesa e o agronegócio, e os conflitos socioambientais que surgem desse contexto; por fim, o terceiro capítulo teórico foi denominado “A pandemia de COVID-19, a Saúde do Trabalhador e a agricultura camponesa”, abordando sobre as correlações existentes entre o contexto pandêmico, a Saúde do Trabalhador e a agricultura camponesa.

Posteriormente, estão dispostos os resultados e discussões decorrentes da análise dos dados coletados, correlacionada à literatura científica, os quais foram organizados em duas categorias analíticas. Assim, a primeira categoria foi denominada ““TODA COISA RUIM ELA TROUXE” (Milho): limites e possibilidades do trabalho no campo para os(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19”, abordando sobre as percepções dos(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa sobre o trabalho no campo na pandemia. Já a segunda categoria foi intitulada “Entre ter trabalho, arritmias, pânico e a necessidade de sobreviver: os problemas, as necessidades de saúde e as estratégias de sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19”.

Esta segunda categoria foi subdividida em duas subcategorias, sendo a primeira denominada “Pandemia e os problemas de saúde dos(as) camponeses(as)” na qual discorre-se sobre os problemas de saúde relatados e identificados nas falas dos(as) agricultores(as) camponeses(as) durante a pandemia; já a segunda subcategoria foi intitulada ““Se *num* souber fazer, *num* sobrevive não” (Milho): necessidades de saúde e sobrevivência de agricultores(as)

camponeses(as) na pandemia de COVID-19”, na qual aborda-se acerca das necessidades de saúde e as estratégias de enfrentamento e sobrevivência (respostas) frente aos impactos da pandemia para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa; e, por fim, mas não menos importante, as considerações finais tecidas sobre o trabalho, seguidas das referências e dos apêndices.

2 SER(TÃO) NORDESTINO: CORRELAÇÕES ENTRE O SEMIÁRIDO, A AGRICULTURA CAMPONESA E A SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

Nesta seção, serão apresentados elementos basilares para a compreensão das discussões empreendidas na presente pesquisa, sendo elas: a caracterização do semiárido e sua relação com a agricultura camponesa, bem como as disputas paradigmáticas inerentes a essa relação e os movimentos sociais do campo; o panorama dicotômico entre a agricultura camponesa e o agronegócio, e os conflitos socioambientais que emergem desse contexto; e, por fim, correlações existentes entre o contexto pandêmico, a Saúde do Trabalhador e a agricultura camponesa.

Posto isso, este parágrafo destina-se ao esclarecimento acerca da expressão utilizada para denominar esta seção. A priori, deve-se reconhecer que, hodiernamente, existe uma ampla discussão acerca da utilização do termo “sertão”, havendo o entendimento por muitos teóricos das ciências humanas, sociais e da própria saúde, de que tal vocábulo carrega uma série de estereótipos acerca do semiárido. Todavia, adota-se aqui a expressão “ser(tão) nordestino”, na perspectiva de desmistificar essa carga de estereótipos atribuídas ao semiárido nordestino, adotando o real sentido de “ser(tão) nordestino” (leia-se com uma breve pausa entre “ser” e “(tão)”), no tocante à questão identitária, sentimento de pertencimento e singularidade do ser nordestino. Então, ao denominá-la desse modo, promove-se, para além da ruptura do vocábulo, uma quebra dos estereótipos, estigmas e preconceitos do que significa o “ser” nordestino nesse semiárido repleto de potencialidades.

2.1 O semiárido e a agricultura camponesa

É quase que unânime o imaginário popular estereotipado e estigmatizado do semiárido, associado a representações musicais, cinematográficas, pictóricas e fotográficas de retirantes, além de associá-lo aos seus condicionantes climáticos, a uma natureza severa, a um espaço de atraso, arcaico, rústico, pobre, inacessível e inóspito. Assim, quando se fala em semiárido, grande parte dos indivíduos tendem a imaginá-lo a partir dessas imagens distorcidas (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022):

Vendeu-se a ideia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado,

dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca. [...] É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2007, p. 11).

Dessa forma, segundo Silva (2019), o semiárido é apresentado, majoritariamente, a partir dos seus limites, ofuscando as suas potencialidades, riquezas e possibilidades, prevalecendo a imagem da carência e necessidade de políticas públicas. Ou seja,

é a população retirante retratada nas músicas de Luiz Gonzaga, nas pinturas de Portinari, nos romances de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. Sem infra-estrutura, é a que mais sofre com os efeitos do clima, a que mais migra, a que mais morre (MALVEZZI, 2007, p. 124).

Assim, é preciso desmistificar essas imagens e compreendê-lo como espaço de potencialidades, pois muitos acham que do semiárido não pode surgir nada além de galhos secos, cactos, solos rachados, seres magros, com rostos queimados pelo sol, a vagar pelo país, suplicando por comida, emprego ou esperando para receber ajuda governamental. Visualizam o semiárido como um espaço de morte, um semiárido seco, da migração e sem vida. São imagens petrificadas, enraizadas e resistentes que precisam encontrar respostas que as contradigam, pois estão fixadas no imaginário brasileiro. O semiárido deve ser enxergado e percebido de maneira distinta e mais próxima da realidade, se desfazendo desses estereótipos, paradigmas e clichês que são comuns na escola, que são reforçados na mídia, nos filmes, nas músicas, nos livros, na literatura, nas artes e nas reportagens, mas que dá conta somente de uma parte dele, pois o semiárido é muito mais do que é contado, fotografado, dialogado e discutido (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022).

Assim, o semiárido pode ser tudo aquilo que se consegue imaginar, pois está relacionado às diversas perspectivas, olhares, entendimentos, concepções, relações e os sentimentos de pertencimento com essa região. Para além das visões únicas, estereotipadas, estigmatizadas e distorcidas, que hegemonicamente povoam o imaginário nacional, o semiárido é e pode ser muito mais do que é representado, caracterizando-se como espaço de produção de vida e trabalho pulsante, diverso, complexo, amplo e plural (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022).

Nesse sentido, deve-se esclarecer que o semiárido potiguar consiste em uma delimitação oficial de uma região de planejamento que apresenta uma série de características. Essa delimitação foi instituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no ano de 1989, substituindo o antigo polígono das secas. Desde então, vem havendo uma

expansão das fronteiras do semiárido para além do Nordeste, passando a ser conhecido como o semiárido brasileiro (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022).

Dessa forma, cabe ressaltar que, hodiernamente, o semiárido abrange o Nordeste, o Norte de Minas Gerais e alguns municípios do Norte do Espírito Santo, correspondendo a uma área de 1.129.000 km², equivalente a 12% do território nacional, englobando 1.262 municípios brasileiros. Além disso, é responsável por abrigar, aproximadamente, 28 milhões de habitantes, dos quais 62% residem em zonas urbanas e 38% em zonas rurais, constituindo 63% da população nordestina e 12% da brasileira, sendo o semiárido mais populoso e que apresenta as condições de vida mais precárias (ASA, 2021; CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022; INSA, 2021). Apesar da precariedade nas condições de vida, os sujeitos que habitam o semiárido permanecem no seu local até quando conseguem suportar,

O povo fica porque construiu uma relação cultural profunda com o meio. O povo caatingueiro é apaixonado pela caatinga e, ainda que precariamente, aprendeu a viver em seu ambiente. A criação de pequenos animais, a apicultura, a água colhida em reservatórios escavados no chão e outras soluções possibilitam que o povo nasça, cresça e se reproduza, embora migre intensamente, para ir e para voltar (MALVEZZI, 2007, p. 57).

Esse fluxo migratório de partida e retorno é bem representado por algumas obras artísticas. Dentre elas, cabe citar a música Asa Branca, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, considerada um hino sertanejo de fundamental importância na cultura semiárida, ao retratar e descrever, com um tom fatalista, a realidade e história dos nordestinos ao longo do tempo, e que continua a existir atualmente (MALVEZZI, 2007), como podemos constatar a seguir:

Quando olhei da terra ardendo
Qual fugueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação.

Que braseiro, que fornaia
Nenhum pé de prantação
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão.

Inté mesmo a Asa Branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse
Adeus, Rosinha
Guarda contigo meu coração.

Hoje longe, muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra eu voltar

Pro meu sertão.

Quando o verde dos teus óios
 Se espraiá na prantação
 Eu te asseguro
 Não chores não, viu
 Que eu voltarei, viu
 Meu coração (GONZAGA; TEIXEIRA, 1947).

Assim, o sertanejo não parte por desejo, mas por necessidades diante da natureza suprema e de seu ciclo natural, sendo expulso pelas adversidades e vivendo a saudade de forma particular e profunda. Dessa forma, a partida está vinculada à esperança do retorno, que se efetiva quando as condições melhoram e permitem a sua permanência, intrinsecamente relacionada à satisfação de estar no seu lugar e de ser sertanejo (MALVEZZI, 2007).

Ademais, é o semiárido mais chuvoso do planeta (variando de 250 mm/ano a 800 mm/ano), apesar de apresentar um índice de aridez³ de até 0,5 e risco de seca maior que 60%, além de possuir um subsolo constituído em 70% por rochas cristalinas rasas, o que repercute em diminuição da infiltração das águas das chuvas no subsolo e, conseqüentemente, dificultando a geração de mananciais perenes e de água potável, fazendo com que o montante de águas percorra em direção às regiões de menor altitude, desembocando em rios intermitentes, e desses para o mar, ou desaparecendo em decorrência do processo de evaporação (MALVEZZI, 2007; INSA, 2021).

Somada a essa característica, o crescente desmatamento, o desenvolvimento de atividades agrícolas com a utilização inadequada dos solos, manuseio inadequado de sistemas de irrigação e o sobrepastoreio pela pecuária extensiva repercutem em processos de salinização das terras, tornando-as mais vulneráveis à degradação, e conseqüente desertificação, cuja reversão é quase impossível. Nesse sentido, em consonância com dados do Instituto Nacional do Semiárido (2021), 85% do semiárido brasileiro encara um processo de desertificação moderado, ao passo que 9% se encontra efetivamente desertificado (INSA, 2021).

É indiscutível que o déficit hídrico e o semiárido andam lado a lado, porém isso não corresponde à ausência de chuva e/ou de água, mas sim em decorrência da desigual relação entre a água que aparece em forma de chuva e a que desaparece por evaporação, esta é maior do que aquela. Cabe ressaltar outro aspecto peculiar, que consiste na variação das chuvas no tempo e espaço no semiárido, apesar de o período chuvoso, habitualmente, coincidir de

³O índice de aridez consiste em um estudo da suscetibilidade à desertificação, considerando a pluviosidade e a perda máxima possível de água pela evaporação e transpiração, sendo considerado como o melhor indicador de áreas vulneráveis à desertificação (BARROS, 2010).

setembro a março. Assim, a irregularidade das precipitações requer, conseqüentemente, o desenvolvimento de um tipo de agricultura harmonizada com o clima, sendo necessário a armazenagem da água das chuvas para essa finalidade, e optar por culturas que necessitem de menor quantidade de água. Logo, essa variação complica, porém não impossibilita uma boa convivência com o ambiente do semiárido (MALVEZZI, 2007).

No tocante ao bioma, o semiárido apresenta, majoritariamente, um dos mais recentes e o único bioma exclusivamente brasileiro, a caatinga. A cobertura vegetal do semiárido apresenta 11.036 espécies vegetais catalogadas, compondo 2.810 gêneros e 228 famílias, constituída, principalmente, por leguminosas, gramíneas, euphorbiáceas, bromeliáceas e cactáceas (INSA, 2021).

Cabe frisar que essa vegetação é adaptada ao clima semiárido, sendo que no período sem chuvas as folhas de grande parte das espécies vegetais caducam (caem), apesar de não morrerem, permanecendo em hibernação, tendo em vista que quando a água chega elas são acordadas, esverdeando o que estava seco, sem cor e aparentemente sem vida – é como se a vida surgisse do nada, ou melhor, da água! Dessa forma, em virtude da queda das folhas, os troncos esbranquiçados e brilhantes ganham notória visibilidade, característica que influenciou a designação do bioma caatinga – “mata-branca” no tupi-guarani. Como consequência da adaptação, uma diversidade de plantas possuem a capacidade de armazenamento de água, como fonte de abastecimento para os períodos mais secos e escassos. Além disso, muitas possuem raízes mais superficiais, o que facilita a captação de água que percorra a superfície (INSA, 2021; MALVEZZI, 2007).

Cabe destacar que, por abranger uma diversidade de locais, para além do Nordeste, o semiárido brasileiro comporta diferentes climas, biomas, paisagens, contextos geográficos, inclusive abrangendo áreas de caatinga, mata atlântica, mata dos cocais, cerrado e de vegetação litorânea. Logo, é um semiárido muito diversificado e rico (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022).

Analogamente ao corpo humano, no qual as artérias são responsáveis pelo transporte de sangue do coração para o suprimento dos demais órgãos e tecidos do corpo, cabe o reconhecimento da “artéria” do semiárido, o rio São Francisco, o único grande rio totalmente brasileiro. Com quase 3 mil quilômetros de comprimento, apresenta sua nascente na serra da Canastra (MG) e sua foz no mar entre Alagoas e Sergipe. Por toda a extensão do seu canal principal habitam mais de 14 milhões de indivíduos, principalmente muitos povos e comunidades tradicionais que possuem uma relação simbiótica e de amor para com o rio. Todavia, o São Francisco vem sendo alvo de sucessivas e contínuas agressões, tendo seu leito

alterado em decorrência da construção de barragens para a instalação de hidroelétricas, além do desvio de água para os latifúndios, destinada à grande irrigação de monoculturas para a exportação, ou seja, para alimentar o agronegócio (TOMÁZ *et al.*, 2017).

Sendo assim, para além do imaginário popular e das representações nos meios midiáticos, o semiárido brasileiro é uma região com muitas potencialidades, não sendo somente clima, bioma, vegetação, solo, sol ou água. O semiárido é música, festa, dança, culinária, arte, poesia, conto, literatura, educação, beleza, religião, humanidade, afeto, amor, diversidade, política, história, é povo, população, sociedade, é campo e cidade, é trabalho, é território de produção e de convivência, é vida, é esperança, é processo social⁴, é identidade, cidadania, cultura, é luta, resistência e sobrevivência, é enxergar riqueza até nas coisas simples da natureza. Dessa forma, não se deve enxergá-lo e generalizá-lo a partir de uma única ótica, sendo necessário conhecê-lo e compreendê-lo mais de perto, atentando e dando visibilidade para aspectos, ângulos e potencialidades que não são vislumbrados por grande parte dos brasileiros, para compreender e apreender o que de fato é o semiárido (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022; MALVEZZI, 2007).

Logo, é necessário enxergar o semiárido a partir de uma visão crítica, pois pensá-lo apenas a partir do estigma do período seco é ser contido pelas armadilhas da indústria da seca⁵. Para isso, é imprescindível uma inovação educacional, com maiores abordagens acerca da realidade e convivência mais digna com o semiárido, além de transformações com o intuito de minimizar o poder político e econômico resultante da indústria da seca, almejando o enfraquecimento e erradicação da ideologia que ampara mitos e poderes hegemônicos e reforça as desigualdades sociais (MALVEZZI, 2007).

Diante desse contexto, os(as) camponeses(as) que estão inseridos(as) no semiárido se destacam pelo desenvolvimento de estratégias diferenciadas que viabilizam condições para a sua própria existência, sobrevivência, reprodução e perpetuação. Porém, esses sujeitos estão situados às margens da sociedade, de forma periférica, sendo negligenciados e esquecidos dos planos governamentais, carecendo de maior atenção do Estado (PAULO, 2015).

⁴Por se configurar como processo social, o semiárido se caracteriza como algo passível de ser transformado, alterado e modificado, tendo em vista que não é uma realidade dada, imutável, mas sim uma região em mutação e transformação, que tem uma possibilidade de vir a ser um semiárido melhor para todos (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022).

⁵A indústria da seca consiste em toda uma conjuntura arquitetada para que haja uma perpetuação do cenário precário existente no semiárido, alarmando a necessidade de ações para amenizá-lo, por meio de auxílios federais e projetos de construção de grandes obras, como açudes e barragens, com o pretexto de combater a seca que assola o semiárido. Sendo assim, nas entrelinhas da seca existem interesses políticos e econômicos para que ela não seja resolvida totalmente, o que resulta somente em ações meramente paliativas e superficiais (MALVEZZI, 2007).

No tocante ao semiárido nordestino, a realidade costuma se expressar a partir das desiguais relações de produção entre os grandes latifundiários e os(as) pequenos(as) camponeses(as), sendo estes(as) possuidores(as) de ínfimas posses de terras ou até mesmo como assentados(as). Dessa forma, o(a) camponês(es) se encontra imerso(a) em um contexto excludente e complexo que dificulta seu acesso à terra (e também à água), em decorrência da articulada e engenhosa organização das oligarquias dominantes do campo, que em conjunto com o corpo político, garante as suas ambições e a concretização da concentração fundiária, resultando na construção e acúmulo de poder que dificilmente pode ser desestruturado (MARTINS, 1994; PAULO, 2015).

Assim, é no contexto e realidade do semiárido que ocorre o embate entre dois paradigmas: o de combate à seca e o de convivência com o semiárido. No tocante ao paradigma de combate à seca, prega-se uma concepção e lógica de dominação e militarização de que é preciso apenas combater a seca que assola a região, mas não a ideia de convivência. Essa ideia é reforçada ao se deparar com a disparidade na distribuição nacional das águas, recurso social e geograficamente mal distribuído, tendo em vista que a região Nordeste apresenta a menor quantidade, com cerca de 3% da totalidade; enquanto o Sul e o Sudeste apresentam 6% cada; a região Norte se sobressai às demais, com cerca de 70% de toda a água do país; seguida do Centro-Oeste, com 15% (KÜSTER; MARTÍ; MELCHERS, 2006; MALVEZZI, 2007).

Diante dessa perspectiva, sustenta-se a ideia de que o semiárido precisa, constantemente, lutar contra a seca, por ser considerada e atribuída como algo que desencadeia diversos tipos de problemas e, sobretudo, impossibilita o seu desenvolvimento, reforçando os estereótipos, estigmas e a visão distorcida do semiárido, naturalizando as condições e atribuindo-as à vontade de Deus, o que contribui para a política clientelista.

É nesse contexto que surge o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e, posteriormente, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), almejando o desenvolvimento do semiárido, a partir da perspectiva do combate à seca e consequente resolução de problemas decorrentes dela – objetivo que pode parecer utópico, pois o ser humano não possui a capacidade de cessar os fenômenos da natureza, no máximo desenvolver estratégias para conviver e driblar determinados aspectos (MALVEZZI, 2007).

Dentre as medidas para o combate à seca tem-se a criação de açudes, barragens, tecnologias que evitam a evaporação da água e a transposição do rio São Francisco. No que se refere à transposição do referido rio, é necessário considerar também o contexto histórico, social e político do semiárido brasileiro, muito atrelado à lógica da indústria da seca, amparada pelo

mito da seca⁶ que sempre objetivou o fortalecimento e consolidação do poder político. Isso colabora com a ampliação do patrimônio e permanência da elite política da região, a partir do pretexto de realização de grandiosas obras que prometem solucionar a problemática da seca, havendo a manipulação dos recursos destinados para tal e não efetuando as modificações necessárias para a suplantação dessa problemática (CASTRO, 1992; MALVEZZI, 2007).

Todavia, o projeto real da transposição beneficia somente 6% do semiárido brasileiro, sendo que apenas 4% de toda a água se dispõe à população difusa das zonas rurais que vivenciam o problema de fornecimento de água com qualidade. Diante desse contexto, torna-se inadmissível a manutenção do mito da seca, pois a transposição do rio São Francisco corresponde a uma falsa solução para um falso problema, tendo em vista que almeja alimentar as ambições das novas oligarquias e de um complexo projeto econômico e político que pretende subsidiar o avanço do agro e hidronegócio e, em última instância, combater a seca e garantir o provimento humano e animal (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022; MALVEZZI, 2007).

Por outro lado, os movimentos sociais, civis e sindicais de resistência reivindicam uma transformação paradigmática para além de condutas pontuais, pois julgam que a partir do paradigma do combate à seca não é possível alcançar melhorias para a população do semiárido, necessitando adotar um novo paradigma, o da convivência com o semiárido, um novo conceito civilizatório que emerge dos saberes tradicionais, construídos no dia a dia das pessoas através de estratégias que possibilitem uma boa convivência no semiárido, a partir da concepção de que isso é viável e factível (CARVALHO, 2012; MALVEZZI, 2007; PAULO, 2015).

Nesse sentido, conforme o dicionário eletrônico, o vocábulo convivência pode significar: vida em comum; contato diário ou frequente; ou existência próxima e simultânea. Dessarte, para a viabilidade dessa vida em comum, do contato diário e existência próxima e simultânea com o semiárido foi necessária a criação, desenvolvimento, adaptação e inovação de medidas simples de reduzido custo e impactos que possibilitassem contribuir com o aprimoramento das unidades produtivas e práticas já existentes, a partir da efetividade das importantes tecnologias sociais de convivência adaptadas às realidades locais, construindo alternativas pautadas no princípio de gerência das águas. Essas tecnologias revelam que o(a) camponês(es) consegue alcançar qualidade de vida, geração de renda, desenvolvimento rural sustentável e produção de alimentos saudáveis, garantindo a sua dignidade, apesar de dispor de ínfimos recursos (KÜSTER; MARTÍ; MELCHERS, 2006; PAULO, 2015).

⁶Mito que pretende alcançar capital e poder, enquanto mantém a miséria da população (MALVEZZI, 2007).

Dentre as tecnologias sociais de convivência desenvolvidas podem ser citadas: a implantação de microrreservatórios como as cisternas nas roças, cisternas de placas, cisternas de bica, cisternas calçadão, cisternas fora do chão, além de açudes, barragens, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, barramento de riachos temporários, barramento de pedras, tanques de pedra e caldeirão, barreiro tradicional, barreiro trincheira, barreiro de lona, cacimba, cacimbão ou poços amazonas, poços tubulares, irrigação xique-xique e de salvação, quintais produtivos, hortas, mandalas e sistemas agroflorestais. Essas medidas têm se configurado como verdadeiros exemplos da inventividade e do potencial do(a) camponês(esa) na busca de respostas práticas, locais, populares e acessíveis para o enfrentamento das adversidades de seu cotidiano e redescoberta do semiárido, a partir do paradigma da boa convivência e da preservação de práticas tradicionais (PAULO, 2015; MALVEZZI, 2007).

Entre as tecnologias concebidas, ressaltam-se as que visam a captação e armazenamento da água, impedindo sua evaporação, para o abastecimento das comunidades, no tocante à utilização doméstica, consumo humano, produção de alimentos, criação de animais e situações emergenciais de grande necessidade. Outrossim, essas tecnologias são vantajosas pois a maioria delas são baratas, acessíveis e possibilitam um maior aproveitamento da água e das terras, não ocasionando agressões à natureza, além de evitar o surgimento de pragas e a salinização dos solos. Elas possibilitam um empoderamento da própria população, pois passa a dominar a técnica necessária, resultando em melhorias na qualidade da água e alimentação e, conseqüentemente, na saúde, renda e qualidade de vida, além de se configurar como um passo rumo à cidadania, tendo em vista a independência em relação à sua própria água, passando a viver do seu trabalho e não mendigando ajudas (MALVEZZI, 2007).

Dessa forma, o caminho para a convivência com o semiárido passa pela compreensão de como o clima da região funciona e, a partir disso, buscar formas de adaptação e associação que respeitem o meio ambiente, sem atacá-lo. Logo, não se pode mais acreditar na ideia de acabar com a seca, mas sim buscar adequações inteligentes e viáveis que reconheçam e respeitem a natureza. Assim, o segredo dessa convivência consiste na produção e armazenamento de água no período chuvoso, de preferência em reservatórios hermeticamente fechados, o que propiciará amenizar as dificuldades enfrentadas nos períodos mais secos (PAULO, 2015).

Cabe ressaltar que a água passou a receber maior ênfase a partir do programa Um milhão de cisternas de placas, no âmbito do projeto Um milhão de cisternas (P1MC), promovido pela rede Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) desde 1999, que viabilizou a construção de cisternas de placas para captação e armazenamento de água da chuva para abastecimento

humano, tendo em vista que a captação da água oriunda das precipitações consiste em uma medida barata, viável e fácil. Sendo assim, as cisternas permitiram visualizar novas perspectivas reais para uma boa convivência com o semiárido e consolidação da cidadania da população sertaneja, não estando subalterna aos infortúnios naturais e à indústria da seca (GNADINGLER, 2006; MALVEZZI, 2007).

Além disso, cabe mencionar o projeto Uma terra e duas águas (P1+2), que preconiza o acesso a uma área de terra para plantar e viver com dignidade, a cisterna para captação de água destinada para consumo humano e uma outra medida para obter água para produção agropecuária. Dessa forma, este projeto abarca, concomitantemente, a questão da terra e o aproveitamento da água das precipitações para a produção, pressupondo a reforma agrária e a concretização de pequenas obras hídricas para captação de água de forma desconcentrada, além de ser ambiental, social e economicamente sustentável, viabilizando a segurança alimentar e hídrica, além da emancipação e cidadania dos sujeitos abrangidos (GNADINGLER, 2006; MALVEZZI, 2007).

Logo, esses projetos, programas e políticas configuraram-se como estratégias de convivência com o semiárido, que foram sustentando essa lógica de convivência e, para além disso, a concepção de adequação ao semiárido, com caminhos e possibilidades que permitissem atenuar algumas dificuldades e tornar a sobrevivência nessa região mais viável.

Outrossim, para a convivência com o semiárido é imprescindível uma revolução na própria organização da sociedade, revolucionando, assim, dimensões culturais, políticas, éticas e sociais. Dessa forma, conforme Mészáros (2011), é necessária uma revolução mais profunda da própria organização da sociedade que se encontra subalterna ao modo de produção capitalista, pois nenhuma intervenção sobre alguns aspectos e defeitos parciais poderia enfrentar essa dificuldade.

Assim, é preciso uma intervenção mais radical, almejando a superação do capital e ressignificações das relações sociais, de produção e, sobretudo, um novo sentido para o próprio semiárido, pois as modificações estão para além das novas tecnologias sociais e da concessão de terra, compreendendo também as formas de viver nas atuais condições socioambientais desse território, no tocante aos limites e potencialidades, presumindo novas maneiras de pensar, aprender e conviver com o semiárido, buscando transfigurar todos os aspectos da vida (MÉSZÁROS, 2011; PAULO, 2015).

Nesse sentido, é necessária a efetivação de educação popular como prática educativa e propulsora de transformações da realidade, voltada para a convivência com o semiárido, a partir

da práxis e vinculando prática e reflexão, almejando a superação da ideia e visão do semiárido que se encontram enraizadas no imaginário popular (MALVEZZI, 2007; PAULO, 2015).

Outrossim, é preciso descortinar e reconhecer que o semiárido brasileiro foi, e continua a ser, um espaço de lutas, disputas e de resistências de movimentos populares. Nesse sentido, as comunidades camponesas de Apodi são (re)conhecidas por desenvolverem projetos de base agroecológica, a caprinocultura e a apicultura, com o auxílio de movimentos sociais e entidades sindicais, pastorais e ambientalistas, bem como da Universidade. Por isso, configuram-se em referência de organização, de potencialidade, de luta e de resistência em defesa do campesinato⁷, o que contribui para o desenvolvimento e fortalecimento de uma forma de vida e trabalho singular, com costumes, valores, crenças e culturas que diferem dos moldes capitalistas. Logo, ressalta-se que Apodi insere-se no contexto de convivência com o semiárido, a partir da forte atuação das Ligas Camponesas, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) e várias Organizações Não Governamentais (ONGs), com trabalho conjunto ao Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, na perspectiva de estratégias de convivência com o semiárido para o fortalecimento da agricultura camponesa (PONTES *et al.*, 2013).

Assim, destaca-se que, em virtude da expansão e avanço do capitalismo no campo, houve o surgimento de movimentos sociais de lutas que adotaram uma perspectiva contra hegemônica, tentando subverter a lógica do capital no campo, a partir da defesa de suas bandeiras de luta e resistência, pois os movimentos populares no campo são dotados de sentidos históricos (SANTOS; GHEDINI, 2017).

No tocante à história das lutas no contexto do campesinato, merece destaque o fato de que os movimentos messiânicos, ocorridos no final do século XIX, representaram o início da história da luta pela terra no Brasil⁸. No período de 1940 e 1964, ocorreram mobilizações sociais no campo na maioria dos estados brasileiros. Diante disso, alguns agentes almejavam

⁷O campesinato consiste em uma classe social e em um modo singular de vida que persiste e resiste diante da expansão capitalista, neoliberal e da globalização econômica, buscando se territorializar através do desenvolvimento de práticas cooperativas de base agroecológica, adequando-se às circunstâncias naturais e sociais, além de sublimar e manter vivos os conhecimentos e saberes difundidos ao longo do tempo e das gerações dos(as) pequenos(as) produtores(as) rurais que produzem, sobretudo, para a subsistência e abastecimento das mesas da população. Assim, caracteriza-se pela maneira como o trabalho no campo é executado pelas famílias (independente do grau de parentesco) que participam plenamente do trabalho e da vida camponesa, que constroem sua identificação ao decorrer do tempo e no espaço, além de possuir como pilares a tríade propriedade-trabalho-família (CARVALHO, 2005; PAULO, 2015; SAQUET, 2014; SHANIN, 1983).

⁸As lutas por terra são históricas, uma vez que almejavam a reforma agrária e a democratização do acesso à terra que encontrava-se concentrada nas mãos dos grandes latifundiários (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

representar o grupo social dos(as) camponeses(as), tais como a Igreja Católica e partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

Com a visibilidade conquistada, os(as) trabalhadores(as) camponeses(as) lutaram por terra, condições dignas de trabalho e direitos, além de resistirem às tentativas de expulsão por parte dos grandes proprietários. Assim, uniram forças em marchas e protestos em algumas cidades, planejaram congressos, comandaram greves no campo, além de promoveram acampamentos às margens de latifúndios, chegando a ocupar alguns deles na tentativa de pressionar o governo federal para promover desapropriações e a desejada reforma agrária, pois os latifúndios eram considerados como o pilar fundamental de um sistema de dominação que impossibilitava o acesso aos direitos e condições dignas de vida dos(as) camponeses(as) (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

Diante desse contexto, foi criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), no ano de 1962. Além disso, nesse mesmo ano, houve a regulamentação do sindicalismo rural, que resultou na expressiva difusão de sindicatos de trabalhadores rurais em todos os estados brasileiros, sobretudo no semiárido. Esse cenário colaborou, no final de 1962, com a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), passando a centralizar a representação sindical dos trabalhadores rurais. No mesmo período, emergiram também o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, e as Ligas Camponesas, no Nordeste, movimentos sociais do campo que possuíam articulações ao PCB e à Igreja Católica. Já no ano de 1963, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), o que resultou no estabelecimento da legislação trabalhista no campo, apesar do expressivo atraso quando comparado às cidades (MALVEZZI, 2007; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Todavia, cabe ressaltar que esse processo histórico passa pelo Golpe Civil-Militar, ocorrido em 1964, contexto no qual o sistema hegemônico, através da classe dominante e com o apoio do Estado, impõe uma ordem violenta, havendo um expressivo envolvimento das entidades patronais rurais na articulação do golpe. Dessa forma, como reflexo desse contexto, no campo houve a implantação de um projeto capitaneado pela modernização conservadora da agricultura, a partir da execução de políticas pautadas na modernização e expropriação, coincidindo com a lógica de desenvolvimento prevalente no Brasil, ao considerar a terra rural um negócio lucrativo, resultando em uma política agrária que prezava pela expansão desenfreada dos latifúndios e afirmação da hegemonia do capital monopolista internacional. Diante dessa perspectiva, o golpe promoveu, de forma violenta, a interrupção das lutas

populares que almejavam direitos sociais e trabalhistas no campo e nas cidades (MENDONÇA, 2011; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Contudo, a repressão promovida pela ditadura não foi suficiente para erradicar as críticas ao latifúndio e o desejo popular pela reforma agrária, tendo em vista que as Ligas Camponesas, as organizações sindicais e estudantis, os(as) sindicalistas comunistas e da esquerda católica adotaram posturas combativas, apesar de serem reprimidos(as), resultando em perseguições, prisões, exílio, tortura e mortes de lideranças e militantes dos Movimentos Sociais Populares (MSP) (MALVEZZI, 2007; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Foi apenas a partir do final da década de 1970 que ocorreu uma reorganização e rearticulação dos Movimentos Sociais Populares, motivada também pela formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁹, ocorrida em meados de 1975. Outrossim, a partir dos anos de 1980, com a abertura democrática pós-ditadura, houve uma expressiva multiplicação das formas de resistência no campo, em um contexto marcado pelo aumento da força dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) em busca do direito à terra (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Diante dessa conjuntura, emerge um dos principais movimentos sociais do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, e que ganha expressivo destaque pela ênfase atribuída às ocupações de terras, com o desenvolvimento de métodos organizacionais, que o atribuiu uma identidade política singular. Assim, em virtude desse advento, o campesinato recuperou seu espaço enquanto sujeito histórico-político coletivo, estando envolvido nas lutas de classes, com a proposição de um projeto para o Brasil. Devido ao destaque do MST, e com suas ações e relações exteriores e transnacionais, emergiram vários Movimentos Sociais Populares do Campo, resultando também na criação e fortalecimento da Via Campesina¹⁰ e da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014; RUBBO, 2012; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Com isso, aflorou-se uma nova correlação e mobilização de forças sociais camponesas pautadas em lutas pela terra e pela reforma agrária, na tentativa de criticar e subverter a lógica

⁹Entidade que pautava sua atuação em denúncias, mediação, vocalização e organização de grupos sociais sujeitos a situações de exploração e violência. Ademais, alicerçada em uma leitura bíblica, criticava a propriedade privada da terra destinada ao lucro, especulação e exploração como geradora de injustiças sociais (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

¹⁰Organização mundial que fomentou movimentos sociais camponeses pautados em relações de solidariedade e na defesa da agricultura em pequena escala e agroecológica, almejando a garantia da produção de alimentos saudáveis e seguros que viabilizem a soberania alimentar, prezando-se pela preservação do meio ambiente e da biodiversidade (FERNANDES, 2012).

neoliberal e perversa do agronegócio, da hegemonia do capital financeiro e transnacionalizado e da modernização no campo. Diante disso, o MST promoveu uma ruptura com a ideologia produtivista do progresso, promovendo oposição à expansão desenfreada do modo de produção e consumo que causa sérios danos, impactos e destruição da natureza e seres vivos (RUBBO, 2012; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Porém, deve-se ressaltar que, em algumas ocasiões, mesmo partilhando a luta e disputa por terras, determinadas parcelas do semiárido optaram por articulações em movimentos distintos, como é o caso da Central de Trabalhadores Assentados (Ceta), que apesar de possuírem uma visão de luta com influência do MST, os(as) trabalhadores(as) que a compõe preferiram contar com um movimento próprio (MALVEZZI, 2007).

É nessa perspectiva que emergem novos agentes, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e conflitos sindicais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Ademais, proliferaram-se várias Organizações Não Governamentais (ONGs) que constituíram a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), com proposições no âmbito das tecnologias sociais e na concepção de uma nova cultura de convivência com o semiárido, além da adoção de propostas políticas de afronta ao modelo das antigas oligarquias, alicerçadas na indústria da seca, como também às novas oligarquias, fundamentadas no agro e no hidronegócio (MALVEZZI, 2007).

De forma geral, os movimentos sociais populares contemporâneos do campo, no âmbito da América Latina, buscaram denunciar as políticas neoliberais, a exemplo da Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade, ocorrido em 1990; o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que ocorreu em 1994, no estado de Chiapas; a rebelião indígena equatoriana, que aconteceu no ano 2000; além dos ciclos de protestos, a guerra da água e a guerra do gás, que transcorreram em 2003 e 2005 na Bolívia. Diante disso, ressalta-se que esses movimentos dos(as) camponeses(as) na América Latina têm se confrontado, constantemente, com medidas características do neoliberalismo e do capitalismo (RUBBO, 2012).

Logo, evidencia-se que esses movimentos sociais e lutas proporcionaram a estruturação e fortalecimento de uma consciência coletiva no campo, a partir de interesses distintos, mas que se relacionam e coincidem entre si. Dessa forma, na exigência por terra, água, educação e trabalho forjam-se trabalhadores(as) do campo, resultando na produção do grupo social dos(as) camponeses(as), em relações diversas que envolvem buscas por direitos e justiça com lógicas de classe, resultando em experiência e consciência e culminando com a produção do

campesinato como sujeito coletivo robusto e detentor de um projeto histórico-político singular forjado na luta social permanente (RUBBO, 2012; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Dessa forma, a disputa pela terra ainda consiste em uma realidade do semiárido que perdura há muito tempo e que parece se reconfigurar no decorrer da história, pois a terra continua a representar poder. Apesar de, muitas vezes, ser considerada como uma questão solucionada e erradicada, ela se (re)apresenta de diversas maneiras, por se tratar de uma realidade viva, dinâmica e não resolvida. Logo, a resistência dos(as) camponeses(as) nos tempos atuais consiste em uma expressão das contradições do desenvolvimento desigual e planejado do capital, de suas relações e divergências (MALVEZZI, 2007; RUBBO, 2012; SANTOS; GHEDINI, 2017).

Diante disso, é importante frisar que, sozinhos, esses movimentos não possuem as forças necessárias para conseguirem conquistar todos os seus objetivos, nesse constante enfrentamento e embate ao capital. Dessa forma, faz-se necessário uma organização e articulação aos outros movimentos sociais. É nessa perspectiva que grande parte deles constituem a Articulação do Semiárido Brasileiro (MALVEZZI, 2007), sendo preciso compreender que:

Na vida cotidiana, marcada pela luta contraditória entre classes sociais, se sobressai aquela que consegue criar espaços de resistência sem sucumbir diante da voracidade do grande capital. O campesinato, tantas vezes fadado ao desaparecimento diante da vitória do capital, resiste. Insiste e se reafirma no século XXI como uma possibilidade, ou, porque não dizer, como uma alternativa de vida, um modelo que, paralelo a outros sistemas, pode coexistir sem que precise perder suas características (PAULO, 2015, p. 103).

Logo, hodiernamente, a população do semiárido vivencia lutas diárias e persistentes, tentando resistir à expansão do agronegócio, do hidronegócio, da mineração e das energias eólica e solar que dilaceram diversos âmbitos do semiárido e acabam, gradativamente, com a saúde e a vida, à medida que expandem latifúndios, impactam a biodiversidade, poluem o meio ambiente, concentram água e terra, difundem a utilização exacerbada de agrotóxicos e de sementes transgênicas; além de se configurar como um território que se encontra sob ameaças de frações do capital, do Estado, dos políticos, de elites empresariais que ficaram insatisfeitas com a autonomia da população semiárida, tentando manter um jogo político que busca fazer com que haja o retrocesso na realidade do semiárido, a partir do desmonte de uma série de políticas públicas que foram historicamente conquistadas, fruto de muitas lutas e mobilizações sociais (CAVALCANTE; RIGOTTO; PONTES, 2022).

Portanto, cabe a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) os desafios de conhecer, refletir, discutir, decidir e incumbir-se de responsabilidades acerca do futuro e perspectivas da convivência e

coexistência com o semiárido brasileiro, tendo vista que se configura como um cenário complexo e envolvimento de diversos aspectos que, em maior ou menor grau, influenciam na permanência e perpetuação da atual conjuntura, ou na transformação da realidade vivenciada.

2.2 A agricultura camponesa e o agronegócio: conflitos ambientais em Apodi/RN

É também no semiárido que (co)existem dois modelos de desenvolvimento para o campo: a agricultura camponesa na perspectiva agroecológica¹¹ e o agronegócio. A primeira caracteriza-se pelo vínculo e sentimento de pertencimento com a terra, preocupando-se e buscando preservar o meio ambiente, o solo, a água e a biodiversidade nativa, utilizando-os de forma responsável e sustentável; pela socialização de costumes, hábitos, saberes, tradições e culturas que marcam uma rotina de trabalho e vida singulares e autônomas, com foco na subsistência familiar e local, prezando-se por viabilizar as bases para o bem viver; pela utilização de sementes crioulas¹² para o plantio de diversas culturas; pelas relações não capitalistas de produção, geralmente, em pequenas propriedades; pelo trabalho digno no campo que busca a convivência com o semiárido, a redução da pobreza e, conseqüentemente, do êxodo rural; pela jornada de trabalho variável, de acordo com os períodos do ano; bem como, pela utilização de opções naturais para a erradicação de pragas, de forma a tornar sustentável a produção, renunciando o uso de agrotóxicos, o que repercute em maior segurança para a saúde dos(as) trabalhadores(as) e dos(as) consumidores(as) (BASSO, 2021; CARNEIRO *et al.*, 2015; SAQUET, 2014).

Nesse sentido, a agroecologia vem sendo discutida como uma ciência e um novo modelo de desenvolvimento para o campo que preserva a biodiversidade e que emerge do movimento de ecologização da agricultura, em contraponto ao estilo convencional de agricultura que se tornou hegemônico com o advento da Revolução Verde, a partir do século XX. Sendo assim, a agroecologia baseia-se na aplicação de conceitos e princípios ecológicos para delinear agroecossistemas ecologicamente sustentáveis, preservando sua capacidade produtiva e autossuficiente, ao reproduzir a estrutura e função dos ecossistemas naturais. Assim, o manejo

¹¹Deve-se evidenciar que nem toda agricultura familiar camponesa é considerada, necessariamente, como agroecológica, tendo em vista que, por exemplo, há camponeses(as) que aderem à utilização de agrotóxicos, mesmo que em uma proporção bem menor quando comparado ao agronegócio. Assim, ressalta-se que agricultura camponesa não é sinônimo de agricultura agroecológica, em virtude das peculiaridades que as distinguem.

¹²Sementes selecionadas e manejadas pelos(as) agricultores(as) camponeses(as), no ambiente de cultivo local, visando, comumente, armazená-las para o próximo cultivo (BRASIL, 2021a).

humano aproveita as funções ecológicas do ecossistema, fortalecendo-as para o incremento da produção biológica (SANTOS, 2016).

Cabe ressaltar que a agroecologia caracterizou-se, nos últimos anos, como uma perspectiva que engloba distintos campos e métodos, recuperando a memória biocultural da humanidade, de conhecimentos e práticas desenvolvidas ao longo da história da humanidade, pautadas na proteção dos bens comuns por meio da etnoconservação da natureza desenvolvida pelos sistemas camponeses e populações tradicionais. Logo, no âmbito da Saúde Coletiva, a agroecologia têm se configurado como força política, cultural, social e ecológica de contraposição e resistência à modernização da agricultura e ao modelo agrícola hegemônico e dominante, estando vinculada à promoção da saúde e à estruturação de um novo paradigma de agricultura, pautado em conhecimentos, costumes e saberes construídos, historicamente, pelos(as) camponeses(as) (SANTOS, 2016).

Já o agronegócio, característico da Revolução Verde¹³, segue a lógica do mercado capitalista, configurando-se como ações comerciais de produção, processamento, armazenamento e distribuição, que buscam a valorização, conquista e acumulação de capital e poder, a partir de um complexo agroindustrial, com organização produtiva rural que almeja transformar processos biológicos com a maior produtividade econômica possível. Assim, há a concentração de latifúndios por médias e grandes empresas que estão envolvidas em distintos setores econômicos, pois o grande capital se apossa dos melhores solos e maiores volumes de água, utilizando de um robusto aparato tecnológico moderno e optando pela produção/exploração, em grande escala e em extensas propriedades, de monoculturas, ocasionando grandes transformações no meio ambiente, ao impactar e degradar diversos ecossistemas, comprometendo a biodiversidade e o processo de renovação natural dos solos, ao passo que se encontra descomprometido com a sustentabilidade, prometendo a geração de mais empregos, riqueza e desenvolvimento (CARIDÁ, 2012; NETTO *et al.*, 2009; PAULO, 2015; ROOS, 2012; SAUER, 2008).

Ademais, esse processo produtivo caracteriza-se pela utilização indiscriminada e extensiva de agrotóxicos, materiais geneticamente modificados (transgênicos) e distintos micronutrientes, além de tecnologias que passam a substituir grande parcela da mão de obra

¹³A Revolução Verde teve início nos anos 1960 nos Estados Unidos e Europa e, nos anos posteriores, se difundiu para outros países do mundo. Assim, caracterizou-se pela modernização da agricultura em dimensão global, a partir da inserção de novas tecnologias na produção agrícola. Dessa forma, teve como base a criação do “pacote tecnológico” composto por insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, sementes e outros materiais geneticamente modificados, além de maquinários agrícolas, havendo constante incentivo para sua utilização pelos(as) agricultores(as). Tudo isso colaborou para o destaque expressivo do agronegócio, passando a ser associado e enxergado como fruto da modernidade em todo o globo (NETTO *et al.*, 2009).

humana (a que permanece é, majoritariamente, em condições precárias e insalubres), havendo uma progressiva perda do vínculo com a terra. Outrossim, os empregados do agronegócio estão sujeitos à baixa remuneração, intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, transgressão da legislação trabalhista e constante exposição a riscos que afetam o processo saúde-doença (NETTO *et al.*, 2009; RIGOTTO; TEIXEIRA, 2009).

O modelo de produção agrária atualmente hegemônico no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe dá sustentação, revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho. O agrotóxico é uma expressão de seu potencial morbígeno e mortífero, que transforma os recursos públicos e os bens naturais em janelas de negócios (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 96).

Todavia, deve-se salientar que a agricultura camponesa é a principal responsável pelo abastecimento de alimentos (saudáveis) que chegam às mesas dos brasileiros, produzindo cerca de 70% desses alimentos (RIGOTTO, 2011). Porém, apresenta fragilidade econômica e no quesito de políticas públicas, decorrente, sobretudo, da invisibilidade e conseqüente falta de amparo do poder público, sendo negligenciada e não recebendo os devidos e necessários investimentos governamentais. Em contrapartida, há um extenso apoio à expansão do agronegócio¹⁴, que produz, majoritariamente, *commodities*¹⁵ para a exportação, não destinando-se à garantia da segurança e soberania alimentar dos brasileiros, em uma relação desarmônica geradora de conflitos ambientais (PAULO, 2015; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Dessa forma, a agricultura camponesa encontra-se, frequentemente, ameaçada pela expansão do agronegócio, resultando em conflitos socioambientais¹⁶ que desencadeiam a organização de movimentos e estratégias de resistência na luta pela defesa de modos de vida e trabalho singulares. Nessa perspectiva, as populações que resistem e continuam nesses territórios vivos e de disputas, convivem, de forma próxima, com o agronegócio e suas mazelas, cuja resistência e luta podem desencadear graves e violentos conflitos no campo (MAIA, 2016; SVAMPA, 2016).

¹⁴Segundo Rigotto (2011) e Pontes *et al.* (2013), no Brasil, o Estado financia e incentiva o agronegócio, absolvendo dívidas bancárias, cedendo infraestrutura necessária, reduzindo burocracias que dificultam a implantação e o funcionamento de empresas, abrandando ou isentando impostos de agrotóxicos e sementes transgênicas, dentre outras medidas favoráveis à expansão desse processo produtivo.

¹⁵*Commodities* são produtos naturais produzidos de forma intensiva e em larga escala, sem nenhum ou quase nenhum processamento, configurando-se como matérias-primas destinadas à exportação, possuindo, portanto, baixo valor agregado.

¹⁶Entende-se por conflitos socioambientais aqueles que estão relacionados ao acesso, à preservação e ao controle de recursos naturais, havendo interesses distintos entre os envolvidos, porém em um contexto de discrepância de poder, com concepções divergentes acerca da natureza e do desenvolvimento (SVAMPA, 2016).

Como exemplo, tem-se o assassinato do agricultor, ambientalista e líder comunitário José Maria Filho (conhecido como Zé Maria do Tomé), em Limoeiro do Norte/CE, no ano de 2010. Esse camponês se empenhou em denunciar irregularidades do agronegócio, sobretudo em relação à utilização exacerbada de agrotóxicos, denunciando a problemática ao Ministério Público, além de rádios locais, se engajando em lutas pelo impedimento da pulverização aérea, em conjunto com a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, culminando na aprovação da Lei nº 1478/2009, que dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras no referido município. Outros exemplos são os indígenas que foram e são assassinados, corriqueiramente, ao resistirem à expansão do capitalismo (MAIA, 2016; SANTOS, 2016).

Como parte dessa realidade, o município de Apodi/RN é conhecido, historicamente, por sua forte agricultura familiar camponesa e pela luta histórica em defesa de seus modos de vida. Porém, não foi sempre assim. Em meados dos anos 1970, prevaleciam na região os grandes latifundiários, e só a partir da organização da população, originou-se as associações nas comunidades rurais, com reivindicações de água e trabalho. Diante disso, a década de 1990 se destacou pelas sucessivas lutas que almejavam a reforma agrária no município, sobretudo na região da Chapada. Foi no contexto da crise do algodão, declínio do latifúndio e instauração de projetos de assentamento que o cenário se transformou, havendo a ascensão de pequenos agricultores familiares e presença de movimentos sociais (PONTES, 2012).

Porém, desde 2011, o referido município vivencia um contexto de conflito socioambiental evidenciado pelo Projeto do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN¹⁷, proposto e capitaneado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Assim, o projeto preconizava, em sua primeira etapa, um quantitativo de 5.200ha (hectares) de área irrigada, de um total de 9.000ha (hectares), que contaria com investimentos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de, aproximadamente, R\$ 280 milhões, dos quais R\$ 240 milhões seriam destinados às obras de infraestrutura e R\$ 40 milhões para a execução das ações complementares, como a desapropriação, reassentamento, aquisição de área de preservação e ações ambientais (BRASIL, 2021d).

Dessa forma, para o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN idealizou-se um sistema hidráulico cujo manancial de abastecimento seria o rio Apodi, com vazão regularizada pela barragem Santa Cruz, localizada a montante do município de Apodi. Logo, a captação da

¹⁷Esse contexto de conflito socioambiental originou-se antes mesmo da instalação do Projeto do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN, no sentido de se configurar como resistência à sua implantação da maneira como foi idealizado pelo DNOCS, em virtude da ameaça às atividades produtivas da agricultura familiar agroecológica e forma de vida prevalente na região, ameaça imposta pela expansão do agronegócio (PONTES, 2012).

água seria realizada a fio d'água no leito do referido rio, entre as localidades de Apodi e Felipe Guerra, a jusante da barragem. Além disso, projetou-se um sistema de captação e recalque formado por uma elevatória com 9 (nove) conjuntos moto-bombas, seguida de 3 (três) adutoras, dimensionados para elevação de uma vazão de 6,00 m³/s até a cota nominal 110 na Chapada do Apodi (BRASIL, 2021d).

Nessa cota, um Canal de Adução Principal se desenvolveria com extensão total de 12.040m (metros). Então, canais secundários derivariam desse Canal de Adução Principal, abrangendo cotas inferiores da Chapada e abastecendo outros canais de ordem terciária. Sendo assim, os canais distribuidores de água possibilitariam tomadas d'água para os 396 lotes agrícolas que constituem o perímetro, sendo: 305 lotes de 8,0ha (hectares) para pequenos irrigantes; 120 lotes de 16,00ha (hectares) para técnicos; 25 lotes de 24ha (hectares) para profissionais de ciências agrárias; e 05 lotes com área de 48ha (hectares) para empresários do agronegócio – cujos beneficiários seriam determinados a partir de Concorrência Pública, por meio da realização de licitações para eleger as organizações participantes (BRASIL, 2021d).

Outrossim, é importante destacar também os lotes assentamento, destinados para utilização dos assentamentos circunvizinhos ao projeto, cujas dimensões diferem de acordo com o tamanho da população da comunidade, sendo 47ha (hectares) para a Escola Agrícola; 211ha (hectares) para a Vila Nova e Soledade; 140ha (hectares) para Milagres; 261ha (hectares) para Aurora da Serra; 194ha (hectares) para Moaci Lucena; 117ha (hectares) para Paraíso; e 104ha (hectares) para Laje do Meio (BARBOSA, 2022).

Nesse sentido, deve-se evidenciar que o Projeto do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN almeja destinar a água da Barragem Santa Cruz¹⁸ para os locais de plantio de empresas do agronegócio da fruticultura irrigada, que se estende pelas cidades de Apodi e Felipe Guerra, decretando-se a desapropriação¹⁹, pelo DNOCS, da área de 13.855,13ha (hectares) de terras da Chapada do Apodi/RN, nas quais residem, majoritariamente, comunidades camponesas²⁰, organizadas cooperativamente e que vivenciam expressivas e ricas

¹⁸A Barragem Santa Cruz do Apodi possui capacidade de armazenamento de aproximadamente 600 milhões de m³, configurando-se como um importante reservatório hídrico da região (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

¹⁹Decreto de Desapropriação das terras da Chapada do Apodi/RN, de 10 de junho de 2011 (PINTO *et al.*, 2016).

²⁰Em consonância com dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), há, aproximadamente, 1.649 famílias, distribuídas em 55 comunidades camponesas, que residem no local de instalação do Perímetro e nos seus entornos. Essas comunidades camponesas apresentam aspectos culturais, históricos e socioeconômicos específicos, configurando-se como referência nacional no tocante à produção agroecológica e familiar, e exemplo de uma forma mais viável e sustentável de convivência com o semiárido. Todavia, encontram-se em contexto de conflito e de inúmeras violações aos seus direitos humanos, sociais, ambientais, econômicos e de saúde, em decorrência da forma de execução idealizada pelo projeto do Perímetro Público Irrigado (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

experiências da agricultura familiar e agroecológica²¹, para subsidiar a implantação do referido Projeto e a expansão do agronegócio, ameaçando, expulsando e impactando as comunidades locais e a agricultura familiar e agroecológica conquistada de forma árdua (CARNEIRO *et al.*, 2015; DINIZ, 2002; PONTES *et al.*, 2013; PONTES; RIGOTTO; SILVA, 2018; RIGOTTO *et al.*, 2016; RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Cabe frisar que essa desapropriação e desterritorialização ocasionada pela ocupação do espaço pelo Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi e, conseqüentemente, do agronegócio, impacta essas comunidades camponesas. Nesse sentido, conforme Pereira e Penido (2010), os(as) camponeses(as) apresentam uma íntima relação com o seu território, relação essa carregada de valores, sentimentos e predileções que são propagadas através das gerações, com culturas, modos de viver, valores materiais, imateriais e simbólicos atribuídos aos distintos recursos que os permeiam, tais como a água, a terra, a mata, a chuva, os animais, dentre outros recursos identitários de um povo. Sendo assim, o território ultrapassa a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e relações de poder, ao englobar dimensões subjetivas, afetivas, simbólicas, culturais e identitárias, legitimadas pela prática social. Logo, os processos de desterritorialização/desapropriação resultam em perda e transmutação do território como alicerce da memória e da vida, resultando em um processo de desenraizamento e depauperamento da identidade coletiva e individual (PEREIRA; PENIDO, 2010).

Nessa perspectiva, esse contexto de conflito pauta-se no embate pelo modelo de desenvolvimento rural, caracterizado por ações de resistência de movimentos sociais e de camponeses(as), liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR), que defendem alternativas sustentáveis da agricultura familiar, o acesso igualitário à terra e à água, o não uso de agrotóxicos e são contrários à instalação do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN (PONTES *et al.*, 2013; PONTES; RIGOTTO; SILVA, 2018; DINIZ, 2002).

Esse projeto colaborou (e poderá colaborar ainda mais) para uma dupla desterritorialização, tendo em vista a violação de direitos, a expulsão forçada (com a ocorrência de ameaças e invasões de propriedades efetuadas por funcionários do DNOCS) e o não recebimento de lotes por alguns(mas) dos(as) desapropriados(as), ou até mesmo o ínfimo valor concedido pelas desapropriações, perdas e/ou alterações dos territórios, além da imposição do modelo de produção característico da Revolução Verde, contribuindo com a privação,

²¹É necessário que os órgãos competentes garantam a defesa e incentivo às experiências sustentáveis, conforme preconizado pelo Decreto nº 7794/12, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012; RIGOTTO; FREITAS, 2015).

insegurança e precarização da vida dos(as) atingidos(as), configurando-se como meios de exclusão socioespacial dos menos favorecidos (CARNEIRO *et al.*, 2015; DINIZ, 2002; (PEREIRA; PENIDO, 2010; PINTO *et al.*, 2016; PONTES *et al.*, 2013; PONTES; RIGOTTO; SILVA, 2018; RIGOTTO *et al.*, 2016).

Além disso, é importante frisar que esse projeto baseia-se na nova política pública de irrigação, caracterizada pela concessão de uma área de solos férteis, clima favorável, farta força de trabalho e bom potencial hídrico, por meio de canais condutores de água, para que as médias e grandes empresas do agronegócio possam desenvolver a sua produção exacerbada e nociva, visando alcançar ampla produtividade (CARNEIRO *et al.*, 2015; DINIZ, 2002; (PEREIRA; PENIDO, 2010; PONTES *et al.*, 2013; PONTES; RIGOTTO; SILVA, 2018; RIGOTTO *et al.*, 2016).

Com a proposição desse projeto, mais uma vez na história, os(as) agricultores(as) camponeses(as) de Apodi/RN resistem e lutam contra os poderosos do capitalismo. Uma luta não mais caracterizada para conseguir terra através da reforma agrária, como característico dos anos 1970 e 1990, mas, agora, para continuar na sua terra, em decorrência da ameaça da expansão e consolidação do agronegócio como o modelo agrário hegemônico. Assim, a perigosa inserção do capitalismo no contexto agrário fez com que o latifúndio produtivo ficasse bem mais prejudicial, quando comparado à ociosidade das vastas porções de terra, tendo em vista a ocorrência de um fenômeno de contrarreforma agrária, caracterizado pela priorização da concentração fundiária pelas empresas do agronegócio, em contraposição ao modelo de distribuição equitativa de terras e redução das disparidades sociais, o que poderá culminar com o desaparecimento de pequenas propriedades rurais (MEDEIROS, 2013; PINTO *et al.*, 2016; RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Para tanto, as camponesas e os camponeses construíram diferentes estratégias de resistência e luta. A priori, buscaram uma reformulação do projeto, com o intuito de considerar as necessidades dos(as) agricultores(as) familiares da Chapada. Mas, ao constatarem que o referido projeto fundamentava-se puramente na vertente do capital e da Revolução Verde, prevaleceram ações e movimentos de resistência e luta (MAIA, 2016). Essas ações foram originárias, principalmente, de movimentos sociais do STTR, em articulação com outras entidades, como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Centro Feminista 8 de Março (CF8), a Terra Viva, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Universidades, agricultores(as) da Chapada e de outras regiões, além de uma grande parcela da população (PONTES, 2012).

Houve o desenvolvimento e execução de diversas manifestações e Atos Públicos; execução de Audiência com o Ministro da Integração, com a realização de algumas indagações,

objetivando esclarecer acerca das prioridades políticas da irrigação; Seminários que suscitaram discussões acerca dos impactos provocados pelo agronegócio e utilização de agrotóxicos na saúde, no trabalho e no meio ambiente; discussões e diálogos sobre o Perímetro Irrigado nas comunidades atingidas; articulação em redes estaduais e nacionais, como a reunida na Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida; além da preparação de 2.000 (duas mil) cartas pelo movimento das mulheres, destinadas à Presidenta da República da época (PONTES, 2012).

Dessa forma, a cada novo ato fortalecia-se os movimentos de resistência, com a adesão de novos integrantes que compartilhavam da oposição ao que denominam de “Projeto da Morte”. Todas essas ações foram desenvolvidas com o intuito de alcançar e garantir maiores esclarecimentos para a população de Apodi/RN, no tocante aos riscos, perigos e ameaças camufladas na implantação do Perímetro para toda a população do município, não restringindo-se aos habitantes da Chapada, em virtude das mazelas decorrentes do funcionamento e expansão desse processo produtivo, principalmente no que diz respeito à utilização exacerbada de agrotóxicos, e aos danos ao meio ambiente, à saúde, às práticas sociais, ao modo de trabalho e vivência agroecológica (PONTES, 2012; RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Todavia, apesar da resistência e da visibilidade conquistada pelos movimentos de luta, o projeto foi aprovado, evidenciando, claramente, a importância, incentivo e apoio do Estado brasileiro ao agronegócio, favorecendo os meios para que se mantenha vivo, pulsante e em constante expansão. Dessa forma, em 2012, foi assinada a Ordem de Serviço (OS) que autorizou o início da execução das obras de implantação do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi, em terras dos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no estado do Rio Grande do Norte (BRASIL, 2021d; MAIA, 2016).

O início da execução das obras desencadeou a implantação estratégica de algumas empresas do agronegócio nas redondezas, antes mesmo de entrar em operação. Dentre elas, destacam-se as que compõem o mercado da fruticultura irrigada para abastecer o mercado externo (banana, melão, mamão e melancia), as quais se expandem pela região da Chapada, em virtude da aquisição e do arrendamento de terras circunvizinhas aos assentamentos de reforma agrária (MAIA, 2016).

Contudo, apesar do que se idealizava, as obras do projeto do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi estão paralisadas desde o ano de 2015. Em virtude disso, o seu acesso principal foi bloqueado com a construção de cercas; ao longo do seu espaço encontram-se as ferramentas, maquinarias, veículos, grandes volumes de dutos e equipamentos utilizados no início das obras, no período entre 2011 a 2015. Nesse sentido, cabe destacar a existência de

somente um posto de vigilância funcionando no local, e que, apesar da paralisação do projeto, alguns dos equipamentos são compartilhados com a obra da Barragem de Oiticica em Jucurutu (BARBOSA, 2022).

Dessa forma, de acordo com o relatório mais atual do acompanhamento mensal das obras executadas pelo DNOCS, de novembro de 2022, as obras de implantação do perímetro irrigação Santa Cruz do Apodi-(RN) apresentam-se com um avanço físico estagnado de 24,47%, mas com sua paralisação desde 2015, em decorrência da insuficiência de recursos do Governo Federal. Porém, apesar de as obras estarem paralisadas, é nítida a pretensão da empresa responsável pela obra em regressar à atividade, tendo em vista que ainda utiliza o local destinado para a execução do projeto (BARBOSA, 2022; BRASIL, 2022a).

Além do mais, cabe mencionar que, após a instalação dessas empresas do agronegócio, elas passaram a perfurar e construir poços artesianos para viabilizar a extração e posse das águas do Aquífero Jandaíra, com intuito de garantirem a produtividade necessária. Por outro lado, a agricultura familiar camponesa de Apodi/RN, sobretudo a da região da Chapada, encara uma difícil realidade de enfrentamento à escassez de água, em decorrência da seca que assola a região durante muito tempo, e da ausência de investimentos por parte do Estado, pois ao contrário das médias e grandes empresas do agronegócio, esses(as) camponeses(as) não conseguem realizar a perfuração de poços por si só, devido ao alto custo demandado (MAIA, 2016).

Em virtude dessa realidade, muitos desses indivíduos passam a depender do abastecimento de água por meio de carros pipa, o que impõe a necessidade de limitar e racionalizar o consumo desse bem precioso, inviabilizando o uso de água para irrigação, restringindo, basicamente, para o consumo doméstico e as necessidades mais básicas, caminhando para uma ideia de impossibilidade da produção camponesa (MAIA, 2016).

Dessa forma, é importante esclarecer que, apesar de Apodi/RN ser considerado um município rico em águas, tendo em vista que abriga águas minerais no seu subsolo, o acesso à ela e seu uso na agricultura familiar sempre foram dificultosos, reafirmando a necessidade das práticas de convivência com o semiárido na região (SANTOS, 2016).

Assim, antes mesmo da instalação do projeto do Perímetro Público Irrigado, as médias e grandes empresas do agronegócio passaram a propagar as ideias de oferta de novos trabalhos, geração de renda, melhores perspectivas, progresso e desenvolvimento para a região, além do aumento da oferta de alimentos. Isso tem tornado-se um perigoso atrativo para muitos(as) dos(as) camponeses(as), principalmente para os(as) jovens da agricultura familiar, que perante as dificuldades de manter a sua produção, tendem a abandonar suas plantações e seu trabalho

para se tornarem empregados(as) – leia-se: escravos(as) – do agronegócio, apostando todas as fichas possíveis nessas empresas como fonte de renda (CARNEIRO *et al.*, 2015). Sendo assim, as médias e grandes empresas passam a impor

[...] pressão para que os(as) agricultores(as) se incorporem ao trabalho precarizado no agronegócio; o cercamento dos assentamentos; a venda e o arrendamento das terras das comunidades e a transformação da Chapada em uma área de grande negócio [...] (MAIA, 2016, p. 204).

Todavia, é importante descortinar e revelar aquilo que essa cortina de fumaça (leia-se: cortina de veneno) esconde, na tentativa de desorientar, iludir, enganar e confundir os(as) mais inocentes e acríticos(as), ao passo que mascara o que, muitas vezes, os olhos não conseguem, ou não querem, enxergar. Logo, deve-se reforçar, veementemente, que a vertente econômica não pode/deve triunfar sobre a vida.

Diante disso, se esse projeto for, de fato, concretizado, constituirá imensuráveis ameaças ao meio ambiente, à economia, à saúde, ao âmbito social, ao trabalho e ao(à) trabalhador(a), ao campesinato, ao patrimônio histórico e cultural da região, podendo resultar na desarticulação da cultura, história e memória de camponeses e camponesas, bem como da sociedade em geral, configurando-se como propulsor de uma das maiores tragédias do sertão nordestino do último século. Assim, significará um grande retrocesso, ao optar por um projeto que está pautado na utilização exacerbada de agrotóxicos e agressões socioambientais, bem como por desfavorecer um modo de produção sustentável, que preza pelo zelo e respeito à vida, à saúde, ao meio ambiente, ao trabalho, à cultura e aos significados (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Logo, é imprescindível esperar, no sentido de fortalecer os movimentos de resistência, com intuito de garantir maior robustez e força contra esse projeto característico do agronegócio capitalista. Assim, deve-se fomentar a defesa da agricultura familiar camponesa e de base agroecológica em Apodi/RN, e estudos mais minuciosos que considerem as vozes que emergem do diálogo com as comunidades diretamente prejudicadas, buscando alternativas viáveis e possíveis para mitigar os impactos multifacetados decorrentes da implantação e concretização do Perímetro Público Irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN, adaptando-o de forma a abranger e beneficiar as comunidades camponesas locais (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Portanto, diante desse contexto de estratégias de convivência com o semiárido, da problemática dos conflitos socioambientais, das lutas e resistências empreendidas pela agricultura camponesa de Apodi/RN, em busca de seu fortalecimento e ascensão, emerge a

pandemia de COVID-19 nesse território dinâmico, trazendo consigo diversos impactos para a Saúde do Trabalhador e Trabalhadora da agricultura camponesa.

2.3 A pandemia de COVID-19, a Saúde do Trabalhador e a agricultura camponesa

Desde o final de 2019 ocorreu um advento mundial que resultou em uma crise e repercussões em diversos âmbitos da sociedade, afetando as relações sociais, as (con)vivências, as relações de produção no campo e, inclusive, o próprio semiárido. Os primeiros casos da COVID-19 ocorreram no decorrer do mês de dezembro de 2019, na China, sendo a pandemia de COVID-19 decretada no dia 11 de março de 2020, fazendo com que todos os países realizassem planos de contingência da doença causada pelo novo coronavírus humano (SARS-CoV-2), tendo em vista a sua potencial capacidade de transmissão. Isso resultou na suspensão das atividades produtivas, educacionais e de sociabilidade, transformando o modo de vida, trabalho e organização da sociedade (FERNANDES; AZEVEDO; CASAGRANDA, 2022; SOUZA *et al.*, 2021).

O cenário pandêmico consistiu em uma crise multifacetada e que foi responsável por desencadear diversos impactos e impasses, configurando-se como reflexo da perversa herança do atual, desenfreado e doentio modelo de produção capitalista e neoliberal, que visa o lucro, sem qualquer preocupação com as demais vertentes existentes, ignorando os impactos ao meio ambiente e as repercussões na vida dos sujeitos sociais, sobretudo, os mais vulnerabilizados, negligenciados e invisibilizados (FERNANDES; AZEVEDO; CASAGRANDA, 2022).

Dessa forma, por se tratar de um contexto de crise sanitária, emergiram problemas em distintos setores, incluindo o setor agrícola, no tocante à logística de funcionamento do trabalho, à disponibilidade de mão de obra, as repercussões nas relações sociais, com intensificação do pânico social, assim como dificuldades no abastecimento, demanda e escoamento da produção. Diante desse contexto, acentuou-se as dificuldades para os pequenos(as) agricultores(as), que precisam inserir seus produtos no mercado (SICHE, 2020; ZHANG *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, é inegável que a pandemia de COVID-19 promoveu uma paralisação global dos processos produtivos, corroborando com a acentuação da crise econômica mundial. Assim, resultou em impactos para a população que precisa do seu trabalho para garantir a sua subsistência e sobrevivência, impactando nas condições de renda e trabalho, sobretudo, das populações mais vulneráveis, como os(as) agricultores(as) de baixa renda (ANTUNES, 2020; LÖSCH; BRICARELLO; GAIA, 2022; ZURAYK, 2020).

Esse contexto reafirmou a concepção de que sem o trabalho não é possível a geração de valor e riqueza social (privadamente apropriada), tampouco a valorização do capital, tendo em vista que, juntamente com os exorbitantes índices de mortalidade, aumentava-se, dia após dia, o empobrecimento, a insegurança alimentar, a fome e a acentuação da miserabilidade em grande parte da classe trabalhadora²², sobretudo nos indivíduos que vivenciavam situações de informalidade e desemprego (ANTUNES, 2020; LÖSCH; BRICARELLO; GAIA, 2022).

No contexto brasileiro, palco de pujantes formas de exploração do trabalho e precarização, os impactos sociais foram ainda mais sérios, intensificando, cada vez mais, a concretude dessa realidade no mundo do trabalho. Nesse sentido, é importante pontuar que antes mesmo do início da pandemia, no final do ano de 2019, mais de 40% da classe trabalhadora encontrava-se na informalidade²³, já sofrendo com a precariedade e destruição das suas condições de sobrevivência; além da expressiva taxa de desemprego²⁴, e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em todos os locais de trabalho (ANTUNES, 2020).

Diante da realidade pandêmica, foi surgindo uma nova forma de organização do trabalho, que repercutiu também no campo, fazendo com que muitos(as) agricultores(as) camponeses(as) tivessem que se adequar às recentes maneiras de se relacionar, interagir, socializar e comercializar, por intermédio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Dessa forma, deve-se reconhecer que consistem em transformações significativas, tendo em vista que a zona rural, muitas vezes, apresenta estrutura e suporte limitados para determinadas tecnologias (FERNANDES; AZEVEDO; CASAGRANDA, 2022).

Porém, é importante descortinar que neste contexto de avanço da era informacional, com o uso de meios e instrumentos da tecnologia, da informação e comunicação, no qual as TICs encontram-se subordinadas à autocracia do capital e suas destrutivas relações, há o agravamento de um perverso mundo de trabalho. Assim, na sua porção oculta do iceberg prevalecem os trabalhos intermitentes, em constante alastramento, as diversas maneiras da informalidade, a precarização ilimitada, com o aumento da incidência de acidentes, assédios, óbitos e suicídios,

²²A insegurança alimentar e a fome seriam ainda mais acentuadas se não fossem pelas doações alimentícias e auxílios fornecidos por ONGs, sindicatos, empresas, vizinhos, amigos ou parentes, destinados às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (LÖSCH; BRICARELLO; GAIA, 2022).

²³Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, as taxas de informalidade nos anos seguintes foram: em 2020 (38,3%); em 2021 (40,1%); e em 2022 (39,6%) (CARNEIRO, 2023).

²⁴De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, as taxas médias de desemprego no Brasil foram: em 2019 (11,9%); em 2020 (13,5%); em 2021 (13,2%); e em 2022 (9,3%) (BRASIL, 2021b; TUON; NASSIF, 2023).

além da intensificação do desemprego estrutural, desvalorizando a força de trabalho humana e tornando-a supérflua, substituível e descartável (ANTUNES, 2020).

Outrossim, segundo o geógrafo britânico David Harvey (2020), a COVID-19 possui também todos os aspectos de uma pandemia de classe, gênero e raça. Dessa forma, diante dessa nova estrutura da divisão sociosexual e racial do trabalho, é indiscutível que as trabalhadoras brancas padeceram mais do que os trabalhadores brancos, o que é evidenciado pelos crescentes índices de violência doméstica e feminicídio, principalmente, durante o contexto pandêmico²⁵.

Ademais, as trabalhadoras negras ou pardas enfrentam ainda maiores vulnerabilidades do que as brancas, o que é exemplificado pelas trabalhadoras domésticas no Brasil, que correspondem a 6,2 milhões de mulheres, das quais 68% são negras; além dos cotidianos casos de ataques racistas. Dessa forma, o capitalismo pandêmico foi diferenciado, quando se tratou de atingir e penalizar as classes sociais. Portando uma aparência inicial policlassista, a pandemia do capital foi muito mais nefasta ao afetar a classe trabalhadora, e mais intensamente, as mulheres trabalhadoras, sobretudo, as mulheres negras (ANTUNES, 2020).

Cabe frisar que, com o isolamento social e a adoção do teletrabalho e home office, houve também uma evidente intensificação do trabalho feminino, sendo as mulheres obrigadas, muitas vezes, a conciliar o seu trabalho com as demandas de casa, dos filhos e da família, acentuando a díspar divisão sociosexual e racial do trabalho. Essas divisões e discriminações de classe, gênero e raça acentuam-se bem mais quando se trata das trabalhadoras camponesas, indígenas, imigrantes, refugiadas, indigentes e LGBTQIAPN+ (ANTUNES, 2020).

Nesse sentido, o contexto pandêmico promoveu, de forma ainda mais nítida, a intensificação das divisões sociais, de gênero e de raça, ao passo que defendiam, veementemente, a falsa ideia de que “todos nós estamos juntos no mesmo barco”. Todavia, o que não se explicitava nessa falácia é que, enquanto alguns indivíduos de classes, gêneros e raças específicas estavam enfrentando o mar revolto da COVID-19 em iates, os demais, de classes, gêneros e raças desfavorecidas na atual sociedade, estavam “nadando” com todas as suas forças para garantir a sua sobrevivência, diante dessa dinâmica, brutal e trágica realidade.

²⁵Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), concomitante ao isolamento social durante o contexto pandêmico da COVID-19, o Brasil registrou, no ano de 2020, cerca de 17 milhões de casos de violência física, psicológica ou sexual contra as mulheres (IBDFAM, 2021), além de contabilizar cerca de 1.350 casos de feminicídio (RESK, 2021). Já em 2021, considerando apenas os casos que chegaram às autoridades policiais, ocorreram cerca de 56.098 estupros, somente do gênero feminino, inclusive de vulneráveis, além de outras formas de violências sofridas, o que culminou com 1.319 feminicídios (BUENO, 2022). No ano seguinte, em 2022, aproximadamente 18,6 milhões de mulheres foram vítimas de distintas formas de violências (SOUZA, 2023), resultando em 1.410 feminicídios (VELASCO *et al.*, 2023).

Logo, o contexto pandêmico da COVID-19 fortaleceu o aspecto letal do sistema capitalista, no tocante à natureza, ao trabalho, à liberdade substantiva dos gêneros, raças e etnias, à plena liberdade sexual, além de outras dimensões do seres que almejam a autoemancipação humana e social.

Desse modo, inspirado em Mészáros (2011) a pandemia exacerbou as contradições do capitalismo. Em um curto espaço de tempo, ceifou a vida de uma grande quantidade de vítimas de todo o mundo, além de ocasionar a perda de empregos de muitos(as) trabalhadores(as), e, sobretudo, intensificar o contexto de desmonte e extinção dos direitos trabalhistas, evidenciando a desproteção da classe trabalhadora, sendo a que mais mais sofre, padece e perece (ANTUNES, 2020).

Diante dessa realidade do capitalismo nocivo (que na busca incessante por capital, não consegue oferecer nada além de destruição e mortes), a COVID-19 revelou uma versão do capitalismo pandêmico/virótico, aquele no qual se executam, segundo Marx (2013, p. 528) "verdadeiros *experimenta in corpore vili* [experimentos num corpo sem valor], como aqueles que os anatomistas realizam em rãs".

Assim, a complexa engrenagem sociometabólica do capital transformou a corrosão do trabalho em um imperativo soberano no contexto pandêmico (ANTUNES, 2020), sendo que, de acordo com Marx (2017, p. 116), a produção do capital é "[...] num grau muito maior que qualquer outro modo de produção, uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro". Assim, como resultante do modo de produção capitalista, a pandemia de COVID-19 também se configurou como meio arruinador do ser humano, da sua força de trabalho e da sua própria vida. Ademais, configurou-se como um sério problema para a saúde. Assim, deve-se levar em consideração o processo de trabalho para viabilizar o desenvolvimento e instituição de estratégias na tentativa de lidar com esse contexto (ANTUNES, 2020; BRASIL, 2021c; FILHO, 2020; FILLIS *et al.*, 2020; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021; VELOSO, 2021).

Dadas as proporções, além das consequências sanitárias a pandemia de COVID-19 resultou em impactos para a Saúde do Trabalhador e para o mundo do trabalho, em decorrência das repercussões socioeconômicas. Porém, é importante reconhecer que a pandemia exacerbou um cenário de fragilização social, econômica e de desigualdades já em curso e que antecede à pandemia (SOUZA, 2020). Ou seja, a COVID-19 não pode ser responsabilizada sozinha, apesar de se configurar como um aspecto agravante desse cenário de tensão, conforme defendem alguns autores, como Boaventura de Souza Santos (2020).

Como desdobramento, houve elevação no desemprego, subocupação, subutilização, desocupação, desalento, terceirização, amplificação da precariedade das condições e vínculos do trabalho, relações contratuais precárias e intermitentes, aumento da jornada de trabalho com estagnação de rendimento, piora da organização e condições de trabalho, com intensificação da exploração do trabalho, queda do poder aquisitivo e custos adicionais para os(as) trabalhadores(as), acometendo e comprometendo os meios de subsistência e seguridade de uma grande parcela da população, sobretudo indivíduos que apresentam maiores vulnerabilidades, com reduzida proteção, seguridade e direitos sociais, como os(as) trabalhadores(as) informais, os(as) agricultores(as) familiares e a população negra. Outrossim, houve precarização da saúde dos(as) trabalhadores(as), estando interligada a todos os demais aspectos, em virtude de ocupações deficitárias que, muitas vezes, não garantem a efetividade de medidas de proteção à saúde desses sujeitos (ANTUNES, 2020; BRASIL, 2021c; FILHO, 2020; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021; SOUZA, 2021; VELOSO, 2021).

Nesse sentido, cabe frisar que as consequências da pandemia foram sentidas com maior intensidade nos grupos mais vulnerabilizados, sobretudo os que estão submetidos à flexibilidades e instabilidades nas relações e vínculos trabalhistas. Assim, deve-se atentar para as desigualdades oriundas das relações produtivas, com intuito de viabilizar a compreensão de que grande parcela dos(as) trabalhadores(as) sobrevivem em situações socialmente precárias, que refletem no direito e acesso à saúde, que também se dá de forma desigual. Dessa forma, a pandemia coincidiu e expôs um cenário de déficits dos direitos trabalhistas e previdenciários, além de desigualdades sociais e iniquidades em saúde que, em conjunto, tornam os(as) trabalhadores(as) suscetíveis a maiores exposições e riscos pessoais e coletivos, estando situados no centro das consequências sociais (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021; SANTOS *et al.*, 2020; SOUZA, 2020; SOUZA, 2021).

Todo esse complexo cenário pandêmico e seus impactos acabaram por intensificar uma diversidade de problemas de saúde, dentre os quais se destacam os distúrbios mentais nos(as) trabalhadores(as), abrindo espaço para novos riscos, sendo afetados por sentimentos de culpa, medo e frustração, além das mudanças nos vínculos trabalhistas e pessoais (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021).

Cabe destacar que, no início do contexto de aparecimento da COVID-19, alguns trabalhadores e clientes de um mercado atacadista de frutos do mar, na cidade de Wuhan, estiveram entre os primeiros casos de indivíduos infectados pelo SARS-CoV-2. Em Singapura, cerca de 68% dos primeiros 25 casos de contaminação comunitária corresponderam ao exercício profissional. Já no Brasil, o segundo óbito decorrente da COVID-19 foi de uma

empregada doméstica no Rio de Janeiro, sendo que o vírus também foi contraído enquanto trabalhava (FILHO *et al.*, 2020; FILLIS *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a literatura evidencia que grande quantidade dos casos de transmissão da COVID-19 esteve relacionada ao desenvolvimento de distintos tipos de trabalho, com destaque para aqueles que exigem variadas oportunidades de contatos diretos e diários com o público, e, conseqüentemente, maiores riscos de exposição, como os entregadores – muito comuns em decorrência do isolamento social e *lockdown*, inclusive na tentativa de escoar uma parte dos alimentos produzidos pelos(as) agricultores(as) camponeses(as) (FILHO *et al.*, 2020; FILLIS *et al.*, 2020).

Esses são apenas alguns exemplos dos inúmeros casos que ocorreram no Brasil e no mundo, evidenciando que o desempenho das atividades laborais, as condições e situações de trabalho podem se configurar como propiciadores para a disseminação do vírus e desenvolvimento da COVID-19.

Assim, o SARS-CoV-2 evidenciou e sinalizou a possibilidade de os ambientes de trabalho viabilizarem a ocorrência de doenças e afetar, direta e/ou indiretamente, uma grande quantidade de indivíduos. Nesse viés, deve-se destacar que a COVID-19 pode ser considerada como uma doença relacionada ao trabalho, quando o ambiente e as condições em que o trabalho é executado se configuram como meios que elevam as possibilidades de contágio e permitem a transmissão do vírus. Dessa forma, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é necessário direcionar atenção especial para os locais de trabalho, visando detectar grupos de riscos, meios de proliferação de doenças e a adoção de medidas preventivas e de controle (MAENO, 2021; OIT, S/A; ZIMMERMANN, 2020).

Dessarte, a humanidade deparou-se com essa crise pandêmica que marcará a história da humanidade, e que repercutiu também em desdobramentos para os agricultores(as) camponeses(as). Assim, atingiu bruscamente a agricultura camponesa, a disponibilidade de mão de obra especializada, a cadeia de produção, de abastecimento e seus elos, além de impactar na demanda e oferta, reverberando na disponibilidade de alimentos e na segurança alimentar, com a escancarada elevação dos preços dos produtos, inclusive para necessidades básicas como alimentos, produtos de higiene e de proteção, gás de cozinha, água, luz, dentre outros (ARNDT *et al.*, 2020; PINHO *et al.*, 2020).

Sendo assim, em decorrência das medidas restritivas, dificuldades de transporte e circulação e o conseqüente fechamento de estabelecimentos, os(as) agricultores(as) camponeses(as) sofreram impactos pela diminuição da comercialização, ocasionando, muitas vezes, a perda de produção de muitas lavouras, que, por serem produtos perecíveis, acumulavam

e estragavam, causando grandes perdas econômicas e impactos sociais (ARNDT *et al.*, 2020; PASRICHA, 2020; ZÚÑIGA; CALDERÓN; ALE, 2021).

Outro aspecto presente na literatura científica é que grande quantidade de trabalhadores(as) camponeses(as), e também do agronegócio, deixou de trabalhar em decorrência do medo da pandemia, do contágio da COVID-19 ou devido às restrições sociais impostas, o que repercutiu na interrupção da safra. Diante do contexto pandêmico, esses(as) trabalhadores(as) tornaram-se uma categoria altamente exposta à COVID-19, com maiores limitações para encarar o acesso limitado aos serviços gerais e de saúde, tornando-os(as) carentes, inclusive, do acesso à atenção primária, traduzindo-se na intensificação das vulnerabilidades e dos riscos existentes a esses sujeitos sociais (ALBERTÍ *et al.*, 2020; PU; ZHONG, 2020; VILLULLA, 2020).

Todo esse cenário repercute em problemas relacionados à saúde dos(as) trabalhadores(as) e, portanto, produz demandas que necessitam de intervenções, mas não qualquer intervenção, devendo-se intervir nos problemas e nas necessidades dos(as) trabalhadores(as), com intervenções pautadas no modelo da Saúde do Trabalhador. Além disso, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas trabalhistas e sociais mais efetivas para mitigar tais problemas.

No tocante aos impactos da pandemia para o trabalho dos(as) camponeses(as), algumas pesquisas apontam que a COVID-19 veio a realçar e intensificar dificuldades, desigualdades e iniquidades já existentes, resultando em impactos de forma multidimensional sobre a vida, cotidiano, problemas de saúde, labor e a fonte de renda desses(as) trabalhadores(as), repercutindo bruscamente no enfraquecimento da agricultura familiar (FREITAS, 2021; FUTEMMA *et al.*, 2021; MARQUES, 2021; NEPOMOCENO, 2021; NOGUEIRA; MARCELINO, 2021; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Muitos(as) agricultores(as) camponeses(as) se depararam com a suspensão dos meios de comercialização, quer seja pela inatividade de restaurantes e similares; interrupção temporária das compras pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)²⁶, devido à suspensão das aulas nas escolas públicas; pelo fechamento e restrições nas feiras livres, mercados e outros canais de comercialização; ou até

²⁶Alguns estudos apontam que, diante do contexto pandêmico instalado, essas políticas públicas não tiveram a capacidade de responder rapidamente para proporcionar um suporte necessário para muitos(as) agricultores(as) camponeses(as) (ANDRADE, 2022). Todavia, outros estudos reconhecem a importância dessas políticas públicas para o apoio a esse grupo durante a pandemia de COVID-19, se configurando como um dos caminhos para a superação desse contexto de crise, tendo em vista que o PNAE e o PAA são responsáveis por uma parcela das vendas da produção agropecuária e da renda dos(as) agricultores(as) familiares (NOGUEIRA; MARCELINO, 2021).

em decorrência das dificuldades de deslocamentos e de comunicação. Tal situação dificultou a disponibilidade de insumos, o escoamento da produção e a manutenção dos processos produtivos, provocando a descontinuidade das cadeias de produção e comercialização, com transformações e impactos repentinos e inesperados para a agricultura familiar (FREITAS, 2021; FUTEMMA *et al.*, 2021; MARQUES, 2021; NEPOMOCENO, 2021; NOGUEIRA; MARCELINO, 2021; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Assim, destaca-se que as medidas restritivas adotadas durante o cenário mais crítico da pandemia de COVID-19 impactaram negativamente as feiras livres, protagonizadas, majoritariamente, por agricultores(as) familiares camponeses(as), afetando a renda das famílias camponesas²⁷, intensificando as limitações nas condições socioeconômicas, prejuízos financeiros e a pobreza, agravando as adversidades e vulnerabilidades sociais, e configurando-se como aspectos que interferem e determinam, em maior ou menor grau, o processo saúde-doença, impactando na saúde dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as) (MARQUES, 2021; NEPOMOCENO, 2021; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Outrossim, não restringindo-se aos impactos econômicos oriundos do fechamento das feiras livres, cabe destacar que houve também uma repercussão na socialização e interação dos(as) agricultores(as) camponeses(as). Essa repercussão ocorreu pelo fato de as feiras, para além de um ambiente de comercialização de produtos (principalmente artesanais e agroecológicos), são propiciadoras do estabelecimento e fortalecimento de vínculos sociais, em decorrência das múltiplas e diversas relações diretas entre produtores e consumidores, que, para além dessa designação, também são amigos, vizinhos, parentes, irmãos, sobrinhos, netos. Enfim, são sujeitos compartilhadores de vivências, memórias, experiências, conhecimentos, saberes e identificação étnica, social e cultural (NORA; ZANINI, 2015; PREISS *et al.*, 2022; PREISS; SCHNEIDER, 2020; SABOURIN, 2009).

Em decorrência de todo esse cenário oriundo da adoção das medidas restritivas, diminuição da comercialização e queda das vendas da agricultura familiar, alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) passaram a buscar alternativas e estratégias para enfrentarem essas dificuldades, na tentativa de sobreviverem à pandemia, tendo em vista que as formas tradicionais de vendas foram interrompidas, fazendo com que buscassem a adoção de medidas

²⁷De acordo com Del Grossi (2020), no Brasil, em 2020, cerca de 51% dos(as) agricultores(as) familiares declararam uma redução, em média de 35%, nas suas rendas. Cabe destacar que, no âmbito estadual, as diminuições mais significativas corresponderam ao estado do Amapá, de São Paulo, do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul e de Roraima, havendo quedas de mais de 40% da renda bruta das famílias camponesas no ano de 2020.

e mercados alternativos para a comercialização de seus produtos, prejudicada devido ao contexto pandêmico (PASRICHA, 2020; SOUSA; JESUS; BERALDO, 2021).

Ademais, outros impactos foram decorrentes da disseminação da COVID-19, das sequelas provocadas pela doença e, sobretudo, das mortes de agricultores(as) camponeses(as), bem como de parentes, amigos e conhecidos, tendo em vista que não só os habitantes da zona urbana foram infectados com o SARS-CoV-2, chegando também a atingir muitos(as) agricultores(as) camponeses(as) e suas famílias (FUTEMMA *et al.*, 2021).

Assim, a pandemia de COVID-19 evidenciou sua face devastadora da saúde e da vida, além dos graves riscos dos desequilíbrios ambientais, ocasionados, sobretudo, pelo voraz modelo de produção capitalista e neoliberal, responsáveis pela geração de sérias repercussões, como a exacerbação das vulnerabilidades de grupos sociais negligenciados, a exemplo dos(as) pequenos(as) produtores(as) camponeses(as) (FUTEMMA *et al.*, 2021).

Ademais, Adams e colaboradores (2020) destacam que, diante do contexto pandêmico adverso e de seus inúmeros impactos, os(as) pequenos(as) produtores(as) camponeses(as) apresentaram suas capacidades de superação a partir de estratégias e adaptação aos desafios emergentes. Nesse sentido, buscou-se respostas proativas perante as adversidades, contando com a estruturação de redes sociais comunitárias e o estabelecimento de parcerias, com a presença da mobilização social, o que tem colaborado com o fortalecimento desses grupos sociais vulnerabilizados, negligenciados e invisibilizados (PASRICHA, 2020; SOUSA; JESUS; BERALDO, 2021).

Dessarte, considerando as particularidades de cada contexto e realidade, todos os impactos supramencionados, oriundos do contexto pandêmico da COVID-19, colaboram com a determinação social do processo saúde-doença dos(as) agricultores(as) camponeses(as). Nesse sentido, é imprescindível que o Estado assegure a saúde e a segurança dos(as) distintos(as) trabalhadores(as) durante a realização das suas atividades laborais, buscando cumprir a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Ademais, é preciso garantir uma maior visibilidade para essa temática, resultando em políticas públicas que intervenham de forma mais eficaz nessa realidade (BARROSO *et al.*, 2020; BRASIL, 2018; FILHO *et al.*, 2020; LACAZ *et al.*, 2019; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021; SOUZA, 2021).

Logo, para a garantia da saúde dos(as) trabalhadores(as) é preciso que haja a efetivação da PNSTT, e tal Política necessita de intervenções ancoradas no modelo da Saúde do Trabalhador, mas não de qualquer forma, devendo-se implementar intervenções nos problemas e necessidades de saúde dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as).

Sendo assim, a partir de uma compreensão ampliada e crítica, entende-se que as necessidades consistem em tudo aquilo que falta para determinado indivíduo, tanto no aspecto físico para garantir a sua sobrevivência, como também elementos mais abstratos, como aspectos históricos, culturais, morais, tradições e costumes sociais. Assim, encontram-se em um processo dinâmico de construção, reconstrução e transformação permanente, por se constituir como processo histórico e dinâmico, situando-se entre os desejos e as carências. Então, as necessidades expressam o perfil sócio-histórico das carências dos sujeitos (SILVA, 2021).

Dessa forma, Ayres (2004, *apud* SILVA, 2021) defende que ninguém pode retirar a possibilidade de os sujeitos externarem suas próprias necessidades. Nesse sentido, os(as) próprios(as) agricultores(as) camponeses(as) são os protagonistas na identificação das suas necessidades, tendo em vista que participam, continuamente, da constituição e reconstituição das suas necessidades, as quais têm relação com as tradições culturais e contextos sociais dos quais fazem parte, sendo as necessidades sempre sociais.

Nesse sentido, dentre as necessidades sociais merecem destaque as necessidades de saúde, podendo consistir em necessidades em si mesmas, individuais, concretas e singulares, como também necessidades de grupos e sociopolíticas, ao considerar a saúde como necessidade dos sujeitos sociais, como um direito social e fomentar a formulação de políticas públicas para satisfazê-las (SILVA, 2021).

Dessarte, as necessidades de saúde estão relacionadas às formas de produção e reprodução social, as quais se distinguem de acordo com os grupos sociais e suas particularidades, manifestando-se, no âmbito da saúde, em diversos riscos, cargas de doenças, agravos, situações de vulnerabilidades, iniquidades e necessidades (BARATA *et al.*, 2013, *apud* SILVA, 2021).

Tendo isso em vista, as necessidades de saúde não restringem-se somente às necessidades médicas, problemas de saúde, doenças, agravos, sofrimentos e/ou riscos, mas abrangem também as carências, ausências, vulnerabilidades, desigualdades e iniquidades existentes em distintas formas de vida, classes e sujeitos sociais. Sendo assim, estão relacionadas ao que é necessário para se ter saúde, compreendendo as condições necessárias para o bem viver (PAIM, 2006; HINO *et al.*, 2009).

Outrossim, é importante delinear que a Saúde do Trabalhador, que surgiu entre os anos de 1970 a 1980, caracterizou-se, no Brasil, por um cenário de consideráveis transformações nos processos de trabalho, e importantes movimentos sociais iniciados no final da década de 1970, no contexto da Reforma Sanitária. Esses movimentos buscavam considerar as condições de trabalho, a situação social dos(as) trabalhadores(as), a determinação social do processo saúde-

doença e a percepção de como os(as) trabalhadores(as) se enxergam no próprio trabalho, além de reconhecer as doenças relacionadas aos processos produtivos (MENDES; DIAS, 1991).

Ademais, o campo da Saúde do Trabalhador defende que o objeto de atenção à saúde são as classes sociais, os grupos e as classes de trabalhadores(as) com organização econômica e política, defendendo-os e envolvendo aspectos técnicos, sociais e políticos indissociáveis, ao contrário da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional que atuam na lógica do capital (NUNES, 2004; PONTES, 2012).

Assim, com o modelo da Saúde do Trabalhador, buscou-se resgatar o lado humano do trabalho e a sua capacidade protetora de agravos à saúde. Dessa forma, os(as) trabalhadores(as) passaram a ser considerados(as) como sujeitos político-social e agentes de mudanças, possuidores(as) de vivências e saberes distintos sobre seu trabalho e os processos saúde-doença a ele relacionados (saberes esses que necessitam ser compartilhados coletivamente). Bem como atores históricos com capacidade para agir na intervenção e transformação da realidade do trabalho, prezando pela participação desses sujeitos nas questões que envolvem o controle da nocividade, segurança e saúde, além da definição consensual de prioridades de intervenção e do desenvolvimento de estratégias transformadoras (LACAZ, 2007; MENDES; DIAS, 1991).

Assim, a Saúde do Trabalhador encontra-se implantada no SUS e em consonância com o seu arcabouço teórico legal, representando uma conquista histórica e política do movimento de trabalhadores(as), militantes e intelectuais da área (PONTES, 2012). Dessa forma, em consonância com o Ministério da Saúde:

A Saúde do Trabalhador constitui uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre o trabalho e a saúde. Tem como objetivos a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, por meio do desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada, no SUS – Sistema Único de Saúde (BRASIL, Ministério da Saúde, 2001, p. 17, *apud* PIGNATTI; MACIEL; RIGOTTO, 2013, p. 357).

Ademais, dispõe de um amplo espectro de disciplinas e instrumentos de apoio para a atuação profissional, nos distintos níveis de atenção, como os aportes teóricos-metodológicos da Saúde Coletiva, da epidemiologia crítica, do planejamento e administração em saúde, da clínica do sujeito, das engenharias, das ciências sociais em saúde, ciências pedagógicas e políticas, da demografia, estatística, história, geografia, ecologia, economia, ergonomia, toxicologia, antropologia, bem como da sociologia do trabalho (NUNES, 2004; PIGNATTI; MACIEL; RIGOTTO, 2013; PONTES, 2012).

Assim, reconhece a complexidade envolvida no processo de investigação sobre o trabalho, o que repercute na necessidade da interação e diálogo entre essas distintas disciplinas, com intuito de viabilizar uma melhor compreensão do mundo e das relações de trabalho (NUNES, 2004; PIGNATTI; MACIEL; RIGOTTO, 2013; PONTES, 2012). Além disso, ampara-se na teoria da determinação social do processo saúde-doença, que introduz uma maneira diversa de compreender as relações trabalho e saúde-doença, segundo a qual:

O processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção (LAURELL, 1982, p. 16).

Cabe destacar que, durante a década de 90, no campo da Saúde do Trabalhador desenvolveu-se um referencial pautado nos conhecimentos acumulados da sociologia do trabalho, uma sociologia alicerçada nos indicadores do emprego fabril, subordinado às máquinas e aos ritmos de trabalho exacerbados pela utilização do tempo empregado na produção em conformidade com o ritmo determinado pelas máquinas nas indústrias. Contudo, hodiernamente, o tempo de trabalho passou a ser considerado como algo frívolo, tendo em vista que a geração e acúmulo de riquezas tornou-se desvinculada do tempo necessário para a sua produção (GOMEZ; MACHADO; PENA, 2011).

Dessa forma, não consiste mais em uma simples relação de submissão ao capital, mas sim, uma relação isenta do tempo de trabalho exigido, tornando-se inexecutável discernir o tempo livre do de trabalho, ou o tempo de produção do tempo de lazer, pois o trabalho se incorporou em todos os tempos e âmbitos da vida dos(as) trabalhadores(as). Ademais, a sociologia do trabalho contribuiu com a percepção do trabalho a partir das culturas e das relações de gênero. Sendo assim, essa abordagem sociológica se caracteriza como referência na investigação crítica no âmbito da Saúde do Trabalhador, sendo imprescindível para uma melhor compreensão do mundo do trabalho (GOMEZ; MACHADO; PENA, 2011).

Essas abordagens são essenciais nos serviços de saúde, tendo em vista que o atual sistema de produção capitalista possui como pilar a exploração da natureza e dos(as) trabalhadores(as), sem os(as) quais não seria possível manter suas “engrenagens” em movimento e funcionamento. Essa exploração desencadeia uma perigosa e preocupante devastação ambiental, além da intensificação dos riscos do trabalho, que, em conjunto, impactam o processo saúde-doença dos(as) trabalhadores(as) (DIAS *et al.*, 2009).

Diante do exposto, ressalta-se que o complexo campo do trabalho precisa ser considerado na sua totalidade como meio de enfrentamento e transformação da crise intensificada pela COVID-19, atentando às experiências individuais, ao mesmo tempo que se preza pela dinâmica do coletivo, além de firmar essa discussão como objeto político de intervenção dos(as) trabalhadores(as) (BARROSO *et al.*, 2020; BRASIL, 2018; FILHO *et al.*, 2020; LACAZ *et al.*, 2019; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021; SOUZA, 2021).

Sendo assim, é inegável que o atual sistema de metabolismo social do capital, evidenciado e exacerbado pela pandemia de COVID-19, provoca a destruição do trabalho, da natureza e da humanidade. Nesse viés, a pandemia do capital despertou a sublime necessidade da adoção de um novo modo de vida, pautado em um novo sistema de metabolismo verdadeiramente humano-social, à medida que encontre-se em contraposição às ordens expansionistas, incontroláveis e destrutivas do sistema do capital (ANTUNES, 2020; MÉSZÁROS, 2011).

Portanto, urge a necessidade de reformular o trabalho humano e social, abandonando o trabalho assalariado, alienado e estranhado, que caracteriza a sociedade do capital em suas diversas maneiras de dominação e exploração, ao passo que deve-se contemplá-lo como atividade vital, autônoma, autodeterminada e fundada no tempo disponível (ANTUNES, 2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da coleta de dados são expostos, analisados e discutidos nesta seção. Cabe frisar que realizou-se as divisões aqui expressas através de técnicas de aperfeiçoamento e categorias de análise de conteúdo, na modalidade de análise temática, conforme proposta por Bardin (2016), em subseções que caracterizam as percepções dos(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa sobre o trabalho no campo na pandemia; os problemas de saúde; as necessidades de saúde e as estratégias de enfrentamento e sobrevivência (respostas) frente aos impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa.

3.1 "TODA COISA RUIM ELA TROUXE" (Milho): limites e possibilidades do trabalho no campo para os(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19

Em virtude da complexidade do contexto pandêmico, surgiram, dia após dia, inúmeras barreiras para os(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa, reafirmando a percepção de que “[...] TODA COISA RUIM ELA [a pandemia] TROUXE [...]” (MILHO - E04, 2023, p. 80), o que demandou a construção de alternativas para contornar determinadas situações. Assim, segundo os(as) participantes deste estudo, a pandemia de COVID-19 repercutiu no processo de trabalho, na relação vida/trabalho/saúde, bem como evidenciou os sentidos do trabalho no campo.

Dessa forma, os(as) agricultores(as) camponeses(as) externaram suas percepções acerca das repercussões no processo de trabalho no campo durante a pandemia, as quais giraram em torno da perspectiva de que houve maiores dificuldades, quer seja em virtude das paralisações do trabalho no campo, fechamento do comércio e feiras livres (estagnando a comercialização dos produtos e prejudicando o seu escoamento). Diante disso, a agricultora Batata (E05, 2023, p. 98 e 103) afirma: “[...] eu acho que ela interferiu,... de certa forma, teve essa interferência, na questão do, de produção e:... comercialização. [...] no que fechou:... [...] prejudicou a parte de comercializar. [...]”. Além disso, o agricultor Milho (E04, 2023, p. 78 e 80) complementa: “Aquele tempo que parou, é... ficou mais difícil. [...]”.

Barbosa (2020) reafirma essas percepções ao relatar que muitos(as) dos(as) pequenos(as) agricultores(as) enfrentaram grandes dificuldades e tiveram perdas de suas produções no início da adoção das medidas de isolamento social e *lockdown*, o que resultou em

dificuldades logísticas e na interrupção do funcionamento das feiras e mercados, agravando a comercialização, não conseguindo continuar com as vendas normais.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2020) coaduna com as percepções desses(as) agricultores(as) camponeses(as) ao afirmar que a maioria dos(as) agricultores(as) familiares da América Latina enfrentou dificuldades na venda e escoamento de seus produtos, resultando em diminuição do poder de compra e consequências para a produção. Além disso, ressalta que, entre as dificuldades encaradas pelos(as) agricultores(as) familiares durante a pandemia, destacam-se as questões de restrições de transporte, dificultando a distribuição e escoamento da produção, a diminuição no fluxo de consumidores, dentre outras questões (IICA, 2020).

O isolamento e as medidas restritivas foram responsáveis por modificações nas rotinas de trabalhos de alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as), diminuindo ou até estagnando suas atividades laborais, como afirma o agricultor camponês Alface (E06, 2023, p. 126): “[...] mudou tudo, porque a *rente* /(gente)/ não trabalhava, *num* fazia nada. [...] *Nem po* /(para o)/ campo,... e::... se fosse era eu *sozim* [...] Fiquei mais em casa [...] *Trabalharra* /(Trabalhava)/ pouco. [...]”. Logo, constata-se que essa realidade configurou-se como uma brusca mudança, por serem habituados a trabalharem praticamente todos os dias da semana, durante uma grande parte do dia. Dessa forma, tornou-se uma rotina de vida e trabalho pautada em um caráter mais individual e solitário, fator prejudicial à saúde mental, pois o ser humano é um ser altamente sociável, que precisa estar interagindo com os outros.

Ademais, os(as) participantes desta pesquisa destacaram o fato de ter havido mudanças na organização do trabalho, na logística e na rotina laboral, bem como promoveu diversas barreiras para a continuidade do pleno funcionamento do trabalho no campo. Sendo assim, a pandemia promoveu modificações acerca da percepção do trabalho no campo e dos períodos/tempos mais propícios para o desenvolvimento deste trabalho, o que impactou na logística, organização e rotina do trabalho desenvolvido por alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as), tendo em vista que, muitas vezes, passavam a interpretar equivocadamente algumas informações veiculadas nas mídias sociais (como a característica de sensibilidade do SARS-CoV-2 a altas temperaturas, as quais neutralizam-o), considerando que os dias e/ou períodos mais frios propiciavam o adoecimento pela COVID-19. A agricultora camponesa afirma sobre essa interpretação e mudança na organização, logística e rotina do seu trabalho:

[...] a gente sabia que ela não queria quintura, *né?* [...] Então, quando era um dia frio, a gente já se acomodava *dento* /(dentro)/ de casa, como preso, trancado *dento* /(dentro)/ de casa. [...] Mas quando dizia assim: “Hoje *tá* o sol quente lá.”, *né*,... a

gente já ia rever as terra,... já ia olhar *comera* /(como era)/ que *tava* [...] (MELANCIA - E10, 2023, p. 190).

Outrossim, deve-se frisar também as percepções sobre as maiores dificuldades no desempenho do trabalho no campo durante a pandemia, tendo em vista que passaram a ser obrigados a respeitarem o isolamento e/ou quarentena, além da necessidade de utilização de novos instrumentos de trabalho (EPIs) e adesão às medidas de biossegurança, como destaca a agricultora camponesa Melancia (E10, 2023, p. 196): “De prender a gente, da *rente* /(gente)/ *num puder* ir:::..., é:::..., de:::... a *rente* /(gente)/ só ir toda equipada. Aí quer dizer, *sintir* /(sentir)/ muita dificuldade”.

Isso dialoga com o que afirma o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (2020), ao ressaltar que entre as dificuldades encaradas pelos(as) agricultores(as) familiares durante a pandemia destacam-se as questões de dificuldades de acesso a equipamentos de proteção, o que dificultou o cumprimento da necessidade de utilização de EPIs e aplicação de protocolos sanitários e de biossegurança, traduzindo-se em maiores dificuldades, tornando-os(as) mais vulneráveis (IICA, 2020).

Porém, é digno de destaque o fato de que, enquanto alguns(mas) agricultores(as) pontuaram diversas e profundas alterações no trabalho no campo, outros(as) externaram sobre não ter percebido mudanças significativas em relação ao seu trabalho, percepções essas que podem ser constatadas nos fragmentos a seguir:

[...] na questão da... da agricultura,... a gente vê que teve algumas perca [...] E muitas vezes a gente via que... *ficarra* /(ficava)/ mais difícil [...] as dificuldade, mas:::... *im* /(em)/ torno do nosso trabalho... lá no campo, *num* teve essas,... is-, tanto afetar diretamente [...] Eu acho que:::... foi mesmo, quase a mes-, o *mermo* /(mesmo)/ trabalho que a gente já vinha:::... [...] *infrentano* /(enfrentando)/, *disinvolverno* /(desenvolvendo)/ [...] (FEIJÃO - E09, 2023, p. 173 e 179).

[...] a gente que trabalha na roça, no nossos quintais [...] a gente... não sentiu tanta diferença, assim,... porque a gente já vivencia aquilo ali [...] (BANANEIRA - E03, 2023, p. 55).

Sobre a agricultura, a gente continuou [...] do mesmo jeito, *né?* [...] Porque é uma coisa que era na roça, uma coisa, *né*, [...] totalmente diferente... *num* tinha... *agromeração* /(aglomeração)/ de gente, *né?* (MILHO - E04, 2023, p. 78).

No-no campo,... com relação à nossa produção, ele... *pra-pra*,... é como se ele tivesse permanecido a mesma coisa, [...] (BATATA - E05, 2023, p. 98).

Esses relatos evidenciam o fato de que, para esses(as) agricultores(as), o trabalho na roça desenvolvido por eles(as) não sofreu maiores mudanças, não foi afetado diretamente, por diferir do trabalho desenvolvido na cidade e pelas grandes empresas do agronegócio,

principalmente por não propiciar aglomerações. Assim, segundo eles(as), houve a permanência, praticamente, da mesma logística e rotina de trabalho desenvolvido e vivenciado no campo. Dessa forma, torna-se perceptível que a pandemia de COVID-19 atingiu de formas diversas as diferentes realidades, mesmo entre os(as) próprios(as) agricultores(as) camponeses(as) do semiárido potiguar.

Já no que diz respeito à relação vida/trabalho/saúde, a pandemia de COVID-19 repercutiu, além da própria organização do trabalho como discutida anteriormente, na vida, na saúde, na renda e nas relações familiares. Nesse sentido, a agricultora camponesa Batata (E05, 2023, p. 105) relata: “[...] eu acho que o impacto maior [...] foi a questão da renda mesmo. [...] Da saúde e da renda, [...] porque hoje as pessoas são mais *duente* /(doentes)/, gastam mais com remédio. [...] As pessoas criaram até trauma de ir *po* /(para o)/ hospital,... trauma de dá, de vacinar...”. E o agricultor camponês Pimenta (E07, 2023, p. 145) acrescenta: “[...] eu acho que impacta,... impacta sim na- [...] na qualidade de vida até, *né?* [...]”. Ademais, em relação aos impactos nas relações familiares, os(as) agricultores(as) camponeses(as) evidenciam em suas falas:

[...] E::..., na família a *rente* /(gente)/ ficou, assim, um-um, aquele::... MEDO, *né*, porque a *rente* /(gente)/ perdeu... um ente querido. [...] Tanto da família,... como::... amigos próximos da gente, [...] eu *num quiria* /(queria)/ ninguém... da minha família, ninguém junto *cumigo* /(comigo)/ [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 119 e 126).

[...] Às vezes, a gente era proibido até de discutir com a família, *né*. [...] Vamo /(Vamos)/ dizer, natal, ano novo, até isso a gente foi impedido. (COENTRO - E01, 2023, p. 10).

[...] a gente... se prendia de receber até a própria família. [...] A gente *num* queria receber visita, até a própria família. [...] os *subrim* /(sobrinhos)/ da gente, os::... os irmão da gente que vinha de fora... Às *vez* /(vezes)/ a *rente* /(gente)/... fazia questão que nem viesse na casa da gente. (MELANCIA – E10, 2023, p. 193).

Esses impactos são relatados na literatura, sendo que Costa e colaboradores (2023) reforçam o fato de que a pandemia afetou de forma negativa os(as) agricultores(as) camponeses(as), resultando em impactos multidimensionais à renda, produção, comercialização, crédito, saúde, modo de vida e no aspecto sanitário. Dessarte, destacam que, no tocante à saúde, ao modo e qualidade de vida, os impactos corresponderam às dificuldades de atendimento da população rural. Ademais, constatou-se que a pandemia de COVID-19 colaborou com a intensificação das situações de vulnerabilidades sociais, desigualdades, iniquidades e exclusão de agricultores(as) camponeses(as) (COSTA *et al.*, 2023).

Somado a esse contexto de crise pandêmica, a crise política e econômica enfrentada pelo Brasil, liderado, na época, pelo governo Bolsonaro, repercutiu em intensificação das carências e ausências de acesso aos direitos de cidadania e à alguns programas governamentais, o que repercutiu em acentuação das dificuldades enfrentadas pelos(as) pequenos(as) agricultores(as). Diante disso, a agricultora e o agricultor camponês são enfáticos ao relatar que:

[...] essa... diminuição de produtos são desde que [...] começou o desgoverno que a gente já-já começou a sentir /(sentir)/ [...] que muitos-muitos... programas estavam acaba-, ele-ele acabou,... tinha muitos programas que a gente não podia /(podia)/ mais acessar. Então,... do início do governo, a gente já perce-, já começou a sentir /(sentir)/, né, aí quando chegou a pandemia, aí pronto, [...] Já agravou o que já vinha acontecendo. [...] Que a gente sabe que a pandemia a-atingiu muito, mas,... mesmo sem a pandemia a gente sabe [...] não ia mais ter aquela produção que a gente tinha, porque... nós não *tava* mais tendo a comercialização. [...] Então, tinha que diminuir a produção porque não tinha como... comercializar. Então, a produção sem comercialização, *num*... *num* funciona. [...] Ultimamente a gente só *tá*,... é:..., produzindo *pra* consumo. [...] Porque *num* tem mais os problema que a gente tinha, *num* tem mais como comercializar... (BANANEIRA - E03, 2023, p. 56).

[...] sem ter ajuda... que o governo,... a, os governo *num* ajuda mais a ninguém [...] Possa ser que Deus ajude que agora... tenha uma melhorada e-e venha algum benefício que venha beneficiar o agricultor, né? [...] só em a gente não ter... mais aquele acesso,... porque foi *im* /(em)/ geral, [...] O acesso da gente... vender os produto da gente, já fica muito... muito complicado, [...] *projudica* /(prejudica)/ na:..., na produção que a *rente* /(gente)/ fazia [...] e aí impacta muito, [...] porque diminui... a renda [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 121, 127 e 128).

Todos esses aspectos repercutiram em maiores vulnerabilidades desses sujeitos, configurando-se como potenciais desencadeadores de angústia, medo, insegurança, incertezas, nervosismo, aflição, dentre vários outros sentimentos e emoções relacionados à situação vivenciada, tornando-os(as) mais suscetíveis ao desgaste e sofrimento psíquico, sobrecarga e adoecimento.

Diante da realidade e problemática vivenciada, além do constante receio e medo de adoecer e morrer, ou perder as pessoas mais próximas, instalava-se, dia após dia, inúmeras incertezas quanto ao futuro, tendo em vista o aumento dos preços de produtos em geral e a carestia, dificultando o trabalho, a renda e a vida, pois o dinheiro não estava entrando, somente saindo, em uma preocupante via de mão única. Assim, apesar da soberania alimentar característica da agricultura camponesa, houve intensificação das inseguranças, carências, dificuldades e vulnerabilidades dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as). Essa realidade é evidenciada nas falas dos(as) agricultores(as):

[...] Tudo ficou mais caro na pandemia [...] Aí... a gen-, alguma coisa que a *rente* /(gente)/ ia vender também... era mais caro, né, [...] por conta disso. [...] Se tornava

mais difícil, *né*, porque:... [...] as feira ficou [...] Pouca gente nas feira. [...] Aquele tempo que parou, é... ficou mais difícil. [...] Tem que saber fazer *pra* viv-, sobreviver *cum* /(com um)/ salário [...] (MILHO - E04, 2023, p. 77, 78 e 85).

[...] de tudo que ficou mais caro [...] Até *pra* produzir, [...] da semente, a tudo, ficou mais caro [...] como fechou muita coisa,... *né*, a-a-a venda ficou mais difícil, tanto de vender, [...] da procura,... porque *tava* tudo fechado, [...] e tudo ficou mais caro... Tudo! [...] *pra* quem vive da produção, a *rente* /(gente)/ sabe que o lucro vem desde o comprar da semente. [...] Só não *intendia* /(entendia)/ a *caristia* /(carestia)/ das coisas, [...] poderia ter sido uma forma de se, de se ser mais humano, de so-, socializar (?solidarizar?) com as pessoas... não, ficou foi tudo mais difícil... (BATATA - E05, 2023, p. 98 e 103).

[...] por conta da *caristia* /(carestia)/, [...] porque hoje a gente não pode fazer o que fazia antes. [...] Porque enquanto que eu plantava quatro tarefa de terra, esse ano eu só pod-, planto duas. [...] Por quê?... Uma hora de trator pelo:... um-um mundo da *caristia* /(carestia)/. [...] Aí:... , aquele *negoco* /(negócio)/ de que se a *rente* /(gente)/ precisar de uma *proverização* /(pulverização)/ o veneno ninguém pode nem olhar, *né?* [...] (MELANCIA - E10, 2023, p. 193-194).

Diante disso, torna-se notório que a diminuição da renda, em contraste com a carestia generalizada, provocada pela inflação e pelo contexto de crise pandêmica, política e econômica, repercutiram no próprio trabalho no campo. Essa repercussão configura-se também como um problema de saúde, ao ponto que se traduziu em impossibilidades de realizar e concretizar o que era possível outrora, repercutindo em maiores dificuldades de acesso à saúde, alimentação, lazer, realização e manutenção do próprio trabalho. Nesse sentido, Futemma e colaboradores (2021) coadunam com essas questões ao constatarem impactos negativos para a saúde do(a) pequeno(a) produtor(a) e de seus familiares, a perda da produção e o brusco declínio nas vendas e rendas dos(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa. O relato do agricultor camponês Alfaced reforça essa questão, ao externar:

[...] Aí o meu criado *queu* /(que eu)/ tinha, que mim dava uma rendazinha, *quera* /(que era)/ com minhas vaca,... umas vaquinhas de leite *queu* /(que eu)/ tinha,... os *negoco* /(negócios)/ muito apertado,... o, a produção do leite não tinha, o-o preço *num* dava,... as:... ração do gado subiu muito, aí eu tive que vender o gado, fiquei sem nada... Aí,... afeta muito [...] e aí... parei tudo já [...] e acabou-se tudo [...]" (ALFACE - E06, 2023, p. 128 e 132).

Essa fala é emblemática e carregada de significados e sentimentos, pois em decorrência da carestia vivenciada, tornou-se inviável a permanência com as “vaquinhas de leite” (ALFACE - E06, 2023, p. 128) que ajudavam a complementar a ínfima renda. Ao empregar o diminutivo para se referir às suas vacas, o agricultor camponês deixa transparecer em sua fala a afinidade, vínculo e amor com os seus animais, com o seu “criado” (ALFACE - E06, 2023, p. 128). Dessa forma, a necessidade e única saída enxergada de vender “suas vaquinhas de leite”, “ficar sem nada”, “parar e acabar tudo” (ALFACE - E06, 2023, p. 128 e 132) repercutiu em uma série de

sentimentos, emoções e pensamentos negativos. Isso, somado às inúmeras inseguranças e incertezas do período pandêmico, “afetou muito” (ALFACE - E06, 2023, p. 128) e contribuiu com um determinado grau de sofrimento psíquico, influenciando negativamente no processo saúde-doença desse agricultor.

É inegável as percepções de que a pandemia de COVID-19 repercutiu diretamente sobre o trabalho no campo e na própria vida durante a pandemia, pois para o desenvolvimento do trabalho do(a) agricultor(a) era imprescindível boas condições de saúde, viabilizando o desenvolvimento e pleno exercício das atividades laborais. Assim, a agricultora Melancia (E10, 2023, p. 189) afirma: “[...] o que mudou é que a *rente* /(gente)/ arranjou mais problema de saúde, *né?* [...]”. Nesse mesmo viés, a agricultora camponesa Bananeira (E03, 2023, p. 60) reafirma: “Assim, a questão da pandemia a gente vê que ela... prejudicou muito a saúde. [...] que têm sequelas [...] Então, acho que isso é coisa do-do [...] em virtude da pandemia...”. Logo, essa percepção de prejuízo e impacto repercutiu diretamente no trabalho no campo na pandemia e no contexto pós-pandemia, em virtude de problemas de saúde que prejudicaram e/ou impossibilitaram a realização do trabalho de forma adequada, repercutindo, inclusive, na vida dos(as) agricultores(as) camponeses(as).

Ademais, Costa e colaboradores (2023) destacam o fato de a pandemia de COVID-19 ter apresentado potenciais capacidades de desencadear situações de instabilidades emocionais, conflitos, desconfortos, questionamentos e inseguranças. Nessa perspectiva, destaca-se entre os(as) agricultores(as) camponeses(as) a percepção da pandemia como causadora de sentimentos negativos de forma mais frequente, como ansiedade e medo. Tudo isso repercutiu em impactos para o trabalho no campo, fazendo com que os(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa ficassem mais tensos(as), nervosos(as) e submetidos(as) à relações de trabalho mais fragilizadas e instáveis, configurando-se como potenciais causadores de sobrecarga e sofrimento psíquico e emocional, como relata o agricultor camponês Pimenta (E07, 2023, p. 141): “[...] eu acho que também... o medo, *né*:::..., ansiedade e medo, se tornou mais presente [...] *Aí*:::..., nas relações também de trabalho, as pessoas [...] ficam muito tensa...”.

Para alguns sujeitos os impactos foram tão sérios que chegam a ter aversão até em pensar sobre eles, como relata o agricultor Milho recorrendo à religiosidade para clamar a Deus que não venha a se repetir, tendo em vista o quão impactante e difícil foi na sua vida, como pode ser constatado no trecho:

[...] TODA COISA RUIM ELA TROUXE... ((risos)) [...] a pandemia trouxe. [...] Muita coisa ruim, *pra* o meu ver... é o que eu peço a Deus DIRETO que *num* se repita.

[...] Porque é::... foi *horríve* /(horrível)/ [...] *num* é nem bom pensar... (MILHO - E04, 2023, p. 80).

Por fim, no que diz respeito aos sentidos do trabalho no campo, segundo os(as) participantes, houve também a evidência dos sentidos e percepções desse trabalho durante a pandemia. Assim, destaca-se as percepções do trabalho no campo como potencialidade, configurando-se como um aspecto imprescindível para a garantia de qualidade de vida, sobretudo durante o período pandêmico. O próprio trabalho dos(as) agricultores(as) camponeses(as) configurou-se como uma estratégia para enfrentar os sofrimentos, os medos, as angústias, os sentimentos negativos, a ansiedade e as aflições frequentes durante o período pandêmico. Nesse sentido, os(as) agricultores(as) são enfáticos(as) nas suas falas:

[...] de *tá dento* /(dentro)/ dos quintal, de *tá dento* /(dentro)/ dos lotes. Mas, quando você chegava *dento* /(dentro)/ de casa, você, aí voltava à realidade. Que quando você *tava* lá, você *tarra* /(estava)/ mais uma pessoa da sua família [...] ou você *tava* só,... você... se sentia... quase... tranquilo, mas quando você chegava *dento* /(dentro)/ de casa, aí você... voltava tudo aquilo, porque você... ligava um rádio, ligava uma televisão, você só via... aquilo ali. [...] Era-Era uma-uma tipo uma terapia que você, [...] esquecia o povo do mundo lá fora. [...] lá no campo era [...] era quase melhor do que *tá dento* /(dentro)/ de casa naquele período ((risos))... A verdade é essa... (BANANEIRA - E03, 2023, p. 55 e 58).

[...] tinha hora que o trabalho,... como era na roça, como era um trabalho... é,... mais isolado das pessoa, até distraía mais a gente, *né?* [...] A *rente* /(gente)/... saía o sentido da gente da-,... daquela gravidade, [...] (MILHO - E04, 2023, p. 76).

[...] porque era uma forma de você::... *num tá* se ligando, *cê* /(você)/ tinha... muita coisa, [...] (ABACAXI - E08, 2023, p. 159).

[...] A gente,... na agricultura, inclusive,... era até uma forma de *iscapar* /(escapar)/ do centro urbano, ficar lá::... [...] cuidando dos bicho, cuidando da, do roçado [...] (PIMENTA - E07, 2023, p. 141).

[...] é fácil a gente [...] (?lutar?) com o campo, [...] *num* tinha de que ter medo de *tá* lá, *né?* ((sorri ao final da fala)) [...] quando a gente, muitas vezes::..., *tava* lá no campo, como diz, nós *tava*... *nem* vendo aquelas questão, *nera*, que *tava* lá [...] Eu *mermo* /(mesmo)/ se dava muito bem, [...] A gente via que::... que *tava* mais à vontade [...] a gente que se dá com a questão do campo, com a natureza [...] lá se você sair de *dento* /(dentro)/ de casa, *num* pega *nem* internet, aí é que é bom [...] *num* tem nada... ((risos))... Você vai ter *mermo* /(mesmo)/ o contato direto com a natureza, *né?* [...] (FEIJÃO - E09, 2023, p. 173 e 174).

[...] tinha hora que a *rente*::... /(gente)/... *sintia* /(sentia)/ aquela alegria de voltar, [...] para o trabalho, é::..., imaginando, assim,... que a gente... tinha passado por o que tinha passado [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 121).

Destacou-se, nos discursos, semblantes, expressões e sentimentos dos(as) agricultores(as), sentidos e percepções de um trabalho benéfico e terapêutico, que foi responsável, em grande parte, por gerar forças e estímulos para enfrentar o período pandêmico

e as suas adversidades, barreiras e impactos. Um trabalho autônomo, desenvolvido entre familiares, parentes e amigos, possuindo relações afetivas, de vínculo e cuidado com a natureza e os animais, e que não se insere na lógica de exploração capital-trabalho. Um trabalho repleto de potencialidades, significados e sentimentos, a tal ponto que continuar trabalhando configurou-se também como uma necessidade de saúde dos(as) agricultores(as) camponeses(as), ao considerarem que estarem no roçado foi algo que os(as) fizeram bem, além de ser bom e benéfico, como afirma o agricultor Coentro (E01, 2023, p. 15): “[...] tem muita coisa boa que é de trabalhar [...]”. Assim, trabalhar no roçado foi imprescindível para ter saúde, paz, bem-estar e trazer vida em meio ao contexto pandêmico.

Ademais, outro agricultor complementa esse sentido do trabalho no campo, destacando algumas potencialidades da agricultura camponesa, inclusive na perspectiva de enfrentamento das adversidades geradas pela pandemia de COVID-19:

[...] quando... a gente *tá*... na agricultura familiar,... cuidando do nosso próprio roçado, a gente... *istabelece* /(estabelece)/ a regra do roçado [...] É:::..., a gente... se programa, quem vai *num* horário, quem vai no outro, o distanciamento... Enfim,... o horário de trabalhar, o horário de voltar, [...] o combinado de fazer uma quarentena [...] isso é muito tranquilo de fazer essa gerência. [...] Então,... nós atravessamos a pandemia de uma forma mais tranquila, nós do campesinato, nós da agricultura familiar, do que... aquelas pessoas que estão, os agricultores que estão empregados nas *impresas* /(empresas)/... do agronegócio. [...] (PIMENTA - E07, 2023, p. 150).

Diante dessa perspectiva, Barth *et al.* (2016) e Virgolin (2012) reafirmam os sentidos do trabalho no campo para os(as) próprios(as) trabalhadores(as) camponeses(as), sentidos esses que passam a ser criados a partir das vivências, experiências e identificação de cada indivíduo com o trabalho desenvolvido. Assim, destaca o fato de corresponder a um trabalho que é intrínseco às suas vidas desde muito cedo, assumindo um sentido de prazer e satisfação, estando, inclusive, associado à maneira de ser e de se relacionar com o mundo, com o campo e com a natureza, a partir do manuseio da terra, das plantas, do cantar dos pássaros, do aroma das flores e das terras molhadas pela chuva, de presenciar o processo no qual um espaço ganha vida e cor com as plantações, bem como o contato próximo e cuidado com os animais (BARTH *et al.*, 2016; VIRGOLIN, 2012).

Ou seja, um trabalho que está ancorado no sentido de manutenção de modos de vida e de ser camponês(esa), sendo considerado como imprescindível para a construção de dignidade e como promotor da possibilidade de contribuição para o bem-estar social (VIRGOLIN, 2012). Nessa perspectiva, Morin (2001) ressalta a importância do prazer e do sentimento de realização

na execução do trabalho, de tal modo que possua sentido, fazendo com que o processo e o seu resultado contribuam com o autoconhecimento, auto descoberta e construção de identidade.

Dessa forma, Zwick e colaboradores (2010) coaduna com essas percepções do sentido do trabalho ao afirmarem que o trabalho dos(as) camponeses(as) possui o potencial de transformação da natureza para o atendimento das necessidades humanas e subsistência, além da oportunidade de autonomia e liberdade no trabalho, sendo repleto de sentidos para o(a) agricultor(a) familiar, tendo em vista que realizam e compreendem as modificações da natureza de maneira mais ampla, concreta e íntima. Assim, esses sentidos vão atribuindo significados positivos ao trabalho no campo, sendo responsável pela composição antropológica dos sujeitos sociais.

Em virtude da sua importância e potencialidade, o cercado foi um espaço de alívio e fuga da difícil realidade vivenciada na pandemia, tendo em vista que havia, diuturnamente, na TV, rádios e internet, o bombardeamento de notícias e informações sobre os exorbitantes números de infectados e mortos pela COVID-19. Ademais, o trabalho e vida no campo possibilitaram o contato mais próximo com a natureza e com os animais, servindo como uma válvula de escape da realidade vivenciada, o que se contrasta aos indivíduos que passaram a pandemia enclausurados nos seus apartamentos/casas na cidade, nas favelas, das pessoas em situação de rua, dentre outras distintas realidades.

Porém, é importante pontuar que apesar dessa percepção positiva do trabalho, visualizado como meio de dignidade, alívio, fuga e escape da realidade vivenciada pela pandemia de COVID-19, houve também percepções de que o trabalho do camponês foi mais prejudicado e difícil quando comparado aos(às) trabalhadores(as) do agronegócio. É o que afirmam os(as) agricultores(as) camponeses(as):

[...] a pandemia, [...] fortaleceu, principalmente, a questão do agronegócio, que luta muito com essa questão de agrotóxicos... Ela veio favorecer mais essa questão. [...] o grande... teve:::..., foi esse fortalecimento, e a gente, como se diz,... a agricultura familiar:::..., o camponês,... teve mais essa questão, que foi a questão... do afastamento, como a gente chama, *né?* [...] nesse ponto aí, como diz, a gente foi quem perdeu mais, *né?* [...] *cum* /(com)/ essa questão dessa pandemia a *rente* /(gente)/ teve uma perda MUITO grande, *né?* [...] Significativa. Porque, como diz, a gente PAROU esse tempo, *né?*... Foram dois anos aí, *né?*,... que a gente tivemos... e:::..., infelizmente,... *cum* /(com)/ um *mudelo* /(modelo)/ péssimo de *gunverno* /(governo)/ que tinha, como se diz, que... não parou a sensibilização do grande, do... agronegócio. E a gente, como se diz,... pegou esses dois, essas duas questão,... *pulítico* /(político)/, *né?*, e:::..., a questão da pandemia, que eu acho que foi um *fraquecimento* /(enfraquecimento)/ muito grande *pra* gente [...]. (FEIJÃO - E09, 2023, p. 180 e 181).

[...] na-na questão do-dos-do-do:::... dos empresários, da-das grandes empresas do agronegócio aqui do município, a gente... *intende* /(entende)/ que elas avançaram. [...] Porque [...] as pessoas *tavam* muito recuadas... E-E:::..., elas:::..., era as únicas que

tavam produzino /(produzindo)/ [...] e o próprio-próprio governo ele também usou [...] esse momento *pra*:... fazer muito-MUITO-MUITO *istrago* /(estrago)/ na agricul-, na-na, no, na, nos agricultores, na agricultura familiar. [...] tirou do pequeno, mas fortaleceu o grande [...] Eu vejo isso, que na pandemia... o-o pequeno ele fico-... ele foi, ele foi bem mais prejudicado... [...] a gente via que *pro* agronegócio, que *pros* empresário,... era só assinando, na-na... assinando grandes projetos, assinando grandes operações de-de grandes verba... *pra* fortalecer, *pra* fortalecer o-o agronegócio. [...] A gente via muito isso... Enquanto falta-, enquanto faltava *pra* o pequeno. [...] *Pra* agricultura familiar você *num* via investir,... *nê?* [...] (BANANEIRA - E03, 2023, p. 64).

[...] todo jeito fica mais difícil *pro* *piqueno* /(pequeno)/... *Pra* o grande é diferente. [...] a *rente* /(gente)/ *SINTIU* /(SENTIU)/ as dificuldade [...] a *RENTE* /(GENTE)/ *SINTIU* /(SENTIU)/. (MILHO - E04, 2023, p. 87).

Assim, torna-se evidente que o agronegócio não interrompeu suas atividades durante a pandemia. Isso reflete o apoio governamental prestado a esse modelo de desenvolvimento, ganhando a liberdade de continuar atuando durante o contexto pandêmico. Porém, é importante revelar que por trás disso tudo encontrava-se, nas entrelinhas, os interesses por capital e lucro, que eliminava a possibilidade de interrupção do funcionamento das grandes empresas do agronegócio, pois era e sempre foi necessário o contínuo funcionamento desse processo produtivo para favorecer os proprietários dessas empresas, ao passo que os(as) empregados(as) do agronegócio eram explorados(as) para alcançar tais objetivos, não gozando de privilégios.

Essas percepções corroboram com Kafruni e Medeiros (2020) ao afirmarem que o agronegócio, por se configurar como um dos setores mais robustos da economia do país, continuou em funcionamento, produzindo e crescendo durante a pandemia. Em contraponto, a agricultura familiar teve diversos prejuízos na sua produção, escoamento e comercialização, enfrentando maiores dificuldades, situações de desigualdades, iniquidades, pobreza, além da expressiva perda da força de políticas públicas destinadas à agricultura familiar camponesa.

Tudo isso colaborou ainda mais com o depauperamento das condições dos(as) pequenos(as) produtores(as) camponeses(as) em competirem no mercado, havendo uma expressiva prevalência da atuação dos grandes atravessadores. Assim, esse contexto resultou em maiores dificuldades para os(as) agricultores(as) familiares, causando, muitas vezes, o êxodo rural e abandono das suas terras para virarem empregados(as) do agronegócio (KAFRUNI; MEDEIROS, 2020). Essa realidade é apontada também pelo agricultor camponês Coentro (E01, 2023, p. 24 e 25): “[...] os agricultores *tão*... *viveno* /(vivendo)/..., correndo *pas* /(para as)/ empresas trabalhar de empregado. [...] Deixando suas terras *pra* ir ser empregado e se envenenar lá na-nas empresas do agronegócio.”

Diante do exposto, constata-se que, de um modo geral, a pandemia de COVID-19 repercutiu no processo de trabalho, na relação vida/trabalho/saúde, além de ter evidenciado os

sentidos do trabalho no campo. Sendo assim, houve maiores dificuldades em relação à produção, à comercialização e escoamento dos produtos, bem como demandou uma necessidade de utilização de novos instrumentos de trabalho, com os EPIs. Diante desse contexto de crise, promoveu-se modificações nas rotinas de vida e trabalho, na organização e logística laboral, além das repercussões à vida, saúde, renda e relações familiares. Tudo isso desencadeou sentimentos negativos de forma mais frequente, como ansiedade, medo, tensão, nervosismo, constituindo-se como potenciais causadores de sofrimento psíquico e emocional. Contudo, apesar das adversidades vivenciadas na pandemia, atribui-se significados e sentidos positivos ao trabalho no campo, repleto de potencialidades, benefícios e agente terapêutico diante das dificuldades encaradas, além de viabilizar a autonomia e liberdade dos(as) camponeses(as). Porém, enxergou-se que o trabalho dos(as) pequenos(as) agricultores(as) foi bem mais difícil e prejudicado do que os(as) do agronegócio, apesar de alguns(mas) participantes não perceberem mudanças significativas em relação ao seu trabalho. Portanto, essas mudanças e percepções foram desdobrando-se e expressando-se em problemas, estratégias e necessidades de saúde dos(as) camponeses(as).

3.2 Entre ter trabalho, arritmias, pânico e a necessidade de sobreviver: os problemas, as necessidades de saúde e as estratégias de sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19

Neste tópico, procurar-se-á apresentar e discutir os resultados obtidos acerca dos problemas e necessidades de saúde apontados pelo(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa, além das estratégias de enfrentamento e sobrevivência diante dos impactos ocasionados pela pandemia de COVID-19. Assim, no primeiro subtópico que sucede serão abordados os problemas de saúde elencados e presentes nas falas dos(as) participantes. No subtópico seguinte serão abordados sobre as principais necessidades de saúde dos(as) agricultores(as) camponeses, bem como as estratégias de enfrentamento e sobrevivência adotadas por eles(as).

3.2.1 Pandemia e os problemas de saúde dos(as) camponeses(as)

Segundo os(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa, participantes desta pesquisa, em virtude do contexto pandêmico, tiveram que encarar e lidar com uma diversidade

de problemas produzidos na/a partir da pandemia de COVID-19, cujos principais problemas de saúde estão sistematizados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Problemas de saúde decorrentes da pandemia de COVID-19 referidos por agricultores(as) camponeses(as) de Apodi/RN em 2023.

Agricultores(as) camponeses(as)	Problemas de saúde
E01 Coentro (Agricultor camponês)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Arritmia; ● Descontrole de diabetes; ● Tremores; ● Abalo emocional; ● Nervosismo.
E04 Milho (Agricultor camponês)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Cefaleias mais frequentes.
E05 Batata (Agricultora camponesa)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Audição reduzida; ● Desatenção; ● Dificuldade de respirar; ● Cansaço com facilidade; ● Queda de cabelo; ● Pânico; ● Ansiedade.
E06 Alface (Agricultor camponês)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Infecção intestinal; ● Dores ósseas, fraqueza, indisposição e cansaço; ● Dispneia ao esforço; ● Pré-infarto (pós-COVID).
E07 Pimenta (Agricultor camponês)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Asma mais ativa; ● Gordura no fígado (pós-COVID).
E08 Abacaxi (Agricultor camponês)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Hipertensão descontrolada; ● Problema de vista (pós-COVID).
E10 Melancia (Agricultora camponesa)	<ul style="list-style-type: none"> ● COVID-19; ● Irritação na garganta; ● Esquecimento; ● Alergias a produtos de limpeza (pós-COVID); ● Irritação e sangramento nasal; ● Ansiedade; ● Acidente Vascular Encefálico (AVE) que causou sequelas

	no olho, paralisia facial e estourou e feriu um ouvido (pós-COVID).
--	---

Fonte: dados da pesquisa.

Diante dos dados dispostos no Quadro 1, é importante ressaltar que os(as) agricultores(as) camponeses(as) entrevistados(as) consideraram que os principais problemas de saúde estavam relacionados aos problemas biomédicos, como doenças, agravos e sequelas, ancoradas em um visão de mundo biologicista da relação saúde/doença. Por enxergarem os problemas de saúde a partir de uma perspectiva biológica, buscavam resolvê-los a partir de medidas pontuais, na tentativa de atenuá-los, como a adoção de condutas baseadas em saberes populares e tradicionais, além de procurarem os serviços de saúde quando estavam enfermos e com a saúde debilitada. É o que afirmam os agricultores:

[...] muitas vez /(vezes)/, fazia a prevenção também, a questão dos, de chá::..., [...] fazia::... mel, com limão, açá-,... fazia um *coquitel* /(coquetel)/ de-de::... o que fosse bom *pa* /(para)/ imunidade, que dizia que era bom *pa* /(para)/ imunidade, nós... *tumava* /(tomava)/ até [...] Os cuidados também, porque o corpo *tando* /(estando)/ bem *num* ia *aduecer* /(adoecer)/ também. (ABACAXI - E08, 2023, p. 160-161).

[...] Aí tinha de ir-ir pro Centro de Saúde, tinha de des-deslocar pro Centro de Saúde. [...] (COENTRO - E01, 2023, p. 20).

Essa concepção biomédica e biologicista dos problemas de saúde é desdobramento da forte hegemonia do paradigma biomédico, chegando a se estender e dominar o imaginário popular. Assim, apesar de serem trabalhadores(as) camponeses(as) crítica e politicamente atuantes e que estão inseridos(as), em grande parte, na luta camponesa e de movimentos sociais que apresentam, historicamente, uma expressiva articulação com pesquisadores e academia, com o desenvolvimento de trabalhos com uma perspectiva e percepção mais ampla de saúde, problemas e necessidades de saúde e a determinação social do processo saúde-doença, ainda estão inseridos em uma sociedade que está habituada a enxergar nos serviços de saúde, quer sejam públicos ou privados, um foco majoritário nas doenças, na sua prevenção, na assistência em saúde voltada para a medicalização e hospitalização, puramente pautados na hegemônica concepção biomédica. Contudo, deve-se reconhecer que os problemas de saúde enxergados pelos(as) agricultores(as) camponeses(as), são de fato legítimos, uma vez que foram sentidos e vividos por eles(as).

Logo, são necessários maiores esforços no tocante à articulação com os movimentos sociais para instigar a reflexão sobre as relações entre trabalho/saúde/ambiente, além de

percepções críticas sobre os problemas de saúde, na tentativa de fazê-los(las) refletirem criticamente sobre essas questões e enxergarem novas concepções sobre a relação saúde/doença, promovendo mudanças dessas percepções biomédicas e biologizantes.

Nesse sentido, essas percepções dos(as) participantes corrobora com o que é defendido por Barros (2002), que destaca o fato de a abordagem do modelo biomédico (ou mecanicista) ainda se encontrar predominante nos dias atuais, apesar de apresentar raízes históricas relacionadas ao contexto Renascentista e à revolução artístico-cultural que ocorreu nesse período.

Assim, o modelo biomédico apresenta como característica intrínseca a medicalização, compreendida como a elevada e crescente dependência relacionada à disponibilidade de serviços e bens de ordem médico-assistencial e seu consumo cada vez mais desenfreado, configurando-se como a expressão mais acabada das distorções e consequências concretas do modelo biomédico, reducionista, de abordagem da saúde e da doença (BARROS, 2002).

Dessarte, a crescente adoção da tecnologia médica passa a considerar como doenças os distintos e diversos problemas, com majoritário enfoque em aspectos fisiológicos, que demandam de procedimentos médicos para serem amenizados e/ou solucionados, em contrapartida, havendo expressivo negligenciamento de aspectos socioeconômicos. Logo, o modelo biomédico encoraja a adesão a um comportamento cartesiano no tocante à distinção e distanciamento entre o observador e o objeto observado (BARROS, 2002).

Dessa forma, é importante destacar que essa concepção biomédica sobre os problemas de saúde ainda se encontra presente nas percepções dos(as) agricultores(as) camponeses(as), e para além deles(as), também ainda enraizada na sociedade de forma geral. Em virtude disso, não se consegue enxergar problemas mais gerais que se configuram como problemas de saúde. Assim, apesar de não ser direta e explicitamente relatados pelos(as) agricultores(as) camponeses(as) como problemas de saúde, apareceram implicitamente nos seus discursos, outros problemas associados às diversas formas de garantia de vida e de sobrevivência na pandemia de COVID-19, como problemas relacionados ao trabalho e comercialização, à continuidade da vida, às incertezas quanto à renda e carestia, à insegurança alimentar e ao isolamento social. Então, são esses problemas que dão conta de uma concepção mais ampliada de saúde, demandando de necessidades de saúde e sobrevivência dos(as) agricultores(as) camponeses(as) durante a pandemia.

3.2.2 “Se *num* souber fazer, *num* sobrevive não” (Milho): necessidades de saúde e sobrevivência de agricultores(as) camponeses(as) na pandemia de COVID-19

É inegável que a pandemia de COVID-19 resultou em impactos e problemas multifacetados para os(as) agricultores(as) camponeses(as), em um contexto marcado por desigualdades, negligenciamento e invisibilidade, tornando-os(as) cada vez mais vulneráveis e carecendo de necessidades de saúde para viabilizar sua sobrevivência e não ser vitimado(a) pela COVID-19. Nessa perspectiva, a análise das entrevistas possibilitou apreender que esse contexto produziu necessidades de saúde e sobrevivência dos(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa, as quais se expressam na necessidade de trabalhar; na necessidade de reorganizar o trabalho no campo, considerando as medidas de biossegurança; e na necessidade de um SUS forte.

A priori, deve-se ressaltar que, a partir de uma concepção mais ampla de saúde e necessidades de saúde, fugindo de uma percepção mais biologizante, ter trabalho é considerado uma necessidade de saúde. Assim, esta discussão adota como ponto de partida uma compreensão ampliada e crítica das necessidades de saúde, extrapolando as necessidades puramente biológicas, estando assim relacionadas aos modos de viver e trabalhar de cada sujeito social, sendo produzidas a partir da inserção e das relações entre trabalho/saúde/ambiente.

A partir dessa compreensão, as necessidades de saúde estão diretamente interligadas às maneiras de produção e reprodução social, variando conforme os grupos sociais e suas especificidades, não limitando-se às necessidades no âmbito biomédico, como problemas de saúde, doenças, agravos, sofrimentos e/ou riscos. Dessarte, as necessidades de saúde estão relacionadas às carências, ausências, vulnerabilidades, desigualdades e iniquidades, condizente a tudo aquilo que é necessário para se ter saúde (BARATA *et al.*, 2013, *apud* SILVA, 2021; HINO *et al.*, 2009; PAIM, 2006).

Dessa forma, os(as) camponeses(as) identificaram, como umas das necessidades de saúde, a necessidade de continuar trabalhando. É o que afirma a agricultora camponesa Batata (E05, 2023, p. 105): “[...] é um impacto muito grande, de forma geral. [...] Porque se você não trabalha, você não vai ter como... cuidar da saúde. [...] É uma coisa ligada a outra, *nê?*”. Ademais, o agricultor Milho (E04, 2023, p. 79) pontua: “[...] se o *caba* parar, é que eu acho que é pior. [...] *Cê* /(Você)/ tem que trabalhar [...]”. Porém, reconhece-se que essa necessidade de saúde foi prejudicada em decorrência das constantes interrupções promovidas na maioria das atividades produtivas, como relata o agricultor Feijão (E09, 2023, p. 180): “[...] A gente trabalhava... um mês, aí vinha, *cumeçava* /(começava)/ aquilo de novo, e parava. [...]”.

Diante desse cenário, segundo Pasricha (2020) e Sousa, Jesus e Beraldo (2021) foi necessário a adoção de medidas e mercados alternativos que possibilitasse a continuidade da produção, do trabalho, da comercialização e vendas de seus produtos. Assim, em decorrência desse cenário, foi surgindo a necessidade de que muitos(as) agricultores(as) tivessem que se adaptar à novas formas de interagir, se relacionar, socializar e comercializar, por intermédio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a partir da utilização das redes sociais (ANTUNES, 2020). Nesse sentido, o agricultor camponês destaca que a necessidade de continuar trabalhando fez com que utilizassem as Tecnologias da Informação e Comunicação para viabilizar a realização das encomendas/pedidos e entregas dos produtos.

[...] Durante um tempo parou, aí ele passou a vender mais em casa, ou só de encomenda, quando o povo encomendava [...] e ele ia entregar... Vamo //(Vamos)/ dizer, a feira. [...] Aquele tempo. Fechou comércio tudo e parou tudo. [...] Só por encomenda. [...] (COENTRO - E01, 2023, p. 12).

Dessarte, para alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) as redes sociais foram importantes aliadas, pois possibilitaram a divulgação dos seus produtos para tentar minimizar a dificuldade no escoamento das suas produções, que sofreu uma estagnação durante o período mais crítico da pandemia, sobretudo, com a determinação do isolamento social, *lockdown*, fechamento do comércio e feiras livres. Dessa forma, a pandemia obrigou-os(as) a adaptarem-se às tecnologias digitais na tentativa de continuar trabalhando e melhorar a comercialização, e essa tendência perdurou até os dias atuais, configurando-se como uma forma alternativa e complementar de comercializar. É o que afirma o agricultor camponês Abacaxi:

[...] muitas vez //(vezes)/, pa //(para)/ nós vender nosso produto *num podia* vender por conta da:... da... da-da restrições... Mas, [...] *pro* outro lado também abriu outro mercado também, que foi a:... do *WhatsApp* que:... nós *consiguimo* //(conseguimos)/ vender:... vender e muito também, *né?* [...] Divulgava pelo *WhatsApp* [...] E ficou até hoje, *inda* //(ainda)/ hoje a gente tem, fazer uma:... lista e que:... fica ali,... o cliente fica direto. [...] As divulgações também, *né*, no *Instagram*, [...] no *Facebook*, [...] Também contribui muito também, junto *cum* //(com)/ *WhatsApp* [...] (ABACAXI - E08, 2023, p. 158 e 164).

Diante disso, pode-se constatar que o surgimento dessa nova maneira de comercializar demandou a adaptação aos recursos tecnológicos digitais da informatização e comunicação, e para além disso, à uma nova forma de organização do trabalho, que exigia constantes divulgações e deslocamentos para a realização das entregas dos produtos encomendados através das redes sociais. Assim, a junção e conciliação de todas essas atividades (divulgação de produtos e necessidade de atenção e gerência das encomendas via redes sociais, análise da

logística e realização de entregas) ao processo de trabalho no campo, ocasionou a intensificação e prolongamento da jornada de trabalho desses(as) trabalhadores(as). Isso configurou-se como um novo problema que surgiu a partir de uma estratégia adotada na tentativa de enfrentamento das dificuldades intensificadas pela pandemia de COVID-19, o que é afirmado a partir do relato do agricultor camponês:

Eu acho que ficou mais::... mais atarefado a-a vida, mais::... ((bate com as pontas dos dedos na mesa))... vamo dizer, mais *aguniado* /(agoniado)/, e mais,... uma correria maior [...] *Né*::..., e-e também muita coisa tendo que atrelar no mundo virtual, com o mundo real::... [...] Então, a internet... se tornou uma ferra-,... ferramenta fundamental,... *né*, nesse mundo de COVID e pós-COVID [...] (PIMENTA - E07, 2023, p. 141).

Logo, apesar de a internet e as mídias digitais possibilitarem a continuidade da comercialização dos produtos, constatou-se que a utilização desses meios tornou-o “mais atarefado, agoniado e corrido” (PIMENTA - E07, 2023, p. 141). Além disso, caracterizou-se como uma forma de trabalho que impôs a necessidade de os(as) agricultores(as) camponeses(as) se adequarem, por si só, à utilização desses meios digitais, em contraste a uma realidade na qual muitos(as) deles(as) não tiveram (e não têm) acesso à elas.

Assim, a utilização das tecnologias digitais apresentou-se de forma desigual e excludente, tendo em vista que alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) não tinham acesso à internet, celulares, tablets, computadores, notebooks, redes sociais, meios de transporte, etc., não conseguindo aderir à utilização de mídias digitais e tecnologias da informação, na tentativa de continuar trabalhando, produzindo, comercializando e escoando os seus produtos para garantir uma melhoria na sua renda.

Nessa perspectiva, Brasil (2022b) confirma esse panorama ao afirmar que, hodiernamente, mais de 70% das áreas rurais não possuem acesso à internet, fazendo com que essa parcela de indivíduos careça de inclusão digital e social. Assim, o acesso às tecnologias digitais em áreas rurais isoladas contribuiria com a mitigação desse problema, viabilizando a conectividade no campo e estimulando o cooperativismo, acesso às informações, possibilidades de assistência técnica e extensão rural, colaborando, inclusive, para o aumento do valor bruto da produção (BRASIL, 2022b; KAFRUNI; MEDEIROS, 2020).

Logo, de acordo com Fernandes, Azevedo e Casagrande (2022) é importante reconhecer que se configuraram como transformações significativas, pois a zona rural, muitas vezes, possui estrutura e suporte restritos para determinadas tecnologias, não sendo uma realidade acessível para todos(as) os(as) agricultores(as) camponeses(as), o que dificulta sua inserção nessa nova

morfologia de interações, relações e trabalho. Nesse sentido, o agricultor camponês Pimenta (E07, 2023, p. 147) comenta: “[...] imagine um-um camponês que *nem*,... *nem* todos têm um celular com internet, [...] acesso à internet... Como era que ele... se virava, *né?* [...]”.

Somada a estratégia supracitada, os(as) agricultores(as) camponeses(as) construíram redes de apoio e parcerias para viabilizar a comercialização, a exemplo das vendas de seus produtos para programas governamentais, institucionais e cooperativas, como o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES); Fundação Banco do Brasil; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF); e Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP). Todos esses compravam os produtos dos agricultores camponeses para compor cestas básicas as quais eram distribuídas para algumas escolas e famílias vulneráveis. Assim, essas parcerias e apoios possibilitaram, também, a continuidade do trabalho, da produção e o escoamento dos produtos de alguns(mas) agricultores(as) familiares, auxiliando nas suas rendas durante a pandemia de COVID-19, configurando-se como um dos caminhos para a superação desse contexto de crise.

Sobre essa parceria com programas governamentais, institucionais e cooperativas, alguns agricultores camponeses mencionam:

[...] a gente,... na verdade, teve foi que::... trabalhar mais::... *pra-pra* alimentar a família, [...] *pra*,... até *pra* comercializar também, porque::... eu lembro que *tava* tendo... tinha um programa do governo aí, oferecendo,... formando uma, umas::... umas cestas básica, mais o Banco do Brasil também. E aí a gente... tinha que trabalhar mais ainda, ((sorri enquanto fala)) *pra* vender o produto, *pra* [...] garantir a alimentação. E a segurança alimentar também [...] aí a gente tentava garantir... o acesso à-à alimentação do próprio roçado. [...] Pelo menos lá *im*/(em)/ casa,... a gente não diminuiu,... e comercializou até melhor. [...] porque a gente fornece a-, credenciado *pra* fornecer *pros* programas *governamentais* /(governamentais)/, o PECAFES, que é o Programa Estadual de Compras,... *né*, da Agricultura Familiar e Economia Solidária, foi muito importante [...] feijão [...] milho, enfim. (PIMENTA - E07, 2023, p. 141-143).

[...] parceria... *pra* aquisição de alimentos, aquelas famílias que estavam... passando por dificuldade na renda e acesso à alimentação (PIMENTA - E07, 2023, p. 148).

Assim::..., a gente... é... chegou a vender::... feijão,... essas coisa o governo [...] compra direto. [...] Eu *mermo* /(mesmo)/ *vindí* /(vendi)/ feijão. [...] *pa* /(para a)/ cooperativa, *né*, que o governo comprava [...] a COOAFAP. [...] E outras coisa que a *rente* /(gente)/ teve de vender, sabe? [...] Teve de vender outras coisa... mel::... mel de abelha, sabe?... Tive de vender... melancia [...] Essas coisa... (MILHO - E04, 2023, p. 86).

[...] A *rente* /(gente)/ vendia... aí o Governo do Estado comprava umas cestas. [...] Aí pra distribuir... (COENTRO - E01, 2023, p. 22).

Nós tivemo::... a SEDRAF, *né*, que teve um apoio muito importante *pra* nós, *né?* [...] Teve os kits da::..., que o *Governo*/(Governo)/ do Estado fez... *pa*... *pas* /(para as)/

iscola /(escolas)/, teve muito boa, *né, pra* nós também, importância muito boa. [...] Que ainda nós garantiu uma renda... su-, suficiente, *né, pa* /(para)/ se manter, *né?* (ABACAXI - E08, 2023, p. 165).

Uma outra parceira na comercialização dos produtos foi com a Rede de Comercialização Solidária, a Rede Xique-Xique, o que é evidenciado nas falas dos agricultores camponeses:

[...] eu faço parte na Rede Xique-Xique também, aí foi um dos-dos-dos anos que nós vendemo mais é po-, nossa produção por conta disso, *né?* [...] Porque aí,... as instituição comprava as cestas e divul-, e comprava nossa produção *pa* /(para)/ entregar *pras* pessoas que *tavam* necessitadas. Aí,... melhorou muito, também. (ABACAXI - E08, 2023, p. 158).

[...] A *rente* /(gente)/ vendia logo também [...] *pra* rede Xique-Xique. [...] (COENTRO - E01, 2023, p. 22).

Isso coaduna com Pasricha (2020) e Sousa, Jesus e Beraldo (2021), que afirmam que durante esse período crítico, alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) contaram com a estruturação e apoio de redes comunitárias, programas governamentais e o estabelecimento de parcerias, com intuito de auxiliar esses grupos sociais vulnerabilizados, negligenciados e invisibilizados.

Ademais, Mendonça e colaboradores (2021) destacam que os(as) agricultores(as) camponeses(as) consistem em sujeitos submetidos a contextos de constantes vulnerabilidades sociais, carecendo de políticas públicas mais eficazes na reconfiguração da hodierna realidade. Logo, defendem que a intensificação das vulnerabilidades socioeconômicas desses(as) trabalhadores(as) resultaram em impactos sociais negativos, repercutindo na saúde física e mental desses indivíduos, tornando-os mais carentes de auxílios de políticas públicas que os ajudem, amparem e garantam condições dignas de trabalhar e viver. Diante dessa realidade, o desabafo do agricultor camponês dialoga com essas questões, ao externar:

[...] *pra* gente que trabalha da agricultura,... *num::...* o *negoço* /(negócio)/ *tá* [...] *prequário* /(precário)/ [...] A *rente*/(gente)/... *fiqemo* /(ficamos)/ aí ao Deus dará. [...] *É::...*, esperando só da providência de Deus *mermo* /(mesmo)/,... porque::... se *num* fosse Deus na-na nossa vida, não tinha,... a *rente* /(gente)/ não tinha vencido não... E *inda tamo* na batalha, *né?* [...] *Inda tamo* na batalha. (ALFACE - E06, 2023, p. 121 e 122).

Além disso, deve-se destacar que, segundo Lösch, Bricarello e Gaia (2022), a insegurança alimentar, a miserabilidade e a fome de agricultores(as) seriam ainda mais acentuadas se não fossem pelas doações e auxílios fornecidos por ONGs, sindicatos, cooperativas, associações, empresas, vizinhos, amigos, parentes, dentre outros. Sendo assim,

diante do contexto pandêmico, houve mobilizações de algumas entidades para a adoção de respostas/estratégias que almejavam auxiliar os(as) pequenos(as) agricultores(as) durante esse contexto de crise, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso se comprova a partir das falas dos(as) agricultores(as) camponeses(as):

[...] Teve um:::..., [...] projeto lá da... da associação, um pessoal *duma* associação lá... vi-, *duma* comunidade vizinha, [...] Aí, através das associações *vêi:::...* /(veio)/ da prefeitura, umas... umas máscara, parece que, se *num* me *ingano*/(engano)/, foi três máscara *pra* cada... cada pessoa, cada família [...] foi o que a *rente* /(gente)/ recebeu [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 124).

Na cooperativa também, que nós fazia parte, aí veio:::..., recebia doações, essas coisa [...] eles mandavam *pra* *rente* /(gente)/... (ABACAXI - E08, 2023, p. 159).

[...] teve:::... diversas é:::... ONGs que trabalha com essa coisa de distribuição, teve... a questão do Governo do *Istado* /(Estado)/, [...] Foi distribuído essa questão de, [...] a gente teve essa questão de máscara... (FEIJÃO - E09, 2023, p. 175).

[...] nós recebemos lá uma vez foi uma cesta básica [...] E um-um gás de *cunzinha* /(cozinha)/. [...] É até uma cooperativa que tinha aqui [...] COOAFAP. (SORGO - E02, 2023, p. 43).

[...] através da Federação, algumas cestas básicas [...] *conseguiu* /(conseguiu)/, acho que mais de uma vez cesta básica [...] através das cooperativa. [...] *Pras* pessoas mais necessitadas [...] que *num* tinha mesmo, [...] *num* tinha *nem daonde* tirar. (BATATA - E05, 2023, p. 109 e 110).

Ademais, destaca-se a atuação do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, enquanto estratégia de enfrentamento coletiva, para a garantia de condições de sobrevivência dos(as) agricultores(as) e da população necessitada durante o contexto pandêmico:

[...] o Sindicato teve uma parceria *cum* /(com)/... *cum* /(com)/ a Secretaria, com a Sethas, *né*, do *governo* /(governo)/ do Estado, com a própria Federação,... conseguiu umas máscaras de pano, e também distribuimos nas comunidades. [...] *dispunilizemo* /(disponibilizamos)/ máscaras, álcool, [...] ação *pra*... doação, acho que foi de seiscentas cestas básica, porque muita gente ((bate as pontas dos dedos na mesa))... passando fome... e necessidade, porque a *caristia* /(carestia)/ foi muita alta. [...] (PIMENTA - E07, 2023, p. 143, 148 e 151).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a majoritária parcela da literatura científica aponta que, durante a pandemia, os(as) agricultores(as) enfrentaram uma realidade de negligência, insegurança alimentar, fome e miserabilidade, carecendo de doações e auxílios. Porém, na realidade apodiense, uma grande parte dos(as) agricultores(as) camponeses(as) demonstrou as características de autossustentabilidade do modelo da agricultura familiar camponesa, evidenciada pela fala do agricultor camponês:

[...] mandamos umas... quatrocentas cestas *pras* comunidades rurais,... as pessoas me diziam: “Não, *tá* tranquilo aqui.”. Inclusive, nós fizemos campanha de arrecadação de alimento nas comunidades,... *pa* /(para)/ mandar *pa* /(para)/ Mossoró, *pa* /(para)/ mandar:... , porque:... as pessoas até tinham uma segurança no pessoal da agricultura familiar. E já,... quem *tava*... no sistema da:... , agro-, da, do agronegócio, ou até empregados no mercado e tal,... *tavam num*... numa situação mais crítica [...] (PIMENTA - E07, 2023, p. 151).

Logo, evidenciam-se as potencialidades dessa agricultura camponesa, na perspectiva de que buscaram politicamente respostas/estratégias de enfrentamento aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19 ao trabalho no campo. Tudo isso é reflexo do contexto histórico e político da agricultura familiar camponesa do município de Apodi.

Contudo, enquanto alguns(umas) tiveram condições de continuarem trabalhando, produzindo, comercializando, aderindo às novas formas de vendas, adotando estratégias para superar as adversidades que surgiam dia após dia, outros(as) sequer conseguiam produzir para a própria subsistência, quiçá manterem a produção, a comercialização e adesão às novas formas de vender e socializar. Isso reforça mais ainda a ideia de que enfrentamos a mesma tempestade, porém, não no mesmo barco.

Assim, em algumas realidades, a necessidade de continuar trabalhando durante a pandemia traduziu-se na necessidade de ter trabalhos distintos da agricultura. Na tentativa de melhorar as condições financeiras e viabilizar a sobrevivência própria e da família, realizaram trabalhos alternativos, como relata o agricultor camponês Alface:

[...] como a agricultura *tarra* /(estava)/ muito *divagar* /(devagar)/, eu colo-, eu *butei* /(botei)/ uma padaria, [...] uma padariazinha em casa,... *trabalharra* /(trabalhava)/ eu e minha esposa... Aí as demanda *umentaro* /(aumentaram)/,... a gente tivemos uma boa demanda de-de-de vendas,... *tarra* /(estava)/ dando... um bom lucro [...] *passemos* a cortar palha, que era no tempo que a *rente* /(gente)/ tem de,... de verão:... , mas o *dinherim* que dá, um dinheirinho mais é a palha. [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 122 e 123).

Mesmo com a adoção desses trabalhos alternativos, o medo da COVID-19 e as medidas de isolamento geraram outras dificuldades, fazendo com que, muitas vezes, a realização desses trabalhos não garantisse a renda da família. Essa realidade é retratada nas falas de um dos agricultores:

[...] fui positivado, eu e a minha esposa,... e a gente tivemos um grande prejuízo, porque nós tinha muita massa feita, pronta *pa* /(para)/ *intrega* /(entrega)/... Aí, ficou aquele preconceito, ninguém quis mais, [...] e quando a *rente* /(gente)/ te-, ficou bom, durante uns quarenta dia,... que a gente ficou *im* /(em)/ isolamento,... aí eu *cum* /(com)/ aquele medo também, eu *inda* /(ainda)/ fiquei até:... sessenta dia [...] aí eu perdi tudo que

tinha feito [...] e::... foi *pros... pos* /(para os)/ bicho *cumer* /(comerem)/. [...] Aí daí, [...] quando fiquei bom, *cumecei* /(comecei)/ a trabalhar,... mas::... o povo *ficaro* /(ficaram)/ *cum* /(com)/ aquele preconceito,... *num... num* vinha muita gente mais. [...] Aí *cumecei* /(comecei)/ a, [...] perder... o produto fazia e *num* saia, [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 122 e 123).

[...] Mas aí,... é::..., os... os *puderoso* /(poderosos)/ *começaro* /(começaram)/ a-a-a... a impatar a *rente* /(gente)/ de trabalhar, *butar* /(botar)/ a *puliça* /(polícia)/ atrás,... tudo mais,... o Ministério /(Ministério)/ Público, e aí a *rente* /(gente)/ paremo e *num* tivemos como trabalhar [...] Esse ano... passado, a *rente* /(gente)/ *inda* /(ainda)/ trabalhou uns dia,... mas também... tinha dia *queu* /(que eu)/ *trabalharra* /(trabalhava)/, tinha dia que *num* podia, vol-, vinha *pra* casa, que *num* *aguentarra* /(aguentava)/ trabalhar, [...] Porque::..., *derde* /(desde)/ a minha infância... o... o *negoço* /(negócio)/ de agricultura e corte de palha toda vida teve,... nunca tinha tido um-um,... uma *presseguição* /(perseguição)/ tão grande como *tirremo* /(tivemos)/ no ano *trasado pra* cá, que a *rente* /(gente)/ não pode mais trabalhar na palha [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 123).

Diante disso, surgiam mais dificuldades que repercutiam na intensificação do desgaste e do adoecimento mental, em virtude das inseguranças e incertezas sobre o que poderia ser feito para garantir a renda, subsistência e sobrevivência. Dessa forma, em virtude da sua complexidade, esse aspecto também configura-se como problema de saúde, ao se depararem, constantemente, com a impressão de que não havia saída possível, de que toda e qualquer tentativa seria falha, não surtindo os efeitos desejados para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 e a sobrevivência.

Deve-se ressaltar que alguns(mas) agricultores(as) enfrentaram uma realidade mais crítica durante a pandemia, tendo que encarar o desemprego, a informalidade, a subutilização, a terceirização, a insegurança alimentar, a fome, as dificuldades econômicas, a suspensão do seu trabalho, a sujeição à outros tipos de trabalhos precarizados, intermitentes e em constante e extremos riscos, dentre várias outras situações (ANTUNES, 2020; BRASIL, 2021c; FILHO, 2020; LÖSCH; BRICARELLO; GAIA, 2022; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021; SOUZA, 2021; VELOSO, 2021). Esse cenário colocou à prova muitos(as) agricultores(as) camponeses(as), situando-os(as) em uma posição de optarem por se sujeitar a situações de risco e perigo, na tentativa de amenizar as adversidades vivenciadas e intensificadas pelo contexto pandêmico. Isso é exemplificado pelo relato da agricultora camponesa Batata:

[...] meu esposo teve a oportunidade de trabalhar, [...] no hospital, foi exatamente por conta da pandemia [...] chamaram pessoas *pra* trabalhar um trabalho intermitente, que é um trabalho tipo *iscravo* /(escravo)/, *né?* [...] Mas *chamaro* /(chamaram)/... Como a gente precisava dessa,... de uma oportunidade... de trabalho,... porque sa-, nu-*num* dava *pra* suprir as necessidade que tinha em casa,... ele olhou *pra* mim e disse assim,... primeiro até A. perguntou: “C. tem *corage* /(coragem)/?!”... Aí eu disse: “É,... não é fácil, porque nós temos uma filha que é de risco... Mas, ele disse que vai arriscar.”... E aí::..., ele arriscou... Mas mesmo assim, eu tinha muito medo. (BATATA - E05, 2023, p. 97).

Assim, muitos(as) agricultores(as) vivenciaram um verdadeiro privilégio da servidão, conforme preconizado por Antunes (2018). Pois, diante do crítico contexto pandêmico, sentiram-se obrigados(as) e privilegiados(as) em conseguirem uma oportunidade de trabalhar, tentar complementar a renda e suprir as necessidades econômicas, almejando mitigar as dificuldades enfrentadas e intensificadas durante esse período, mesmo que em um trabalho perigoso e repleto de riscos, em uma verdadeira espécie de servidão e superexploração, afastando-os(as) dos seus cercados e dos seus modos de vida e trabalho singulares.

A fala do agricultor camponês Pimenta (E07, 2023, p. 150) evidencia essa questão, ao afirmar: “[...] quem dita a regra é o capital, [...] *num* é... o trabalhador. Aí o trabalhador, ele::..., só restava... a obrigação de ir ao trabalho e... correr o risco [...]”. Então, é notório que alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) tiveram que se inserir em um mundo do trabalho caracterizado, predominantemente, como espaço de sujeição, sofrimento, desumanização, precarização, flexibilização da força de trabalho e devastação dos(as) trabalhadores(as), tornando-os(as) improdutivos(as), descartáveis e inúteis (ANTUNES, 2018).

Já no que diz respeito à necessidade de reorganizar o trabalho no campo, considerando as medidas de biossegurança, destaca-se que, para os(as) agricultores(as) camponeses(as) terem saúde, foram necessárias modificações na organização do seu processo de trabalho na perspectiva de respeitar e cumprir os protocolos de biossegurança, isolamento e quarentena, em virtude da necessidade de adequação do trabalho a uma nova rotina, logística e realidade que emergia.

Nesse sentido, quando se fez necessário a realização de quarentena nos casos confirmados de COVID-19 dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as), eles tiveram que interromper o seu trabalho, como expressa a fala do agricultor Alface (E06, 2023, p. 125 e 126): “[...] Eu passei sessenta dia *inzolado* /(isolado)/ [...] os médico me *liberaro* /(liberaram)/, mas eu *num quiria* /(queria)/ ninguém... da minha família, ninguém junto *cumigo* /(comigo)/, porque::... eu tinha aquele medo de ia passar [...] *pras* pessoas [...]”. Além disso, o agricultor camponês Milho (E04, 2023, p. 78 e 80) complementa: “Não, *num* ia não... trabalhar. [...] pelos dia que a pessoa passou parado [...] pelo nervosismo que a pessoa teve, [...] e muitas coisa que a *rente* /(gente)/ vê que::... que mudou *pra* ruim. [...]”.

Diante da quarentena, alguns trabalhadores(as) camponeses(as) desenvolverem acordos e parcerias com alguns familiares, os quais se comprometeram em auxiliar os seus parentes nesse período delicado e difícil, assumindo o trabalho no campo para que não precisasse ser interrompido totalmente enquanto estavam de quarentena. Nesse sentido, a agricultora

Melancia (E10, 2023, p. 197) relata essa situação vivenciada: “Ia ele, e o-o, os dois *minino* /(meninos)/, [...] meus dois filhos.”. Ademais, o agricultor Abacaxi (E08, 2023, p. 162) complementa: “[...] um irmão meu [...] é quem *ficarra* /(ficava)/ *cuidano* /(cuidando)/ da nossas coisa. [...] *pa* /(para)/ tirar o leite, aí papai contratava *ota* /(outra)/ pessoa [...]”. Assim, constata-se que, em alguns casos, foi preciso, inclusive, a contratação de outros trabalhadores para a manutenção do trabalho no campo durante esse período crítico.

Todavia, em alguns casos não foi possível a continuidade do trabalho durante a quarentena, havendo a interrupção do trabalho no campo, como é evidenciado pelo agricultor camponês Milho (E04, 2023, p. 78, 81 e 82): “[...] Passei quinze dias *inzolado* /(isolado)/ [...] aí parou. [...] Ficou parado. [...]”. Além disso, o agricultor Alface (E06, 2023, p. 129) acrescenta: “Ninguém, ninguém, ninguém. [...] Até uma vaca que ti-, que::... que tinha dando leite,... eu *pidia* /(pedia)/ *pro* meu irmão tirar o leite dela *pra* ele, e ele *nem*,... *num* foi *nem* lá [...]”.

Ademais, em algumas ocasiões essa interrupção do trabalho no campo ocorreu em decorrência do medo de agravamento do quadro clínico de algum familiar durante a quarentena, o qual ficaria sem possibilidade de ajuda, como afirma a agricultora camponesa Melancia (E10, 2023, p. 194): “[...] eu *adueci* /(adoeci)/. [...] Aí eu passei uns::... dias sem ir, quando eu me levantei, ele arriou. [...] Aí eu *num podia* /(podia)/ ir... só, e *nem* deixava ele ir só [...]”.

Logo, situações como essas foram responsáveis por provocar uma sobrecarga, tanto em decorrência da necessidade de paralisação do trabalho, carregada de incertezas e inseguranças, bem como em virtude do medo frequente de piora do quadro de saúde e de morte em decorrência da COVID-19. Dessarte, a quarentena foi vivida de formas distintas pelos(as) vários(as) camponeses(as), configurando-se como um período quase que inacabável que propiciou uma diversidade de pensamentos e sentimentos negativos nesses sujeitos, sobretudo pela necessidade de interrupção do trabalho, pelo medo de contaminar os seus familiares e pelo próprio medo da morte, resultando também em sobrecarga e sofrimento.

Nesse sentido, Oliveira e Ribeiro (2021) coadunam com essa afirmação ao defenderem que o complexo cenário pandêmico fez com que grande parte dos indivíduos fossem afetados por sentimentos e pensamentos negativos, dentre os quais se destacam o medo, a culpa, incerteza, frustração e insegurança. Tudo isso desencadeou situações de grande sofrimento e sobrecarga psicológica, repercutindo na intensificação de vários problemas de saúde, como distúrbios mentais nos(as) trabalhadores(as), abrindo espaço para novos riscos para a sua saúde, vida e trabalho (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021).

Além da quarentena, o isolamento também foi outra medida de biossegurança vivenciada no trabalho no campo, buscando com isso evitar a contaminação da COVID-19. Com isso, o trabalho ficou mais individualizado, pois não se tinha auxílio de outros familiares e a contratações de outros trabalhadores para participarem do plantio e da colheita, por exemplo. Nessa perspectiva, o agricultor camponês Sorgo (E02, 2023, p. 40) afirma: “Durante a pandemia *num* tinha... trabalhador não. [...] Era eu *sozim*.”. Ademais, o agricultor Coentro (E01, 2023, p. 13) relata: “Rotina de trabalho também, *né*, porque... com o::.... Você ficarra /(ficava)/ com medo... ((risos)) [...] De-de-de ter acesso à outra pessoa. [...] E a gente se encontrar e::... e-e::... pegar [...] a questão do COVID.”. Essa situação é reforçada pela fala da agricultora camponesa:

[...] a gente sempre tem aquela questão de trocar [...] o-o dia, um vai *pra* ajudar outro. Tem um irmão meu que quando ele precisa, meu menino vai *pra* ele. Aí ele, quando a gente precisa, ele vem. E às vezes não, precisa a gente... *butar* /(botar)/ uma pessoa *pra* ajudar..., dependendo do-... da-da época [...] nesse período aí, *nem* isso a gente fazia. [...] Era cada qual no seu ((risos)). (BANANEIRA - E03, 2023, p. 58).

Dessarte, na tentativa de mitigar os riscos de contaminação durante o trabalho no campo, alguns(mas) agricultores(as) adotaram, cumpriram e respeitaram as medidas de biossegurança, para que fosse possível a manutenção do seu trabalho. É o que ressalta o agricultor camponês Pimenta (E07, 2023, p. 148): “[...] as *istratégia*::... /(estratégias)/ adotada... pela minha pessoa, inclusive pela, pelo, pela minha família... foi as estratégias de biossegurança [...] passada pela, pelas,... pelos órgãos competentes [...]”. Além disso, a agricultora camponesa Melancia relata:

[...] até lá nas *purteira* /(porteiças)/, a gente já tinha pelo *custume* /(costume)/ [...] lá a gente já deixava... uma semana era eu,... uma semana era meu *vizim* de terra que passava naquela *purteira* /(porteira)/... todos tinham por obrigação de levar sua garrafa de álcool e deixar lá, [...] no pé da *purteira* /(porteira)/. [...] A gente deixava a garrafa de, com álcool, deixava a água sanitária,... porque quem passasse tinha que la-,... colocar álcool na-nas mão. [...] Se *num* tivesse álcool ali a *rente* /(gente)/ já *tava* preocupado. [...] Até no campo a gente era de máscara, roupa de manga comprida e de luva. [...] Nós *customemos*,... é, foi uma coisa que a *rente* /(gente)/ se *priviniu* /(preveniu)/ muito, [...] A gente, *pra* onde ia era de luva [...] e-e::... máscara. [...] A gente já tinha medo de quando chegasse em casa, *pra* ir tomar um *bãin* /(banho)/... tinha que passar MUITO TEMPO, *pra* descansar o corpo, *pra* *isfriar* /(esfriar)/ o corpo, *né?* [...] Tudo isso... era dificultoso... (MELANCIA - E10, 2023, p. 191, 192 e 196).

Apesar do medo/receio de contaminação durante a realização do trabalho, é importante destacar que muitos(as) dos(as) entrevistados(as) consideraram que o trabalho desenvolvido pelos(as) agricultores(as) camponeses(as) não está sujeito a tantos perigos de contaminação pelo SARS-CoV-2 como outros tipos de trabalho, como, por exemplo, o agronegócio da fruticultura irrigada. Nesse sentido, o agricultor camponês Pimenta defende:

[...] eu *num-num* acho tão perigoso quanto outros setores, *né*, a agricultura familiar eu acho que... que dá *pra* ir fazendo as coisas até, *cum* /(com)/ certo distanciamento... Já diferente de outras-outras condições de trabalho, outros setores de trabalho... que aglomera, que:::..., *né*,... mexe com a alimentação... (PIMENTA - E07, 2023, p. 144).

É importante ressaltar que o isolamento social não provocou impactos apenas no processo de trabalho em si, mas teve também repercussões na vida social e comunitária dos(as) agricultores(as) camponeses(as). Exacerbou a solidão, angústia, tristeza, apreensão, desestímulo, insegurança, medo, receio de perder parentes, amigos ou a própria vida, além de uma infinidade de pensamentos e sentimentos negativos, responsáveis por desencadear sobrecarga e sofrimento psíquico, desaguando em problemas de saúde como ansiedade, nervosismo, pânico, depressão, dentre outros. As falas dos agricultores camponeses retratam bem essa realidade:

[...] a *pidemia* /(pandemia)/ obrigou você se, você viver só, ficar sozinho [...] Dificilmente saía [...] Porque a gente sempre... a-a minha vida, de primeiro, era fazer reunião, discutir o problema do povo, ir buscar solução. E-E a *pidemia* /(pandemia)/, parou. [...] O pior que a *pidemia* /(pandemia)/ fez foi ... obrigar que você fique sozinho. [...] Foi muito difícil! [...] Até porque você ficou isoLADO [...] (COENTRO - E01, 2023, p. 9-10).

[...] Faz parte da vida da gente. ((risos)) [...] eu parei, eu já tava-tava pegando depressão. [...] Depois que parei. (COENTRO - E01, 2023, p. 7).

Assim, a gente... ficou muito *inzolado* /(isolado)/, *né*... é:::..., os nervosos... *trabalhano* /(trabalhando)/, mas *cum*/(com)/,... todo tempo *nevosos* /(nervoso)/, *né*. [...] O *nevosismo* /(nervosismo)/ [...] (MILHO - E04, 2023, p. 76).

Todavia, diante do problema causado pelo isolamento e restrições nas interações sociais, uma resposta/estratégia adotada foi também a utilização das redes sociais virtuais para tentar reduzir as distâncias físicas impostas pela pandemia, visando manter o contato, relação, interação e vínculo com a família, parentes, vizinhos e amigos. Nesse sentido, além de auxiliar nas vendas dos produtos dos(as) camponeses(as), as redes sociais também demonstraram-se imprescindíveis no aspecto interacional, como frisa a agricultora camponesa Bananeira (E03, 2023, p. 63): “[...] essa questão da-das rede social ajudou muito, [...] até *pra* você conversar com uma pessoa de sua família, [...] Essa questão da rede sociais a gente sabe que é muito. [...] Quando você usa *pra* o bem, ela lhe ajuda muito. [...]”.

Esse relato da agricultora camponesa evidencia sua percepção acerca do impacto da pandemia na sua vida, impacto este que repercute no próprio trabalho no campo, tendo em vista que foi preciso também ser reorganizado, além das repercussões nas suas necessidades de saúde,

expressando-se em problemas como angústia, pânico e temor. Ademais, as redes sociais desempenharam um importante papel no tocante à disseminação de conhecimentos e orientações acerca das medidas de biossegurança durante o contexto pandêmico, chegando às telas de uma vasta parcela populacional, na tentativa de reduzir as chances de contaminação pela COVID-19, como também destaca Bananeira (E03, 2023, p. 63): “[...] essa questão do-do, da-da prevenção, *né*, a gente sabe que a gente via muito nas-na-nas redes social [...]”.

Por fim, no que diz respeito à necessidade de um SUS forte, foram apontadas necessidades fundantes para a efetividade do Sistema Único de Saúde, dos serviços de saúde em geral e a garantia de condições para a manutenção da saúde e sobrevivência durante a pandemia. Dessa forma, destaca-se que, diante da realidade pandêmica, houve intensificação das necessidades de oferta de consultas e atendimentos diversos pelo SUS, e da gratuidade de alguns medicamentos, devido a uma maior necessidade dos serviços de saúde, em decorrência dos novos problemas gerados pela COVID-19, além de que as consultas e atendimentos pelo SUS tornaram-se mais difíceis de serem acessados, seja pela suspensão das atividades das Unidades Básicas de Saúde (UBS), ou pela interrupção da oferta de alguns tipos de procedimentos e serviços, fazendo-os(as) recorrerem, muitas vezes, à realização de consultas particulares. Essas questões são evidenciadas por alguns agricultores camponeses:

[...] especialista de diabete */(diabetes)/* [...] do coração [...] *Pesse* */(Para esse)/* negócio da cabeça, é:... com um [...] Neuro-Neurologista */(Neurologista)/* [...] Aí também tinha que pagar, *né?*... Porque por o */(pelo)/* SUS::... [...] Tudo demorado. [...] Aí *cê* */(você)/* *num* */(não)/* consegue. [...] E sem falar, *né*, da ausência de políticas públicas [...] acabou o remédio popular [...] na *pidemia* */(pandemia)/*, *ocê* */(você)/* deixa de ter o básico... ((risos)) [...] *Cê* */(Você)/* tinha... Um remédio *pra* diabete */(diabetes)/*, [...] *pra* pressão alta [...] Aí,... parou tudo. (COENTRO - E01, 2023, p. 19 e 21).

[...] o que *tarra* */(estava)/* *faltano* */(faltando)/* lá que era o-o, é::..., em termo de-de::... [...] medicamento... da pressão, que a *rente* */(gente)/* toma direto [...] que não *tava* tendo, mas graças a Deus, agora... chegou [...] (ALFACE - E06, 2023, p. 131).

[...] a gente deixou de ser atendido *nouta* */(em outra)/* parte [...] Porque foi focado mais na pandemia [...] A gente [...] *disprezou* */(desprezou)/* mais os outros problema [...] (MILHO - E04, 2023, p. 84).

[...] consulta, é, tem que puxar do bolso *mermo* */(mesmo)/* [...] se for *pa* */(para)/* esperar o caba morre. (ABACAXI - E08, 2023, p. 164).

[...] Fiz tratamento. [...] foi o SUS. [...] Mas teve umas consulta particular também. [...] a fisioterapia do olho, da boca. [...] Tudo foi pelo SUS. [...] Quando eu tive a::... paralisia,... eu tive o acompanhamento da-da::... equipe... lá de Melancias. [...] Então, eu acho que eu *num* posso reclamar, *né?*... (MELANCIA - E10, 2023, p. 198-199).

Nessa perspectiva, em decorrência das limitações impostas às instituições sociais, houve também restrições nos atendimentos ofertados pelos serviços de saúde. Isso ocasionou uma

intensificação da necessidade de maior quantidade de atendimentos ofertados nas UBS, tendo em vista que houve maiores dificuldades de acesso às fichas para os atendimentos durante a pandemia, sendo que, muitas vezes, não tinha nem ficha a ser ofertada, em decorrência do fechamento e indisponibilidade de alguns serviços durante grande parte do período pandêmico. É o que pontua a agricultora camponesa:

Sempre que eu preciso tem. [...] Desde *queu* /(que eu)/ vá de madrugada, porque é limitado o número de fichas. [...] Só são vinte fichas, [...] QUATRO DA MANHÃ, *cê* /(você)/ tem que ir, *pa* /(para)/ pegar a ficha, *pa* /(para)/ se consultar, [...] quando o médico vem chegar lá *pras* nove hora. [...] Uma comunidade rural que o médico vai uma vez por semana, ser limitada a vinte fichas. [...] Aí com isso, muitas coisas *queu* /(que eu)/ faço deixa de ser no público, pas-, passo a fazer no privado porque é mais rápido [...] (BATATA - E05, 2023, p. 107).

Além dessa dificuldade, houve também a expressiva necessidade de mitigação da barreira geográfica da distância até os serviços de saúde, como expressa o agricultor camponês:

[...] eu *tava* só oito quilômetro de distância, tem gente que tem... a divisa do Apodi, por exemplo, trinta e cinco quilômetros de distância. Essa pessoa... ((inspira profundamente))... tem que vim de lá até aqui,... *né*::... Enfim, os contatos que foi possível. [...] eu acho que,... o negócio é garantir o acesso rápido e prático aos usuários [...] eu *sufri* /(sofri)/ por isso,... oito quilômetro de distância tinha *queu* /(que eu)/ vim, [...] E nesse tempo, acho *queu* /(que eu)/ vim umas::... seis, oito viagens na cidade,... tive que vim... Às vezes, ficava::... meio TONto ((simula estar tonto com o balançar da cabeça e tronco)), *né?* [...] ((risos))... *sintindo* /(sentindo)/ um pouco falta de ar, eu tinha que vim [...] (PIMENTA - E07, 2023, p. 147).

Logo, essa dificuldade de acesso aos serviços de saúde foi intensificada com a pandemia, em virtude da suspensão dos serviços oferecidos pelas UBS, com a centralização no Centro de Saúde, que se encontra geograficamente distante dos(as) agricultores(as) camponeses(as) que residem nos seus quintais produtivos na zona rural. Ou seja, a lógica de funcionamento dos serviços de saúde, imposta pelo advento da pandemia, intensificou a barreira geográfica da distância, dificultando, e muitas vezes impossibilitando, o acesso aos serviços de saúde durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19.

Nesse sentido, alguns(mas) dos(as) participantes pontuaram sobre a necessidade de um SUS forte para garantir maior resolutividade dos serviços de saúde locais, o que se tornou ainda mais necessário em virtude dos problemas de saúde causados e/ou intensificados pela COVID-19, os quais demandam, na maioria dos casos, de acompanhamentos contínuos e especializados. Nesse sentido, a necessidade de um SUS forte para dar conta dos problemas de saúde já existentes, assim como dos problemas que emergiram, única e exclusivamente, em virtude da pandemia, tendo em vista que o contexto pandêmico resultou em desdobramentos de novas

formas de adoecimentos e agravos. Assim, os(as) agricultores(as) deflagraram, de forma acentuada, a realidade de incapacidade de resolutividade dos serviços de saúde locais, sendo necessário se deslocar para outros municípios para que suas necessidades fossem atendidas, como desabafa o agricultor camponês:

[...] algumas coisa a *rente* /(gente)/ cri-,... critica, por causa de-de,... tem muitas coisa que *puderia* /(poderia)/ ser resolvida aqui, mas *num-num* resolve, é preciso ir *pa* /(para)/ Mossoró [...] Mas é isso *mermo* /(mesmo)/, a gente... *num* tem que reclamar não, porque se reclamar fica pior... (ALFACE - E06, 2023, p. 131).

Ademais, para a garantia de um SUS forte, o agricultor Coentro pontua também a questão da necessidade de acesso gratuito aos testes de COVID-19 durante a pandemia:

[...] não fazia teste na UBS. [...] E-E-Era *pra* fazer. [...] Aí tinha de ir-ir pro Centro de Saúde, [...] E-Era uma necessidade que a UBS pudesse ter:... [...] Que fizesse os testes de COVID. [...] todos os testes que a *rente* /(gente)/ fez foi /(foram)/ pago /(pagos)/... A *rente* /(gente)/ não conseguiu pelo SUS. [...] foi mil e duzentos reais, que *ocê* /(você)/ tinha que pagar, que *ocê* /(você)/ podia comprar comidas... ((risos)) (COENTRO - E01, 2023, p. 20).

Dessa forma, a necessidade de acesso aos testes gratuitos fez com que gerasse a intensificação de uma nova necessidade, a da alimentação, pois segundo o relato do agricultor camponês, o dinheiro utilizado para a compra dos testes acabava por fazer falta para a compra de comidas e garantia da alimentação. Nessa perspectiva, é válido ressaltar que a alimentação e a segurança alimentar são consideradas também como necessidades de saúde, sendo imprescindíveis para a garantia e manutenção da saúde, como mencionado pelo agricultor camponês Abacaxi quando questionado sobre o que foi necessário para ter saúde: “Alimentação.” (ABACAXI - E08, 2023, p. 163).

Diante disso, Sambuichi *et al.* (2020) reforçam essa necessidade, pontuando como imprescindíveis ações que atuem tanto na prevenção, como na expansão de programas que assegurem a proteção social e atendam as necessidades alimentares dos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade, tendo em vista que a insegurança alimentar e nutricional, em suas várias dimensões, foram intensificadas pela pandemia de COVID-19.

Ademais, Oliveira, Abranches e Lana (2020) destacam a necessidade de destinar um foco mais direcionado para a agricultura familiar, em virtude das suas características e capacidades de promover um maior abastecimento local, além de apresentar uma maior distribuição geográfica e ocupar grande parcela de trabalhadores(as) da agricultura camponesa, engajando-os(as) na produção de alimentos diversos, a partir de uma perspectiva agroecológica,

pautada em práticas produtivas mais sustentáveis. Sendo assim, Silva (2020, *apud* KAFRUNI; MEDEIROS, 2020) coaduna com essa perspectiva ao defender que se houvesse maiores incentivos e apoios à produção da agricultura familiar, com o subsídio de políticas públicas e acesso ao crédito, a segurança alimentar seria uma realidade concreta no Brasil.

Além disso, para a construção de um SUS forte, a tal ponto de resistir também à crise pandêmica da COVID-19, os(as) participantes enfatizaram a necessidade de distinção e descentralização dos atendimentos nos serviços de saúde durante a pandemia, na perspectiva de destinar locais de atendimentos para os casos suspeitos de COVID-19, e outros locais distintos para os demais usuários que não apresentavam suspeitas, mas que precisavam acessar os serviços devido a outras demandas. Assim, a agricultora camponesa Bananeira (E03, 2023, p. 62) menciona: “[...] Então, a *rente* /(gente)/ via que *num* tinha a saúde adequada, não tinha um atendimento adequado. [...] você sabia que *cê* /(você)/ não ia ser diferenciado... com aquele paciente que *tava* positivado, *pra* você que *num tava*.”. Ademais, os agricultores camponeses complementam:

[...] acho que... que o problema:... maior, foi até:... [...] como acessar o posto, [...] No período *queu* /(que eu)/ *tava*... com COVID eu tive que vim *pra* cidade, [...] *pro* posto na cidade, porque *num ixtia* /(existia)/ um posto lá,... *pra* cuidar disso mais especificamente. [...] você *teno* /(tendo)/... que ir a um espaço que:... [...] tinha pessoas que talvez *num* tivesse... Aí, então,... tivesse contaminado, [...] e correndo o risco só pela suspeita. Então, eu acho que... talvez tivesse funcionado de forma melhor:... descentralizando... o espaço de atendimento a, aos usuários. [...] Então, eu acho que a... a maior dificuldade,... e a maior necessidade de-de acesso à saúde *tá*:... [...] na descentralização... É:... as UBS não funcionaram direito, [...] Pelo contrário, fecharam as UBS,... com medo do-do contágio ((sorri enquanto fala)),... eu entendo assim, e centralizaram... *num* lugar, mas que:... *tava* distante dos usuários. [...] Aí tem uma UBS lá na comunidade, há quinhentos metros de distância da minha casa, mas *num* tinha os serviços. (PIMENTA - E07, 2023, p. 147).

[...] aí já chegava aqui no Centro de Saúde, *vamo* supor, se tinha:... quinhentas pessoa, quatrocentos e oitenta era fazendo o teste [...] A gente... *ficarra* /(ficava)/ até com aquele medo de ir, *nê*? [...] Muitas vezes, a gente procurava uma própria farmácia, um farmacêutico [...] (FEIJÃO - E09, 2023, p. 178).

Além das necessidades de saúde mencionadas, é importante destacar que alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) passaram a necessitar de atendimentos de diferentes profissionais para acompanhamento regular dos problemas de saúde, bem como das sequelas resultantes da COVID-19, sobretudo as psicológicas. São os casos da agricultora Batata e sua filha e do agricultor camponês Alfaca:

[...] a gente, co-,... tipo que contratou, de forma informal, uma enfermeira... ficou com ela lá em casa [...] vinha buscar e vinha deixar *pra* fazer a medicação [...] passei pelo cardiologista [...] Fui acompanhada por u-, por um tempo, [...] por causa desse pânico

queu /(que eu)/ tive... e minha filha,... psicólogo, psiquiatra, tudo ela passa até hoje [...] (BATATA - E05, 2023, p. 90 e 109).

[...] A enfermeira lá mim deu até já um... um *incaminhamento* /(encaminhamento)/ pra mim fazer aqui uns *inzame* /(exame)/, [...] porque eu também sou... diabético... também, aí tem que... fazer [...] o acompanhamento de rotina, *né?* (ALFACE - E06, 2023, p. 131-132).

Nessa perspectiva, algumas sequelas da COVID-19 geraram novas necessidades de saúde, as quais precisaram ser constantemente supridas para que fosse possível manter uma boa qualidade de vida. Como exemplo, Alface (E06, 2023, p. 119) evidencia a sua situação de saúde: “[...] todos os ano eu tenho que *tumar*:::... /(tomar)/,... é, vitamina, porque se não eu *num* aguento trabalhar, [...] *cum* /(com)/ a fraqueza, [...] O-Os médico diz que é *divido* /(devido)/ *mermo* /(mesmo)/ a,... o COVID, [...] ficou essas sequelas [...]”. Além dele, o agricultor Pimenta (E07, 2023, p. 145) relata sua situação que foi intensificada após a COVID-19, fazendo-se necessário a administração de medicamentos para a redução da sintomatologia da asma mais ativa: “[...] Tem dia que:::..., do nada:::..., a:::..., é preciso *tumar* /(tomar)/ um... aquelas bombinhas lá, [...] que... Flixotide eu acho que é o nome [...] da medicação...”.

Sendo assim, os problemas de saúde e as sequelas da COVID-19 ocasionaram uma necessidade de atenção e assistência à saúde, na perspectiva de resolver os problemas que surgiram e permaneceram. Diante disso, a agricultora camponesa Melancia (E10, 2023, p. 189) afirma: “[...] tem que a *rente* /(gente)/ *tá* se cuidando... mais, tem que a *rente* /(gente)/ [...] tirar um dia *pra* o médico, *pa* /(para)/ *rente* /(gente)/ *tá* se cuidando, *né?*”. Todavia, deve-se frisar que, durante a pandemia, os serviços de saúde colapsados não conseguiram dar conta e resolutividade dos problemas e das necessidades de saúde existentes e/ou emergentes, não sendo capaz de responder às demandas desses sujeitos.

Nesse sentido, Cecilio (2001) defende que o reconhecimento e enfrentamento das necessidades de saúde existentes em um determinado território estão associados aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo o empenho das equipes de saúde na tentativa de identificar, compreender e atender os problemas e as necessidades de saúde que emergem do território (CECILIO, 2001).

Nessa perspectiva, a utilização de instrumentos com capacidade para o reconhecimento dos problemas e das necessidades de saúde dos(as) agricultores(as) camponeses(as) pode colaborar para uma reorganização das práticas de saúde para propiciar sua operacionalização a partir das necessidades que as conceberam, em uma relação cíclica entre necessidades de saúde e o trabalho em saúde, permitindo e valorizando a possibilidade de expressão dos indivíduos, a partir da correlação entres fatores objetivos da realidade e concepções subjetivas da população,

além dos significados conferidos às suas formas de vida, saúde, sofrimento e adoecimento (CECILIO, 2001). Logo, em virtude da complexidade desses objetos da prática em Saúde Coletiva, torna-se imprescindível a instrumentalização dos profissionais de saúde, tornando-os aptos a lidarem e responderem, de forma adequada, ao aspecto coletivo (HINO *et al.*, 2009; NAKAMURA *et al.*, 2009).

Nesse viés, a Política Nacional de Atenção Básica ressalta a responsabilidade das equipes da Saúde da Família no âmbito da promoção da saúde, com potencial capacidade de viabilizar respostas rápidas e eficazes às necessidades de saúde e de proteção de agravos existentes no território (BRASIL, 2008). Assim, configura-se como estratégia prioritária para a reorientação das práticas de saúde, presumindo a modificação da rede de serviços da atenção básica tradicional, almejando a qualificação e aperfeiçoamento do modelo assistencial a partir do trabalho das equipes multiprofissionais (EGRY, 2008; HINO *et al.*, 2009).

Portanto, torna-se imprescindível o reconhecimento de que são nos espaços propiciadores de articulações entre os serviços de saúde e a população que os problemas e necessidades de saúde se manifestam, sendo necessária a busca para atendê-los a partir de integrações às demais esferas da rede de atenção à saúde (EGRY, 2008; HINO *et al.*, 2009).

Todavia, apesar de grande parcela de agricultores(as) camponeses(as) ter adotado estratégias de enfrentamento dos impactos e problemas de saúde decorrentes da pandemia de COVID-19, alguns(mas) agricultores(as) não conseguiram vislumbrar, acessar, e, tampouco, colocar em prática estratégias para amenizar as adversidades emergentes. Esses sujeitos acabaram ficando à mercê do destino, que muitas vezes se concretizava de forma indesejada, refletindo nas carências, vulnerabilidades e iniquidades que permeavam muitos(as) dos(as) agricultores(as) camponeses(as). Nesse viés, a agricultora Batata (E05, 2023, p. 109) afirma: “[...] a gente ficou meio sem norte, assim, sabe? [...] levamos nas costa com o que tinha mesmo.”.

Diante do exposto, percebe-se que, de modo geral, a pandemia tornou alguns(mas) agricultores(as) camponeses(as) ainda mais vulneráveis, resultando em maiores necessidades de saúde para garantir a sua sobrevivência, as quais se expressaram, principalmente, na necessidade de continuar trabalhando e comercializando, a partir da utilização de meios digitais e redes sociais, ou a realização, por alguns(mas) agricultores(as), de outras formas de trabalhos alternativos, fazendo com que se inserissem em um mundo do trabalho diferente do desenvolvido no campo. Além disso, na necessidade de reorganização do trabalho, a partir do cumprimento das medidas e protocolos de biossegurança, isolamento e quarentena. Outrossim, na necessidade de um SUS forte que garanta resolutividade diante das necessidades de saúde

basilares para a concretização das condições imprescindíveis para se ter saúde e sobreviver, tendo em vista que o contexto pandêmico promoveu um colapso generalizado nos serviços de saúde.

Outrossim, diante dos problemas e necessidades de saúde, foram adotadas estratégias de enfrentamento e sobrevivência para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, dentre as quais destacam-se a adoção de práticas e saberes populares e tradicionais, a busca de alguns serviços de saúde na tentativa de resolver doenças, agravos e sequelas que surgiam durante a pandemia, ou até para prevení-los, a utilização de tecnologias da informação e comunicação para auxiliar na comercialização, o apoio de redes comunitárias, programas governamentais e o estabelecimento de parcerias na tentativa de mitigar os impactos na comercialização e renda dos(as) agricultores(as) camponeses(sas), a oferta, por instituições governamentais, não governamentais e/ou sociais, de auxílios e doações para famílias vulneráveis, com intuito de combater a insegurança alimentar e viabilizar a sobrevivência no campo, e a utilização das redes sociais para diminuir as distâncias físicas impostas pelo isolamento social, socializar, comercializar e disseminar conhecimentos e orientações profiláticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender os impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa no semiárido potiguar, no município de Apodi/RN, em um contexto de crise multifacetada a impactar sujeitos historicamente negligenciados e vulnerabilizados.

Assim, percebe-se que a pandemia impactou no processo de trabalho, na relação vida/trabalho/saúde, além de ter evidenciado os sentidos do trabalho no campo. Dessarte, houve maiores dificuldades em relação à produção, comercialização e escoamento dos produtos, demandando a utilização de novos instrumentos de trabalho, com os EPIs. Ademais, promoveu-se mudanças nas rotinas de vida e trabalho, além de repercussões à saúde, renda e relações familiares. Tudo isso foi responsável por desencadear sentimentos negativos relacionados ao medo e à insegurança. Mesmo com as adversidades intensificadas pela/na pandemia de COVID-19, os(as) agricultores(as) atribuíram significados e sentidos positivos ao trabalho no campo, repleto de potencialidades.

Ademais, os problemas de saúde percebidos explicitamente pelo(as) agricultores(as) são de natureza biológica/patológica. Por outro lado, implicitamente dizem respeito a problemas mais amplos, relacionados aos seus modos de viver e trabalhar, tais como as dificuldades na comercialização, diminuição da renda e a grande carestia; a insegurança alimentar, a miserabilidade e a fome; e o isolamento social.

No tocante às necessidades de saúde, percebeu-se que a pandemia intensificou as vulnerabilidades e necessidades desses sujeitos. Assim, para a garantia da sua sobrevivência emergiram e intensificaram-se as necessidades de continuar trabalhando e comercializando, com a utilização de tecnologias digitais ou a realização de outros tipos de trabalhos alternativos; a necessidade de reorganização do trabalho no campo, a partir do cumprimento das medidas e protocolos de biossegurança, isolamento e quarentena; e a necessidade de um SUS forte e resolutivo diante das distintas necessidades de saúde, para viabilizar a possibilidade de se ter saúde e sobreviver em um contexto adverso como a pandemia de COVID-19, mas que não foi capaz de responder de forma integral, universal e equânime essas necessidades.

Diante desses problemas e necessidades de saúde, foram adotadas e construídas estratégias individuais e coletivas para o enfrentamento e sobrevivência, tais como: adoção de práticas e saberes populares e tradicionais e busca de alguns serviços de saúde para tentar resolver doenças, agravos e sequelas que surgiam durante a pandemia, ou até para prevení-los; a adoção de estratégias de uso de tecnologias da informação e comunicação para auxiliar na

comercialização, o apoio de redes comunitárias, programas governamentais e o estabelecimento de parcerias na tentativa de atenuar os impactos (da pandemia e carestia) na comercialização e renda; oferta, por instituições governamentais, não governamentais e/ou sociais, de auxílios e doações para famílias vulneráveis, almejando combater a insegurança alimentar, a miserabilidade, a fome e garantir a sobrevivência no campo; e a utilização das redes sociais virtuais para reduzir as distâncias físicas impostas pelo isolamento, socializar, comercializar e disseminar importantes conhecimentos e orientações profiláticas.

É importante destacar, ainda, que a pandemia de COVID-19 fez com que o campo fosse atropelado pelo mundo tecnológico e digital. Assim, ao se pensar em tecnologia no campo, outrora, o imaginário popular estaria repleto de imagens e ideias relacionadas ao agronegócio, aos grandes e sofisticados maquinários, aos pulverizadores aéreos, às grandes fábricas de produtos agrícolas, etc. Todavia, durante a pandemia, a tecnologia e o meio digital infiltraram-se na agricultura camponesa de uma forma diferente, para garantir uma nova forma de trabalhar e sobreviver diante do contexto adverso, obrigando os(as) trabalhadores(as) camponeses(as) a adaptarem-se a essa nova morfologia de trabalho e de vida, apesar de muitos(as) deles(as) não terem acesso aos insumos básicos e necessários (internet, celular, equipamentos eletrônicos, etc.).

Ademais, a sobrevivência no campo se tornou difícil em virtude do contexto pandêmico da COVID-19. Sendo assim, de acordo com o dicionário eletrônico, sobreviver significa permanecer vivo depois de algo; continuar a viver ou a existir; resistir ao efeito de; continuar a existir depois de algo. Logo, reitera-se que, em virtude da complexidade da pandemia de COVID-19, emergiu a necessidade de não só viver, mas sim sobreviver diante das diversas adversidades, exigindo que os(as) camponeses(as) fossem fortes e resistentes ao ponto de continuarem existindo, apesar de, muitas vezes, parecer que viver, de fato, não fosse mais possível.

Logo, evidenciou-se que a pandemia de COVID-19 promoveu intensificações das vulnerabilidades e necessidades de saúde desses sujeitos, agravando, inclusive, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde durante o período pandêmico, o que já era uma realidade existente antes da pandemia.

Cabe aqui ressaltar que o instrumento de coleta dos dados permitiu uma maior aproximação da realidade estudada, tendo em vista que as entrevistas semiestruturadas possibilitaram ao pesquisador adentrar no íntimo do problema, com intuito de responder, de forma satisfatória, aos objetivos traçados. Ademais, possibilitou-se aos(às) participantes

falarem abertamente sobre as perguntas norteadoras, o que garantiu uma riqueza de informações acerca das questões estudadas, possibilitando alcançar os objetivos da pesquisa.

Portanto, este estudo possibilitou uma aproximação, conhecimento e compreensão da realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras da agricultura camponesa do município de Apodi, o que permitiu vislumbrar os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 para o trabalho, saúde e vida desses indivíduos, bem como os problemas e necessidades de saúde dos(as) camponeses(as) apodienses durante o contexto pandêmico. Outrossim, a pesquisa possibilitou o reconhecimento das estratégias de enfrentamento adotadas na tentativa de superação das diversas adversidades. Ademais, compreender as dificuldades já enfrentadas antes da ocorrência da pandemia, entendendo também acerca do acesso e assistência dos serviços de saúde, evidenciando as necessidades de desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas que assegurem melhores condições de vida e efetivação de direitos essenciais a essa população negligenciada, estigmatizada, marginalizada, vulnerável e invisibilizada.

Em virtude do exposto, esta pesquisa possui relevância social pois proporcionou maior visibilidade à problemática da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora da agricultura camponesa de Apodi/RN, apontando demandas para os movimentos sociais do campo, Universidades e políticas públicas, no tocante às relações vida/trabalho/saúde. Sendo assim, reafirma-se a contribuição desta pesquisa para a ciência, para a Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), ao possibilitar subsídios para os acadêmicos e profissionais compreenderem melhor essa realidade, e desenvolverem seus processos de trabalho na perspectiva de intervir e buscar melhorias para essa problemática.

Outrossim, consiste em uma pesquisa de suma relevância para os(as) agricultores(as) camponeses(as) de Apodi, para a sociedade, profissionais de saúde e para o SUS, por possibilitar maior visibilidade à realidade desses sujeitos sociais, alertando sobre a urgência da necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas que intervenham, de modo eficaz, nessa realidade, garantindo melhores condições de vida e trabalho no campo. Então, a pesquisa impele o repensar da atuação do Estado e do SUS perante os problemas, barreiras, dificuldades e necessidades de saúde dos(as) trabalhadores(as) da agricultura camponesa, para assegurar direitos inerentes ao ser humano e possibilitar a efetividade dos princípios do SUS.

Por fim, é importante reforçar que a realização desta pesquisa não encerra as discussões, reflexões e indagações sobre a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa de Apodi diante do contexto pandêmico. Muito pelo contrário, ao invés de trazer a totalidade de conclusões, espera-se que este estudo desperte o interesse para a realização de

novas pesquisas acerca da temática em questão. Assim, em pesquisas futuras, pode-se trabalhar na identificação das cargas de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras da agricultura camponesa durante a pandemia de COVID-19, tendo em vista que foi possível constatar que alguns(as) agricultores(as) camponeses(as) relataram impactos e mudanças no processo de trabalho no campo, com alterações na rotina e logística laboral, além dos impactos para a saúde e vida desses indivíduos. Dessa forma, será possível investigar e analisar se surgiram novos riscos no trabalho no campo durante a pandemia de COVID-19, ou até mesmo se a pandemia resultou em intensificação de riscos já existentes outrora. Nesse sentido, deseja-se que o presente estudo possibilite novos percursos, caminhos e desafios interpretativos e reflexivos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. *et al.* Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, n. 81, p. 01-13, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81403>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- ALBERTÍ, A. V. *et al.* Los trabajadores temporarios de la agricultura frente al COVID-19. **El trabajo en tiempos del COVID-19**, Buenos Aires, ISSN 2684-0510, p. 1-22, jun. 2020. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/108872>. Acesso em: 11 fev. 2023.
- ANDRADE, A. C. de. **Efeitos da pandemia da COVID-19 aos agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG**. 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2022. 163 f.
- ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARNDT, C. *et al.* Covid-19 lockdowns, income distribution, and food security: An analysis for South Africa. **Global Food Security**, África do Sul, v. 26, n. 100410, p. 1-5, set. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7366977/>. Acesso em: 11 fev. 2023.
- ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. **Semiárido: é no semiárido que a vida pulsa!** [Brasil], 06 abr. 2021. Disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/semiariado#:~:text=Em%2060%2C09%25%20dos%20munic%203%ADpios,ao%20do%20Brasil%20\(0%2C727\)](https://www.asabrasil.org.br/semiariado#:~:text=Em%2060%2C09%25%20dos%20munic%203%ADpios,ao%20do%20Brasil%20(0%2C727)). Acesso em: 21 dez. 2022.
- BARBOSA, F. **Pandemia reduz negócios e acende sinal de alerta para a agricultura familiar**. [São Paulo], 22 set. 2020. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/09/pandemia-acendeu-sinal-de-alerta-para-agricultura-familiar.html> Acesso em: 04 jul. 2023.
- BARBOSA, J. **O projeto de irrigação Santa Cruz do Apodi e o descaso público**. [Rio Grande do Norte], 29 mai. 2022. Disponível em: <https://blogcarlossantos.com.br/o-projeto-de-irrigacao-santa-cruz-do-apodi/#:~:text=Segundo%20o%20relat%C3%B3rio%20do%20acompanhamento,por%20parte%20do%20governo%20federal>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, J. A. C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-84, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4CrdKWzRTnHdwBhHPtjYGWb/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BARROS, K de O. **Índice de aridez como indicador da susceptibilidade à desertificação na mesorregião norte de Minas**. 2010. 89f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

BARROSO, B. I. de L. *et al.* A saúde do trabalhador em tempos de COVID-19: reflexões sobre saúde, segurança e terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 28, n. 3, p. 1093-1102, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/7K494CxFTXtTtLsynkyJnjF/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BARTH, M. *et al.* Características do trabalho na agricultura familiar e sua influência na emigração dos jovens. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 256-276, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/64569/37348>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BASSO, C. **Os impactos da pandemia de “COVID-19” na agricultura familiar: reflexos na comercialização de hortifrutigranjeiros**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22596/Basso_Chaiane_2021_TCC.pdf?sequencia=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL, C. **As sementes crioulas são importantes no desenvolvimento de novas cultivares**. [São Paulo], 21 jan. 2021a. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/noticias/as-sementes-crioulas/#:~:text=Sementes%20crioulas%3A%20s%C3%A3o%20as%20sementes%20dos%20agricultores&text=S%C3%A3o%20sementes%20que%20foram%20selecionadas,o%20cultivo%20do%20ano%20seguinte>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL, C. I. do. **Desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020**. [Rio de Janeiro], 10 mar. 2021b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/desemprego-registrou-taxa-media-de-135-em-2020#:~:text=ouvir%3A,de%20desemprego%20em%2020%20estados>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL, C. I. do. **Pandemia ainda provoca impactos no mercado de trabalho, diz Ipea**. [Rio de Janeiro], 28 jun. 2021c. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/pandemia-ainda-provoca-impactos-no-mercado-de-trabalho-diz-ipea>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, v. 1, n. 162, p. 4, 21 ago. 2012. Seção 1, pt. 1.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Acompanhamento mensal das obras executadas pelo DNOCS: Novembro/2022**. [Brasil], 21 dez. 2022a.

Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/servico-de-acompanhamento-de-contratos-di-dob-ac/acompanhamento-mensal-das-obras-executadas-pelo-dnocs-1/acompanhamento-mensal-das-obras-executadas-pelo-dnocs-2022>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi será um marco no desenvolvimento da região**. [Brasil], 02 jul. 2021d. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/noticia-site-antigo-2721>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Internet no campo**. [Brasília], 26 ago. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/agrohub-brasil/produtores-rurais/internet-no-campo-1/internet-no-campo>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus**. [Brasil], 26 fev. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus#:~:text=O%20Brasil%20confirmou%2C%20nesta%20quarta,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora** – Cadernos de Atenção Básica, n. 41. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 136 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS. **Painel de indicadores do SUS N° 4: Temático - Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 56 p.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. [Brasil], 28 jul. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BUENO, S. **Violência contra mulheres em 2021**. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. 13 p.

CARIDÁ, A. C. B. B. Agricultura camponesa X agronegócio: distintos modelos de desenvolvimento rural e seus diferentes projetos socioeducacionais. **Rev. IDEAS**, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p. 33- 49, mar. 2012. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/79/79>. Acesso em: 18 mai. 2022.

CARNEIRO, F. F. *et al.* **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARNEIRO, L. **Taxa de informalidade cai para menos de 40% no Brasil em 2022, diz IBGE**. [Rio de Janeiro], 28 fev. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/02/28/taxa-de-informalidade-cai-para-menos-de-40percent-no-brasil-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 405 p.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência**: novas territorialidades no semiárido brasileiro. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 304 p.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 247 p.

CAVALCANTE, L. V.; RIGOTTO, R. M.; PONTES, A. G. V. O semiárido e os desafios para a saúde – GEETSE [Live realizada pelo Grupo de Estudos Educação, Trabalho, Saúde e Enfermagem FAEN/UERN]. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1h 48min 16s). Publicado pelo canal GEETSE FAEN UERN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uiUIY0slTM>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CECILIO, L. C. de O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Org.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 113-126.

COSTA, K. L. P. *et al.* Saúde e qualidade de vida: os impactos da Covid-19 na agricultura familiar. **Research, Society and Development**, Campina Grande, v. 12, n. 4, p. 1-10, abr. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/40350/33480/438482>. Acesso em: 13 jun. 2023.

DEL GROSSI, M. **Efeitos crise Covid**: análise nacional e agricultura familiar. Informativo julho 2020. Brasília: Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação (CEGAFI/UnB), 2020.

DIAS, E. C. *et al.* As relações produção/consumo, saúde e ambiente na Atenção Primária à Saúde do SUS. In: ABRASCO, GT Saúde e Ambiente (Org.). **1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental**. 1. ed. Brasília, DF: Caderno de texto, 2009. p. 109-115.

DINIZ, A. S. A. Construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 37-60.

EGRY, E. Y. Apresentação. In: EGRY, E. Y. *et al.* (Org.). **Necessidades em saúde na perspectiva da atenção básica**: guia para pesquisadores. São Paulo: Dedone, 2008.

EMANUEL, E. J. *et al.* Fair Allocation of Scarce Medical Resources in the Time of Covid-19. **The New England Journal of Medicine**, Nova Inglaterra, v. 382, n. 21, p. 2049-2055, mai. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32202722/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 37, e200074, p. 1-14, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FERNANDES, B. M. Via Campesina. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Expressão Popular, 2012. p. 767-770. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FERNANDES, M. O.; AZEVEDO, D. B. de; CASAGRANDA, Y. G. A pandemia da covid-19 e seus reflexos na cadeia produtiva do algodão orgânico. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 4, p. 1103-1124, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/r8MWtNxmZh9h6HcGbWGWQzw/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FILHO, G. de S. F. Os principais impactos no mundo do trabalho decorrentes da pandemia da COVID-19. **Rev. científica disruptiva**, Recife, v. 2, n. 2, p. 3-24, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://revista.cers.com.br/ojs/index.php/revista/article/view/88/47>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FILHO, J. M. J. *et al.* A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, e14, p. 1-3, abr. 2020. Disponível em: https://profsaude-abrasco.fiocruz.br/sites/default/files/publicacoes/a_saude_do_trabalhador_e_o_enfrentamento.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

FILLIS, M. M. A. *et al.* Saúde do trabalhador em tempos de COVID-19: a experiência do município de Londrina. **APS em Rev.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 106-113, jun. 2020. Disponível em: <https://www.apsemrevista.org/aps/article/view/97/59>. Acesso em: 26 jan. 2023.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkyMVBByhrN/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREITAS, N. S. de. **Canais de comercialização para agricultores familiares do assentamento do Anauerapucu, Santana, Amapá**: interface com a pandemia do COVID-19. 2021. 68f. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia) - Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2021.

FRIAS JÚNIOR, C. A. da S. **A saúde do trabalhador no Maranhão**: uma visão atual e proposta de atuação. 1999. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1999. 135 p.

FUTEMMA, C. *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 1, p. 1-18, abr./mai. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/wVG8tdPZQjDgspphx7sVJYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008a.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

GNADINGLER, J. Tecnologias de captação e manejo de água de chuva em regiões semiáridas. *In*: KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F.; MELCHERS, I. (Org.). **Tecnologias apropriadas para terras secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ, 2006, 212 p.

GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENNA, P. G. L. **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 539 p.

GONZAGA, L.; TEIXEIRA, H. **Asa branca**. [S. l.], 03 mar. 1947. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/>. Acesso em: 07 dez. 2022.

HARVEY, D. **David Harvey: Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. [São Paulo], 24 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

HINO, P. *et al.* Necessidades em saúde e atenção básica: validação de instrumentos de captação. **Rev. da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. Esp 2, p. 1156-1167, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/hvBsDqXtTGgJjpJpdXr3wDw/?lang=pt#:~:text=As%20necessidades%20em%20sa%C3%BAde%20n%C3%A3o,condi%C3%A7%C3%B5es%20necess%C3%A1rias%20para%20o%20gozo>. Acesso em: 04 mai. 2023.

IBDFAM. **Cerca de 17 milhões de mulheres foram vítimas de violência no Brasil em 2020, segundo Datafolha**. [Belo Horizonte], 08 jun. 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8560>. Acesso em: 18 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Apodi - População no último censo [2010]**. [Apodi], 30 dez. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>. Acesso em: 06 mai. 2021.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **COVID-19 afeta agricultores familiares e vai repercutir na oferta de alimentos**. [San José], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://iica.int/pt/prensa/noticias/covid-19-afeta-agricultores-familiares-e-vai-repercutir-na-oferta-de-alimentos>. Acesso em: 13 jun. 2023.

INSA, Instituto Nacional do Semiárido. **O Semiárido Brasileiro**. [Brasil], 07 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semi-arido-brasileiro>. Acesso em: 08 dez. 2022.

KAFRUNI, S.; MEDEIROS, I. **Agricultura familiar garante 70% da mesa do brasileiro, mas está longe do agro 4.0**. [Distrito Federal], 28 set. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4878333-desigualdades-no-campo.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F.; MELCHERS, I. **Tecnologias apropriadas para terras secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ, 2006. 212 p.

LACAZ, F. A. de C. *et al.* Movimento da Reforma Sanitária e Movimento Sindical da Saúde do Trabalhador: um desencontro indesejado. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. Especial 8, p. 120-132, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/B6NZv3Vs8FWw4hJxYsQ8XGx/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LACAZ, F. A. de C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p.757-766, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Dbjb9TcStGxFcbdZ3Fh3Mbg/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. **Rev. Latinoamericana de Salud**, México, v. 2, n. 1, p. 1-22, 1982. Disponível em: https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod_resource/content/1/Conteudo_online_2403/un01/pdf/Artigo_A_SAUDE-DOENCA.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

LÖSCH, E. L.; BRICARELLO, P. A.; GAIA, M. C. de M. Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 551-559, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LzqQRVJW7mZDjNG8qFnxVmK/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MAENO, M. COVID-19 como uma doença relacionada ao trabalho. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, e54, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/YfgLv9nQNCSTqRdNjXVQnPJ/?lang=pt#:~:text=mostram%20que%20de%20113%20casos,o%20registro%20da%20COVID%2D19>. Acesso em: 18 mai. 2022.

MAIA, R. C. C. "**Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias**": a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. 287 f.

MALVEZZI, R. **Semi-árido**: uma visão holística. 1. ed. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MARQUES, F. **Pesquisa apresenta dados sobre impactos da pandemia no semiárido brasileiro**. [Brasília], 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/pesquisa-apresenta-dados-sobre-impactos-da-pandemia-no-semiarido-brasileiro/#:~:text=A%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20da%20Covid%2D19,para%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo>. Acesso em: 21 mai. 2022.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 176 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 856 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. 984 p.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 647-668, dez. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?lang=pt#:~:text=Em%20uma%20linha%20intermedi%C3%A1ria%20a,pelo%20menos%20tanto%20quanto%20a>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MEDEIROS, J. P. do V. de. **Ecosocialismo**: a gênese de uma ecologia social em assentamentos de Reforma Agrária a partir dos movimentos sociais do campo. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, out. 1991. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rsp/a/VZp6G9RZWNnhN3gYfKbMjvd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MENDONÇA, K. da S. *et al.* Vulnerabilidade do trabalhador rural em tempos de pandemia da COVID-19. **Rev. Enferm UFPE on line**, Pernambuco, v. 5, n. 2, p. 1-17, jun. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/247169/39016>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MENDONÇA, S. R. de. **O patronato rural no Brasil recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. 300 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. 1104 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **Rev. de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, jul./set. 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/w9w7NvLzpqcXcjFkCZ3XVMj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2023.

NAKAMURA, E. *et al.* The potential of an instrument to identify social vulnerabilities and health needs: collective heal knowledge and practices. **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 253-258, abr. 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rlae/a/Yy4YLtRxhDDtDkn4vjP9ZnF/?lang=en>. Acesso em: 04 mai. 2023.

NEPOMOCENO, T. A. R. Efeitos da pandemia de COVID-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 86-96, 2021. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/461/328>. Acesso em: 21 mai. 2022.

NETTO, G. F. *et al.* Por um movimento nacional ecossanitário. *In: ABRASCO, GT Saúde e Ambiente (Org.). 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental*. 1. ed. Brasília, DF: Caderno de texto, 2009. p. 7-15.

NOGUEIRA, V. G. de C.; MARCELINO, M. Q. dos S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. **Rev. de Política Agrícola**, Distrito Federal, v. 30, n. 1, p. 117-129, jan./fev./mar. 2021. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1131983/1/Covid-19-impactos.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

NORA, F. D.; ZANINI, M. C. A feira como um espaço de sociabilidade. **Rev. Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.18, n.1, p. 135-154, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/185#:~:text=Por%20meio%20de%20pesquisa%20etnogr%C3%A1fica,vida%20dos%20personagens%20que%20comp%C3%B5em>. Acesso em: 11 fev. 2023.

NUNES, E. de F. P. de A. **A Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção Básica de Saúde: construindo viabilidades a partir de um projeto pedagógico**. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. 223 f.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **COVID-19 e o mundo do trabalho**. [S. l.], S/A. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/covid-19/lang--pt/index.htm#:~:text=O%20mundo%20do%20trabalho%20est%C3%A1,de%20pessoas%20no%20longo%20prazo>. Acesso em: 20 mai. 2022.

OLIVEIRA, G. L.; RIBEIRO, A. P. Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 1-3, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n3/e00018321/pt/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 1-6, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/TBP3jQfHtrcNpYJ4zQvXzQk/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. [Brasília], 5 mai. 2023. Disponível em: <://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PAHO/WHO. Pan American Health Organization/World Health Organization. **Epidemiological Alert: Novel coronavirus (nCoV)**. [Washington], 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/epidemiological-alert-novel-coronavirus-ncov-16-january-2020>. Acesso em: 17 abr. 2021.

PAIM, J. S. **Desafios para a saúde coletiva no Século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006. 154 p.

PASRICHA, A. **Indian farmers struggle to harvest, sell crops during COVID restrictions**. [Índia], 08 abr. 2020. Disponível em: https://www.voanews.com/a/science-health_coronavirus-outbreak_indian-farmers-struggle-harvest-sell-crops-during-covid/6187179.html. Acesso em: 11 fev. 2023.

PAULO, S. B. de. **Caminhos para a convivência com o semiárido: agricultura camponesa e segurança alimentar no sertão de Quiterianópolis - Ceará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PEREIRA, D. B.; PENIDO, M. de O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 250-275.

PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 73-111, set. 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2015/01/TEMPOS-HISTu00D3RICOS.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PIGNATTI, W. A.; MACIEL, R. H. M. de O.; RIGOTTO, R. M. Saúde do Trabalhador. *In*: ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. da (Org.). **Epidemiologia & Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. p. 355-371.

PINHEIRO, L. G. *et al.* Avaliação da sustentabilidade do processo de dessalinização de água no semiárido potiguar: estudo da comunidade Caatinga Grande. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 132-157, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/PV4VVK6ww3nsKmSy7VYvd6s/?format=html>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PINHO, A. M. de *et al.* **Sondagem sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nos agricultores familiares do estado de São Paulo: nota técnica**. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 2020. 16 p.

PINTO, M. do S. D. *et al.* O Conflito Socioambiental da Chapada do Apodi: uma análise sobre as violações de direitos do Projeto da Morte. **Rev. InSURgência**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 237-276, fev./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/18921/17547/#:~:text=Compreendemos%20que%20o%20Decreto%20de,desaparecer%C3%A3o%20e%20em%20contra%20partida%20se>. Acesso em: 14 abr. 2023.

PIRES, Á. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 154-211.

PONTES, A. G. V. *et al.* Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência**

& Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3213-3222, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n11/12.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PONTES, A. G. V.; RIGOTTO, R. M.; SILVA, J. V. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de perímetros irrigados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1375-1386, mai. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n5/1413-8123-csc-23-05-1375.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PONTES, A. G. V. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental**: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. 261 f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI. **Prefeitura de Apodi vem a público informar à população que saiu o resultado do segundo caso suspeito do novo coronavírus (COVID-19) em Apodi, sendo o primeiro caso positivo para o COVID-19**. Apodi, 29 mar. 2020. Instagram: Prefeitura Municipal de Apodi @prefeituramunicipaldeapodi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-U0C7NFFyO/?igshid=y2h9m9y7tcfp>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PREISS, P. V. *et al.* Impacto da covid-19 na comercialização de alimentos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Brasil. **EUTOPIA - Rev. de Desarrollo Económico Territorial**, Rio Grande do Sul, n. 21, p. 9-29, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6757/675772404001/675772404001.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Mercados e segurança alimentar e nutricional. *In*: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 171–190.

PU, M.; ZHONG, Y. Rising concerns over agricultural production as COVID-19 spreads: Lessons from China. **Global Food Security**, Beijing, v. 26, n. 100409, p. 1-7, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7369589/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

RESK, F. **Com isolamento social, Brasil registra um feminicídio a cada 6 horas e meia**. [Brasil], 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-isolamento-social-brasil-registra-um-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RIBEIRO-SILVA, R. de C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, ago./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2021.

RIGOTTO, R. M. *et al.* Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: "Por que a água chega e a gente tem que sair?". **Rev. Pegada**, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 122-144, dez. 2016. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4684/3594>. Acesso em: 17 jan. 2023.

RIGOTTO, R. M.; FREITAS, B. M. C. **Dossiê Perímetros Irrigados** - Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido - Perímetro Irrigado Santa Cruz de Apodi. [Rio Grande do Norte], 9 fev. 2015. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/estudos-de-caso/perimetro-irrigado-santa-cruz-de-apodi/#:~:text=No%20caso%20do%20Projeto%20de,se%20tal%20projeto%20se%20concretizar>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RIGOTTO, R. M. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Rev. Pegada**, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 123-140, jun. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/918/947/2587>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RIGOTTO, R. M.; TEIXEIRA, A. C. A. Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental no campo, na cidade e na floresta. In: ABRASCO, GT Saúde e Ambiente (Org.). **1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental**. 1. ed. Brasília, DF: Caderno de texto, 2009. p. 78-83.

ROOS, D. A disputa pelo território: agricultura camponesa *versus* agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. **XIII Jornada do Trabalho**, Presidente Prudente, ISSN – 978-85-60711-19-2, p. 1-12, out. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/16.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

RUBBO, D. I. A. Movimentos camponeses na América Latina e crítica da modernização dependente no campo: as fronteiras abertas do MST. **Cadernos de Campo: Rev. de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 95-109, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7318/5180>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SABOURIN, E. P. **Camponeses do Brasil**: entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 402 p.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Rev. de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/vhSmZVxSsr8LZVbFMLbJNMR/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. 32 p.

SANTOS, E. R. dos. **Agricultura familiar camponesa e agroecologia em Apodi/RN**: caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. 165 f.

SANTOS, F. S. dos; GHEDINI, C. M. As lutas pela terra e os movimentos sociais populares do campo: produções e disputas por um projeto educativo do campesinato. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 163-171, abr. 2017. Disponível

em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16987/14348>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SANTOS, K. O. B. *et al.* Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, p. 1-14, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCcCChF6Tg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/cnMprDY97QHtxBV8dLMS9gw/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 73 p.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Ceará, v. 5, n. 1, p. 187-192, mar./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8MGqFCjhjvXKQsq37t6q7PK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SHANIN, T. **La classe incómoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983. 328 p.

SICHE, R. What is the impact of COVID-19 disease on agriculture?. **Scientia Agropecuaria**, Trujillo, v. 11, n. 1, p. 3-6, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.unitru.edu.pe/index.php/scientiaagrop/article/view/2814/2893>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA, F. J. R. da S. **O ainda desconhecido Semiárido brasileiro**. [São Paulo], 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/592171-o-ainda-desconhecido-semiarido-brasileiro>. Acesso em: 08 dez. 2022.

SILVA, J. do V. e. **Necessidades de saúde de adolescentes e jovens na sociedade contemporânea: um estudo em Mossoró, Rio Grande do Norte**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUSA, D. N. de; JESUS, M. E. R. de; BERALDO, K. A. Impactos da pandemia da COVID-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na COOPRATO. **Rev. Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 10, n. 1, p. 1-15, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1131715/1/rmsde-2021.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SOUZA, A. S. R. *et al.* Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Rev. Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, Supl. 1, p. S47-S64, fev. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmbSsynCQRWjpXJL9m/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SOUZA, D. de O. A saúde dos trabalhadores e a pandemia de COVID-19: da revisão à crítica. **Vigilância Sanitária em Debate**, Alagoas, v. 8, n. 3, p. 125-131, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5705/570566811014/570566811014.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SOUZA, D. de O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Alagoas, v. 19, e00311143, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7rJ6TkW8Cs88QkbNwHfdkxb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SOUZA, L. **Mais de 18 milhões de mulheres sofreram violência em 2022**. [São Paulo], 02 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/mais-de-18-milhoes-de-mulheres-sofreram-violencia-em-2022>. Acesso em: 18 abr. 2023.

STTR, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi; UFC, Universidade Federal do Ceará; LABOCART, Laboratório de Geoprocessamento; TRAMAS, Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. **Mapa das comunidades rurais de Apodi-RN**. Apodi: STTR, [2015]. 1 mapa, color. Escala 1:67.000.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 141-171. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4578972/mod_resource/content/1/COMP_IBANEZ%20-%20202016%20-%20Ressignificando%20a%20cidade%20colonial%20e%20extrativista.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

TOMÁZ, A. *et al.* **Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco: relatório de denúncia**. [S. l.]: UFAM/NECTAS/UNEB, 2017. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio_impactados-transposicao-sao-francisco.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

TUON, L.; NASSIF, T. **Taxa de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015, diz IBGE**. [Brasil], 28 fev. 2023. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/taxa-de-desemprego-cai-a-93-em-2022-menor-patamar-desde-2015-diz-ibge/#:~:text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20\(Pnad%20Cont%C3%ADnua\)](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/taxa-de-desemprego-cai-a-93-em-2022-menor-patamar-desde-2015-diz-ibge/#:~:text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego,Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20(Pnad%20Cont%C3%ADnua)). Acesso em: 17 abr. 2023.

VELASCO, C. *et al.* **Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas**. [Brasil], 08 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2023.

VELOSO, F. O impacto da pandemia no mercado de trabalho. *In*: FERNANDES, A. *et al.* **Blog do IBRE**. Rio de Janeiro, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 20 mai. 2022.

VILLULLA, J. M. COVID-19 in Argentine agriculture: global threats, local contradictions and possible responses. **Agriculture and Human Values**, Buenos Aires, v. 37, n. 3, p. 595-596, mai. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7220584/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

VINCI, D. L.; POLIDORI, C.; POLIDORI, P. The healthcare and pharmaceutical vulnerability emerging from the new Coronavirus outbreak. **European Journal of Hospital Pharmacy**, Camerino, v. 27, n. 3, p. 129-130, mai. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-258417>. Acesso em: 24 abr. 2021.

VIRGOLIN, I. W. C. **O sentido do trabalho pluriativo para os agricultores familiares**: um estudo á partir da Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

WONG, J. E. L.; LEO, Y. S.; TAN, C. C. COVID-19 in Singapore-Current Experience: Critical Global Issues That Require Attention and Action. **JAMA**, Singapura, v. 323, n. 13, p. 1243-1244, abr. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32077901/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ZHANG, S. *et al.* The impact of epidemics on agricultural production and forecast of COVID-19. **China Agricultural Economic Review**, Bingley, v. 12, n. 3, p. 409-425, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/CAER-04-2020-0055/full/html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ZIMMERMANN, C. L. **A COVID-19 nos ambientes de trabalho e a possibilidade do enquadramento como doença ocupacional para fins de emissão de CAT**. [Brasília], 12 out. 2020. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/covid-19-ambientes-trabalho-possibilidade-enquadramento-doenca-ocupacional-fins-emissao-cat>. Acesso em: 18 mai. 2022.

ZÚÑIGA, B. G. L.; CALDERÓN, K. A. B. M. S.; ALE, T. M. L. Impactos del COVID-19 en la agricultura y la seguridad alimentaria. **Centro Agrícola**, Santa Clara, v. 48, n. 1, p. 72-82, jan./mar. 2021. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0253-57852021000100072. Acesso em: 26 jan. 2023.

ZURAYK, R. Pandemic and food security: a view from the Global South. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, Beirut, v. 9, n. 3, p. 17-21, abr. 2020. Disponível em: <https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/803/789>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ZWICK, E. *et al.* **Sentidos do trabalho e do meio ambiente no campo**: uma abordagem interpretativa. XIII SemeAd - Sustentabilidade Ambiental nas Organizações, Seminários em Administração. São Paulo: Anais do XIII SemeAd, 2010.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)*

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR**” coordenada pela **Profa. Dra. Ana Karinne de Moura Saraiva** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, o pesquisador será submetido ao seguinte procedimento: entrevista semiestruturada com o intuito de apreender as percepções e considerações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo sobre os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do campo de Apodi, cuja responsabilidade de aplicação é de Fernando Vinícius de Oliveira Silva, graduando em Enfermagem, curso do Campus Avançado Mossoró, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). As informações coletadas serão organizadas e armazenadas em forma de arquivos digitais em aparelho eletrônico do pesquisador e em serviço de armazenamento e sincronização de arquivos da *Google* (“*Google Drive*”), e analisadas a partir de técnicas de aperfeiçoamento e análise do conteúdo, na modalidade de análise temática.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar os impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa no semiárido potiguar. E como objetivos específicos: Apreender as percepções dos trabalhadores e das trabalhadoras da agricultura camponesa sobre os impactos da pandemia de COVID-19 para o trabalho; identificar problemas e necessidades de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora relacionados à pandemia de COVID-19; conhecer estratégias de enfrentamento frente aos impactos da pandemia de COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa.

Os benefícios desta pesquisa consistirão na aproximação, conhecimento e compreensão da realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras da agricultura camponesa do município de Apodi, o que permitirá vislumbrar os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 para esses indivíduos, assim como as estratégias de enfrentamento adotadas na tentativa de superação dessas adversidades. Além disso, compreender as dificuldades já enfrentadas antes da ocorrência da pandemia, que podem ter sido intensificadas durante o período pandêmico, entendendo também acerca do acesso e assistência dos serviços de saúde, evidenciando as necessidades de desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas que assegurem melhores condições de vida e efetivação de direitos essenciais a essa população.

Os riscos mínimos que os participantes da pesquisa estarão expostos são a perda da segurança das informações presentes nas gravações armazenadas no tablet de uso pessoal do pesquisador e no “*Google Drive*”, assim como a possibilidade de haver algum constrangimento e incômodo perante os questionamentos durante a ocorrência das entrevistas, uma vez que poderá envolver experiências pessoais. Além disso, em virtude do contexto pandêmico, os participantes da pesquisa poderão ser expostos à contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Contudo, para minimizar possíveis riscos, será solicitado a comprovação do esquema vacinal de todos que participarão das entrevistas, bem como a adoção das medidas de biossegurança. Ademais, o processo de coleta de dados será sigiloso, sem identificação pessoal, com o estabelecimento de diálogos abertos e utilização de linguagem clara, compreensível e acessível, respeitando as especificidades e limites dos sujeitos, compreendendo se algum parti-

*Este documento deverá ser elaborado em duas vias; das quais uma via deverá ficar com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador responsável.

-cipante preferir não comentar sobre algum aspecto. Para manter o sigilo e o respeito aos participantes da pesquisa, apenas o discente Fernando Vinícius de Oliveira Silva e a pesquisadora responsável poderão ter acesso às informações coletadas nas entrevistas; as informações serão resguardadas por ocasião da publicação dos resultados, tendo em vista que não serão divulgados quaisquer dados que identifiquem os participantes; a garantia de que os participantes se sintam à vontade para responderem os questionamentos e exporem seus depoimentos; e a Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados no tablet de uso pessoal do pesquisador e em “*Google Drive*” exclusivo para essa finalidade, os quais serão mantidos por, no mínimo, cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador, e as transcrições impressas sob responsabilidade da orientadora, no Departamento de Enfermagem, visando garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas. Cabe ressaltar que a divulgação dos resultados será realizada de forma a não identificar os participantes e o responsável da pesquisa.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador Fernando Vinícius de Oliveira Silva, do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Central, no endereço Rua Des. Dionísio Filgueira, Centro, CEP: 59610-090 – Mossoró – RN. Tel.: (84) 99933-2743. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** – Faculdade de Medicina da UERN – Rua Miguel Antônio da Silva Neto s/n – Aeroporto. Home page: <http://www.uern.br> – e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 – Mossoró – RN Tel.: (84) 3312-7032.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação neste estudo, é garantido o direito à indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar danos – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do pesquisador Fernando Vinícius de Oliveira Silva.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa **“IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR”**. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido(a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação, em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo, assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Mossoró - RN, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante



Fernando Vinícius de Oliveira Silva – Aluno do Curso de Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Central, no endereço Rua Des. Dionísio Filgueira, n. 383, Centro, CEP 59610-090 – Mossoró – RN. Tel.: (84) 99933-2743.

Ana Karinne de Moura Saraiva (Orientadora da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) – Curso de Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Central, no endereço Rua Des. Dionísio Filgueira, n. 383, Centro, CEP 59610-090 – Mossoró – RN. (84) 3315-2151 | 3315-2152.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) – Faculdade de Medicina da UERN – Rua Miguel Antônio da Silva Neto s/n – Aeroporto. Home page: <http://www.uern.br> – e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel.: (84) 3312-7032.

APÊNDICE B – Carta de anuência



**SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS (STTR) DE
APODI/RN
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA**

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, **FRANCISCO AGNALDO DE OLIVEIRA FERNANDES**, CPF: 056.072.024-61, representante legal do **SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS RURAIS (STTR) DE APODI/RN**, venho através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada: **IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DO CAMPO NO SEMIÁRIDO POTIGUAR**, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação da **Profa. Dra. Ana Karinne de Moura Saraiva**, vinculado à Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) a ser realizada no local: Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR), localizado na Rua Nonato Mota, nº 106, CEP: 59700-000, no município de Apodi – RN. Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução 466/12 e suas complementares.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades, como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu cumprimento no resguardo da segurança e bem estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- 1) O cumprimento das determinações éticas das Resoluções 466/12 e 510/2016 do CNS/MS;
- 2) A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.

Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Apodi/RN, 19 de Julho de 2022.

Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes
Presidente do Sindicato

APÊNDICE C – Declaração de compromisso do pesquisador para início da pesquisa

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisa “*IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR*” somente será iniciada a partir da aprovação do meu parecer pelo Sistema CEP-CONEP e que os resultados obtidos com esse projeto serão devidamente emitidos (relatórios parcial e/ou final) anexando-os a Plataforma Brasil.

Mossoró, _____ de _____ de 20____.

Pesquisador(a) Responsável

APÊNDICE D – Termo de autorização para uso de áudio*

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da gravação de áudio produzido por mim, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Ana Karinne de Moura Saraiva e Fernando Vinícius de Oliveira Silva do projeto de pesquisa intitulado “*IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR*” a realizar captação de áudios que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes áudios (suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Mossoró - RN, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável



*Este documento deverá ser elaborado em duas vias; das quais uma via deverá ficar com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador responsável.

APÊNDICE E – Roteiro orientador das entrevistas semiestruturadas**Código:** _____

- 1- O que a pandemia de COVID-19 trouxe de mudanças para a sua vida? (*observar percepções da pandemia, sentimentos em relação a ela, mudanças de vida, etc.*)
- 2- Como foi trabalhar na agricultura camponesa durante a pandemia de COVID-19? (*observar percepções, sentimentos relacionados ao trabalho na pandemia*)
- 3- O que mudou no seu trabalho com a pandemia de COVID-19? (*observar mudanças no processo de trabalho, trabalhavam de máscara?, como foi trabalhar de máscaras?, tiveram acesso a máscaras?, mudanças na comercialização dos produtos, na rotina da vida e do trabalho, na renda, no absenteísmo/faltas no trabalho, o que foi preciso mudar diante das medidas restritivas, se faltaram muitos trabalhadores por COVID-19, etc.*)
- 4- *Se tiver tido COVID-19, perguntar:* a doença COVID-19 comprometeu o seu trabalho? Se sim, como foi esse comprometimento? Durante a doença e depois ficou sentindo alguma coisa, alguma sequela? Ainda sente até hoje? Essa sequela interferiu no trabalho, na jornada de trabalho, na rotina, nas relações, na sua produção? Durante a doença COVID-19 você conseguiu ou teve que trabalhar mesmo estando doente? (*ou pôde cumprir a quarentena, isolamento, repouso e descanso?*); Como ficou o seu trabalho enquanto esteve ausente com COVID-19? Que problemas de saúde você teve durante a pandemia de COVID-19?
- 5- O que vocês precisaram ou precisam para ter saúde no trabalho durante a pandemia de COVID-19? (*observar as necessidades de saúde apontados por eles*)
- 6- O que vocês fizeram para buscar resolver os problemas de saúde durante a pandemia de COVID-19? Como foi o acesso de vocês aos serviços de saúde do SUS?
- 7- Quais estratégias você, enquanto agricultor(a) camponês(esa), utilizou para enfrentar a pandemia de COVID-19? (*observar se foram estratégias enquanto famílias ou sujeitos isolados, ou estratégias organizadas em nível de sindicato, se teve apoio de políticos, apoio de políticas públicas, etc.*)
- 8- Como a pandemia de COVID-19 impactou o contexto de conflito ambiental existente em Apodi/RN? (*atentar para a disputa pela água, o uso de agrotóxicos, os impactos do agronegócio*)

APÊNDICE F – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Pesquisador: Ana Karinne de Moura Saraiva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62994322.7.0000.5294

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.723.841

Apresentação do Projeto:

A pandemia da COVID-19 consiste em uma grave crise social, econômica, sanitária, política, cultural e de saúde. Tendo em vista a sua magnitude e impetuosidade, tem se caracterizado como uma das maiores adversidades de saúde pública mundial dos últimos anos, configurando-se como uma grave problemática para diversos âmbitos da sociedade. Sendo assim, todo esse contexto resulta em sérios impactos para o trabalho e saúde dos camponeses, realçando e intensificando dificuldades e iniquidades já existentes, repercutindo nas desigualdades e vulnerabilidades sociais e na precarização das condições de vida, resultando em demandas para a Saúde do Trabalhador (ST) no Sistema Único de Saúde (SUS). Logo, objetivase analisar os impactos da pandemia da COVID-19 para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da agricultura camponesa no semiárido potiguar, no município de Apodi-RN. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, natureza descritiva e, quanto ao procedimento, caracterize-se como pesquisa de campo; utiliza-se como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada com trabalhadores e trabalhadoras da agricultura camponesa de Apodi. As informações serão analisadas a partir de técnicas de aperfeiçoamento e análise de conteúdo, na modalidade de análise temática, preconizada por

Bardin. Portanto, espera-se conhecer sobre os impactos da pandemia da COVID-19 para a saúde do trabalhador e da trabalhadora da agricultura camponesa, bem como os problemas e necessidades de saúde e as estratégias de enfrentamento diante da problemática,

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto **CEP:** 59.607-360
UF: RN **Município:** MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 **E-mail:** cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.723.841

envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2004359.pdf	25/09/2022 10:03:00		Aceito
Outros	QUESTIONARIOPERFILDOSPARTICIPANTES.docx	25/09/2022 09:05:34	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOFERNANDOCEP2.docx	25/09/2022 09:03:09	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	RespostaCEP.docx	25/09/2022 09:00:25	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoAssinada.pdf	23/08/2022 16:51:26	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Outros	QuestionarioPerfil.pdf	22/08/2022 16:34:07	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Outros	QuestionarioEntrevista.pdf	22/08/2022 16:33:32	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Outros	TermoAudio.pdf	22/08/2022 16:33:08	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Outros	ObervacaoCampo.pdf	22/08/2022 16:21:17	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
Declaração de concordância	AnuenciaAssinada.pdf	22/08/2022 16:20:10	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/08/2022 16:18:55	Ana Karinne de Moura Saraiva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
Bairro: Aeroporto **CEP:** 59.607-360
UF: RN **Município:** MOSSORO
Telefone: (84)3312-7032 **E-mail:** cep@uern.br